

The background of the cover is a collage of various recycled materials, including pieces of brown cardboard, aluminum cans (some crushed, some whole), a crumpled aluminum foil bag, and pieces of white paper or plastic. The overall color palette is warm and earthy, dominated by browns, tans, and muted yellows.

Augusta Pelinski Raiher (ORG)

**CATADORES(AS)
DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS,
(IN)SEGURANÇA
ALIMENTAR E
CIDADANIA:**

**UMA DISCUSSÃO
PARA ALÉM DA
TEORIA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

REITOR

Miguel Sanches Neto

VICE-REITOR

Everson Augusto Krum

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Edina Schimanski

EDITORA UEPG

Beatriz Gomes Nadal

CONSELHO EDITORIAL

Beatriz Gomes Nadal

Adilson Luiz Chinelatto

Antônio Liccardo

Augusta Pelinski Raiher

Dircéia Moreira

Edina Schimanski

Giovani Marino Favero

Ivana de Freitas Barbola

Névio de Campos

Augusta Pelinski Raiher (ORG)

**CATADORES(AS) DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS,
(IN)SEGURANÇA
ALIMENTAR E CIDADANIA:
UMA DISCUSSÃO PARA
ALÉM DA TEORIA**



Editora
UEPG

Copyright © by Augusta Pelinski Raiher & Editora UEPG

Equipe editorial

<i>Coordenação editorial</i>	Beatriz Gomes Nadal
<i>Revisão</i>	Eduarda da Matta
<i>Capa, projeto gráfico e diagramação</i>	Andressa Marcondes
<i>Imagens da capa</i>	Freepik

C357 Catadores(as) de materiais recicláveis, (in)segurança alimentar e cidadania: uma discussão para além da teoria/ Augusta Pelinski Raiher (org.). Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2021. 161 p; il. Livro eletrônico.

ISBN: 978-65-86234-20-6

DOI: 10.5212/86234-20-6

1.Materiais recicláveis. 2.Sustentabilidade ambiental. 3.Segurança alimentar. 4.Cidadania. I. Raiher, Augusta Pelinski (org.). II. Título.

CDD: 304.2

Ficha catalográfica elaborada por Rodrigo Pallú Martins – CRB 9/2034/O

Depósito legal na Biblioteca Nacional

Editora filiada à **ABEU**
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora UEPG
Praça Santos Andrade, n. 1
84030-900 – Ponta Grossa – Paraná
(42) 3220-3306
vendas.editora@uepg.br
www.editora.uepg.br/

2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
------------------------	----------

**CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: APONTAMENTOS
DO CONTEXTO GERAL DO BRASIL E DE PONTA GROSSA – PR**

<i>Reidy Rolim de Moura; Camila Sopko.....</i>	<i>13</i>
--	-----------

**CIDADANIA AMBIENTAL E CATADORES E CATADORAS DE
MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR**

<i>Karoline Dutra Szul; Reidy Rolim de Moura.....</i>	<i>39</i>
---	-----------

**FOME E VULNERABILIDADE SOCIAL: (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR
DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O
CASO DE PONTA GROSSA – PR**

<i>Silvana dos Santos Moreira; Virgínia de Souza; Edina Schimanski</i>	<i>59</i>
--	-----------

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS DE PONTA GROSSA – PR – E SEUS DETERMINANTES**

<i>Augusta Pelinski Raiher</i>	<i>82</i>
--------------------------------------	-----------

**TRABALHO, MOBILIDADE URBANA E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR:
O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE
PONTA GROSSA – PR**

Sandra Maria Scheffer; Carolina Soares dos Santos102

**(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR – O COMER BEM COMO UM
PARADOXO NO METABOLISMO DA SOCIEDADE CAPITALISTA (O
CASO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL)**

Franciely Ribeiro dos Santos; Mirna de Lima Medeiros;
Edina Schimanski125

**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E (IN)SEGURANÇA
ALIMENTAR: REFLEXÕES FINAIS**

Augusta Pelinski Raiher; Lenir Aparecida Mainardes da Silva152

SOBRE AS AUTORAS159

Agradecimentos

Aos associados da ACAMARUVA, ACAMARO, ACAMARU e ARREP, que colaboraram e tornaram possível a construção deste livro.

À Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – Paraná, em especial a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por contribuir com o contato e a organização da logística de aplicação da pesquisa que serviu de embasamento para esta obra.

Aos integrantes do Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que contribuíram com a coleta dos dados que fundamentaram este livro.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar consiste na realização do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais. Infelizmente, são mais de 821 milhões de pessoas passando fome em todo o mundo, o que explicita a ampla vulnerabilidade social existente, apresentando-a como o grande desafio global a ser enfrentado. O Brasil, embora seja um dos maiores produtores de alimentos mundiais, detém mais de cinco milhões de pessoas nessa condição.

A alimentação com qualidade e em quantidade suficiente é um direito social recente a ser assegurado pelo Estado Brasileiro, recaindo em um direito do cidadão de não sentir medo de viver sob ameaça da fome. A grande questão é que parte considerável de nossa sociedade se encontra vulnerável, à mercê da execução de políticas que garantam o mínimo para se ter uma vida digna.

Nesse grupo socialmente vulnerável, encontram-se os catadores de materiais reciclados, trabalhadores que se destacam pela posição-chave na gestão de resíduos sólidos no país. Eles iniciam um processo de reutilização sustentável dos materiais, retornando-os ao ciclo produtivo e evitando que sejam destinados a aterros sanitários ou lixões, além de proporcionar economia de energia e de matérias-primas. Portanto, são profissionais essenciais para o desenvolvimento socioambiental do país.

A questão é que a sociedade como um todo ignora esse importante papel socioambiental dos catadores, deslocando-os para o grupo dos mais vulneráveis e discriminados do Brasil. Com efeito, menos da metade dos catadores de materiais recicláveis tem carteira assinada e/ou saneamento

básico em suas residências, além de apresentar uma situação de precariedade na infraestrutura domiciliar se comparado à média geral dos domicílios brasileiros (conforme dados do Censo de 2010). Ademais, existe uma insegurança no que se refere ao direito de se alimentar com qualidade e em quantidade suficiente, visto que o trabalho que realizam envolve condições precárias, com remuneração reduzida, fatores que refletem na alimentação e na saúde, incidindo diretamente na fragilidade de sua Segurança Alimentar.

Por isso, torna-se importante discutir a dinâmica de sustentabilidade e de cidadania desses trabalhadores, visando mitigar o distanciamento em relação ao mínimo necessário para se ter uma vida digna e sustentável. Foi com esse objetivo que se construiu este livro, na qual se abordam diferentes temáticas acerca de catadores de materiais recicláveis e sua (in) Segurança Alimentar, com foco especial nas Associações de Catadores de Material Reciclável de Ponta Grossa – Paraná.

As associações desse município se encontram organizadas desde 2005. No entanto, as diretrizes para a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos, com prioridade para coleta seletiva e estabelecimento de instrumentos e parâmetros para a criação de programas de geração de renda mínima e inclusão social dos catadores de material reciclável foram instituídas somente em 2016, com a Lei n.º 12.657. Ademais, a implementação dessa Lei visou o assessoramento do desenvolvimento organizacional das associações, auxiliando-as na busca por melhorias na qualidade de vida.

Atualmente, Ponta Grossa conta com quatro Associações de Reciclagem: ACAMARO – Associação dos Catadores de material reciclável do bairro de Oficinas; ACAMARUVA – Associação dos Catadores de material reciclável do bairro de Uvaranas; ACAMARU – Associação dos Catadores de material reciclável da Nova Rússia, e; ARREP – Associação dos Recicladores Rei do Pet, no bairro Chapada. Os materiais processados por tais associações são oriundos de coletas realizadas pelos associados e da parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por intermédio do Programa Feira Verde, que recolhe os materiais sólidos recicláveis em troca de alimentos hortifrutigranjeiros. Ainda, os grupos contam com os Pontos de Entrega

Voluntária e as coletas específicas localizadas em organizações públicas e privadas do município.

Basicamente, os estudos deste livro buscam mensurar a Segurança Alimentar desse nicho de trabalhadores, analisando a fragilidade que têm em seu direito social de se alimentar com qualidade e em quantidade suficiente, em diferentes dimensões. É importante destacar que todos os capítulos construídos resultam de dados de um projeto de pesquisa da equipe do Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Ao todo, esse projeto aplicou 70 questionários semiestruturados, de caráter quanti-qualitativo, envolvendo 81% dos catadores de material reciclável das quatro associações de Ponta Grossa.

Portanto, as análises efetuadas em cada capítulo buscam dimensionar empiricamente as condições de trabalho e de vida de catadores de materiais reciclados de Ponta Grossa, contrapondo-as ao direito fundamental que eles têm de se alimentar em quantidade suficiente e com qualidade, investigando as relações existentes entre esse direito e a própria composição das associações, às características de cada associado, às dificuldades quanto à mobilidade e ao próprio entendimento de o que é “comer bem”.

O intuito é evidenciar e discutir a realidade desses trabalhadores tão importantes para o processo de desenvolvimento ambiental de nosso país e, ao mesmo tempo, que são tão discriminados socialmente pela nossa sociedade. Para isso, seis capítulos foram construídos.

No primeiro, é feito um apanhado histórico acerca da evolução da política pública focada nos catadores de materiais reciclados no Brasil, bem como uma análise da formação das associações de Ponta Grossa, apresentando as relações de trabalho existentes em cada associação, com suas assimetrias e dificuldades. Esse capítulo é especialmente relevante por demonstrar o espaço no qual os catadores se relacionam, compreendendo as diferenças na execução da própria atividade entre as associações e as dificuldades existentes em cada grupo de trabalho. Esse entendimento inicial é fundamental para compreender as relações evidenciadas nos capítulos que seguem, justificando certas interpretações.

O capítulo dois apresenta uma síntese das questões ambientais e de cidadania construídas ao longo do tempo, e a importância dos catadores de

materiais reciclados nesse processo. Ademais, são mencionadas as características dos associados, visando contrapor com a cidadania alcançada. É importante inferir que, no primeiro capítulo são expostas as características específicas das associações e suas composições e, no capítulo dois o foco é nas particularidades dos associados, com informações que demonstram as diferenças sociais existentes em um grupo que, como um todo, já é marginalizado socialmente.

O terceiro capítulo inicia as definições e os entendimentos acerca da Segurança Alimentar, trazendo um histórico do conceito e sua respectiva evolução no Brasil. Essa contextualização é importante por expor a real dimensão de todos os programas e projetos já efetivados no país, bem como os que existem atualmente. Na sequência, as autoras apresentam a quantificação da (in)Segurança Alimentar de cada associado e sua família, classificando-os conforme suas características individuais, dividindo-os em associações. Aqui, tem-se a primeira evidência acerca da fragilidade social quanto ao direito fundamental de se alimentar bem (em quantidade e qualidade) dos catadores de materiais reciclados de Ponta Grossa.

Além de mensurar essa (in)Segurança Alimentar, é importante identificar fatores que possam inibir a probabilidade de esses associados se inserirem na Insegurança Alimentar, análise realizada no quarto capítulo. Conforme será observado, um pequeno percentual de associados conseguiu estar na Segurança Alimentar. Assim, é possível mitigar as chances de um trabalhador e sua família não viverem sob a ameaça da fome se políticas específicas foram implementadas. E esse capítulo busca discutir tais determinantes.

No quinto capítulo, partindo da mensuração da (in)Segurança Alimentar previamente discutida, as autoras relacionam-na com a mobilidade urbana em meio ao trabalho e à moradia. O eixo principal do capítulo aborda duas dimensões da vulnerabilidade social, as quais, quando somadas, promovem reflexões sobre a questão da Segurança Alimentar. Da análise do local de trabalho *versus* o deslocamento dos associados surgem questões acerca das dificuldades superiores enfrentadas por aqueles que já se encontram na condição de Insegurança Alimentar. Ou seja, pessoas que recebem menos renda e, conseqüentemente, pior se alimentam ainda são, na média, as que mais perdem em termos de energia para chegar até o

trabalho, entrando em um círculo vicioso da Insegurança Alimentar. Essa discussão é importante especialmente por trazer novos elementos para pensar políticas públicas que melhorem a condição de vida dos catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa.

Ainda tratando do direito fundamental de se alimentar em quantidade e qualidade suficiente, o sexto capítulo desvela o significado do “comer bem” por meio da problemática da (in)Segurança Alimentar. Com efeito, a relação entre cultura e condições econômicas se revela uma importante variável na compreensão dos significados do “comer” para as diferentes classes socioeconômicas. Embora a análise se aplique a um grupo já significativamente fragilizado economicamente, essa diferença de concepção é perceptível, de modo que, dependendo do grau de Insegurança Alimentar em que o associado se encontra, existem diferentes concepções do que é “comer bem”. Portanto, esse entendimento qualitativo completa a construção da vulnerabilidade alimentar desse grupo, com reflexões acerca do direito à Segurança Alimentar em um contexto de vulnerabilidade social.

Por fim, temos as reflexões finais, nas quais sintetizamos os principais achados deste livro, fazendo uma interligação entre os capítulos e seus resultados. Esperamos que esses trabalhos inspirem novos debates e, principalmente, resultem em ações públicas efetivas, com o intuito de mitigar as questões de Insegurança Alimentar e todas as fragilidades identificadas nesse grupo.

Boa leitura a todos e todas!

CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: APONTAMENTOS DO CONTEXTO GERAL DO BRASIL E DE PONTA GROSSA – PR

*Reidy Rolim de Moura
Camila Sopko*

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto geral dos catadores de materiais recicláveis no cenário brasileiro e na cidade de Ponta Grossa – PR. A relação do catador e do meio ambiente é primordial e configura parte fundamental do processo da cadeia de reciclagem. Apesar de o trabalho dos catadores ser de utilidade pública, é pouco valorizado e sofre grande estigma e preconceito da sociedade em razão de essas pessoas trabalharem com “lixo”.

Desde o ano de 2002, algumas conquistas foram significativas na vida dos(as) catadores(as) brasileiros(as), como: a consolidação do Movimento Nacional dos Catadores; a inclusão desse segmento no Ministério do Trabalho e Emprego; a criação do programa Pró-Catador; como também a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por meio da Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, para a qual a principal conquista é a “responsabilidade compartilhada”, incluindo as associações e cooperativas de catadores em maiores possibilidades de financiamento e trazendo responsabilidades para todos os atores dos resíduos sólidos.

Entre os principais instrumentos previstos para a consolidação da PNRS estão: a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas

ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis [...] (BRASIL, 2013, p. 36).

Catadoras e catadores de materiais recicláveis são protagonistas de uma história de sofrimentos, lutas e conquistas no cenário brasileiro, uma vez que fazem parte de uma categoria profissional explorada em condições insalubres.

CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: ASPECTOS NO CENÁRIO BRASILEIRO

O lixo produzido pelo ser humano sempre fez parte da sociedade, que visa o consumo exacerbado e, com isso, acaba por produzir e descartar cada vez mais, contribuindo para o que conhecemos como consumismo. Porém, cabe questionar: Para onde vai todo esse lixo que é produzido e não é reutilizável?

Horst (2015) considera que o lixo passou a incomodar a sociedade somente na década de 1970. Inicialmente, a preocupação era com seus efeitos à saúde das pessoas. Com a urbanização, ruas de cidades passaram a servir de depósito de lixo.

A partir da emergência dos movimentos ambientalistas, os aterros sanitários eram indicados como alternativa viável à destinação dos resíduos, em substituição aos lixões – forma mais barata e ainda muito utilizada na destinação do lixo e que se liga a problemas sanitários, ambientais e sociais. Contudo, os próprios aterros já se mostram insuficientes; seu espaço é limitado dentro dos aglomerados urbanos e, se sua utilização não for adequada, pode resultar na contaminação da água e do solo (HORST, 2015, p. 79).

Segundo Waldman (2010), nas sociedades humanas o lixo é indissociável das atividades realizadas pelas pessoas. Ainda no período Paleolítico, os ocupantes das cavernas depositavam resíduos nas reentrâncias das rochas, e nas civilizações agrárias, havia uma preocupação com os restos agrícolas – exemplos de como a geração do lixo está ligada à trajetória humana. “De um ponto de vista semântico, podemos certificar que lixo seria

todo o material inútil, todo material descartado posto em lugar público, tudo aquilo que ‘se joga fora’, ‘não presta’ [...]” (WALDMAN, 2010, p. 18).

Waldman (2010) considera ainda que as pessoas não enxergam o lixo que produzem como responsabilidade delas, e sim como dos catadores, da sociedade, da prefeitura.

O que é Resíduo Sólido? A NBR (Norma Brasileira Registrada) n.º 10.004/1987, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece que resíduos sólidos são os que se apresentam “no estado sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas partículas tornem inviáveis o lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d’água, ou exijam para isso soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível” (NBR, 1987 *apud* WALDMAN, 2010).

Com isso, podemos compreender o processo de lixo e a denominação “Resíduos Sólidos”, bem como o contexto dos catadores na sociedade.

Todo material descartado é visto como inutilizado, uma vez que não tem mais utilidade para quem o descartou. Dessa forma, buscam-se alternativas para seu reaproveitamento¹ na sociedade. Pinhel (2013) aponta haver registros de compradores de sucata, principalmente de garrafas e materiais ferrosos, no bairro do Brás, em São Paulo, denominados “garrafeiros”. Aos poucos, a figura do garrafeiro desapareceu, dando lugar à do catador(a), que se tornou responsável por recolher os resíduos recicláveis em diferentes locais sem precisar pagar ou trocar por algo.

No decorrer do século XX houve uma mudança no perfil desse trabalhador, acarretada pelo crescimento das cidades e pelo modelo consumista que passou a imperar na sociedade.

¹ A reciclagem tomou proporções diferentes de apenas benefícios econômicos, uma vez que, nos dias atuais, evita externalidades do próprio processo produtivo, tais como: perda de recursos madeireiros e não madeireiros; danos ao ciclo hidrológico; perda da biodiversidade; danos à saúde ocupacional; além de uma questão muito importante, que é a redução do consumo de energia. Dessa forma, compreende-se que a reciclagem extrapolou os limites econômicos, passando pelo processo produtivo até se tornar, hoje, um objeto de *status*, pois passou a estar associada a países desenvolvidos (BRASIL (2013).

A urbanização intensa e o estilo de vida adotado alteraram significativamente a quantidade de resíduos sólidos gerados, enquanto houve um aumento do nível de desemprego em razão das exigências para acesso ao mercado de trabalho, que restringiram as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais. Nas últimas décadas, o Brasil mudou seu tipo de lixo em quantidade e qualidade, em volume e em composição, estando muito diferente daquele que se produzia há quarenta anos (PINHEL, 2013, p.18).

Segundo Pinhel (2013), surgiram materiais diferentes do papel e da sucata nas últimas décadas, sendo esses os produtos descartáveis (embalagens) que têm vida curta no ciclo do consumo capitalista. “Muitas embalagens não alcançam mais de sessenta dias entre a saída da indústria e a chegada ao lixo. Só no Brasil se movimentam mais de 7 milhões de toneladas de embalagens por ano” (PINHEL, 2010, p. 18).

A trajetória de trabalhadores da reciclagem começa na aplicação de sua nomenclatura e vai até seu reconhecimento, em 2002, por meio da publicação da portaria n.º 397 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que reconhece o trabalho das catadoras e dos catadores de material reciclável.

Silva (2006), Brasil (2013) e Pinhel (2013) destacam a realização do 1.º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, que reuniu mais de 1.700 catadores(as) de materiais recicláveis em Brasília-Distrito Federal, e teve por objetivo impulsionar a luta dos catadores(as) por diversas regiões do país. Nessa mesma época, foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressava as necessidades da população que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. Nesse documento, podem ser ressaltados três grandes eixos reivindicatórios: “propostas de ações do MNCR em relação ao Poder Executivo, à cadeia produtiva da reciclagem e à cidadania dos moradores de rua” (SILVA, 2006, p. 15).

À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes a sua cidadania social e atividade profissional. Assim, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas

sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana. Esses atos normativos, ao incidirem sobre todas as etapas que compõem o processo de gestão dos resíduos sólidos (desde a sua geração, até o seu descarte, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, beneficiamento e disposição final), passam a regular o comportamento de todos os atores envolvidos, como o próprio poder público, as empresas, os consumidores e, evidentemente, os catadores (BRASIL, 2013, p. 32).

Os(as) catadores(as) representam em elo frágil na cadeia da reciclagem, mostrando que sua distribuição pelo Brasil não é homogênea, além de a precariedade estar implícita nesse trabalho.

À medida que os catadores foram alcançando maior grau de organização e articulação social, passaram a ter, enquanto categoria social, um maior respaldo para negociar com as diferentes instâncias de poder as questões inerentes a sua cidadania social e atividade profissional. Assim, o Estado brasileiro, em suas distintas esferas administrativas, tem instituído nos últimos anos uma série de atos normativos na forma de leis, regulamentos, decretos, portarias e normas sobre a gestão dos resíduos sólidos, muito em medida da pressão popular e de organizações sociais preocupadas com o meio ambiente e a saúde humana. Esses atos normativos, ao incidirem sobre todas as etapas que compõem o processo de gestão dos resíduos sólidos (desde a sua geração, até o seu descarte, acondicionamento, coleta, transporte, transbordo, armazenamento, tratamento, beneficiamento e disposição final), passam a regular o comportamento de todos os atores envolvidos, como o próprio poder público, as empresas, os consumidores e, evidentemente, os catadores (BRASIL, 2013, p. 32).

Em 2010, foram criados dois marcos normativos de grande importância: a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador (BRASIL, 2013). Ressalta-se que a Lei n.º 12.035/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trouxe a responsabilidade dos resíduos sólidos aos geradores e ao poder público. Destaca-se também a aplicação de mais

de 500 mil reais nos últimos seis anos para a promoção da reciclagem por meio de cooperativas de catadores(as), consolidando o Movimento Nacional dos Catadores – exemplo de representação dessa categoria profissional, como mencionado anteriormente (BRASIL, 2013).

Silva (2015) considera que o surgimento dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis é algo novo no cenário brasileiro, e sua organização como movimento social ainda é bastante recente, com particularidade forte no contexto latino-americano. A informalidade da profissão do(a) catador(a) e o estigma ligado ao manuseio e o trabalho com o lixo fez que esse ofício passasse despercebido pelos historiadores.

Pinhel (2013) acredita que os(as) catadores(as) fazem parte de uma massa de desempregados que, por várias determinantes, como idade, condição social e baixa escolaridade, não encontraram outro lugar no mercado de trabalho formal. Relaciona, dessa forma, a atividade da catação a níveis extremos da pobreza e da exploração, com pessoas marcadas por situações de violência e preconceito.

O crescimento da atividade de catação tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza. Parte dessas pessoas busca materiais recicláveis em sacos de lixo na rua ou marca presença nos lixões à procura desses resíduos. Entretanto, a maioria coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo (PINHEL, 2013, p. 19).

Para Bosi (2008), a relação de trabalho dos(as) catadores(as) está nas formas alternativas de geração de renda. Ainda, apesar de esse ofício não ser recente no Brasil, os profissionais passaram anos despercebidos no mercado laboral. Quando quantificados, em 2005, o número de catadores(as) no país era de milhares. Hoje, estima-se que já tenha ultrapassado 1 milhão. “Se considerarmos, por exemplo, que no ano de 1999 existiam cerca de 300 mil trabalhadores envolvidos com a cata de recicláveis, o aumento percebido em relação ao ano de 2005 foi superior a 240%” (BOSI, 2008, p. 103).

O Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) traz um questionamento relacionado à categoria social dos catadores, marcada pela heterogeneidade entre

seus membros. Parte dos catadores exerce a catação em tempo integral e já há muitos anos, alguns desde a infância. O ofício é também transmitido aos filhos, supostamente pela falta de melhores opções de trabalho. Por fim, outros iniciam nessa atividade por questões contingenciais, como a falta de emprego. Além disso, alguns sujeitos participam da atividade intercalando-a com outros trabalhos, ou até mesmo exercem a função de catadores nos intervalos entre um emprego eventual e outro. Há catadores que seguem uma rotina de trabalho, outros, que fazem esse trabalho com dinâmicas mais flexíveis, com menos horas ou em dias variados. Dessa forma, compreendemos que a categoria social dos catadores não é homogênea, variando entre os sujeitos envolvidos.

O reconhecimento da profissão de catador(a) pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), bem como a organização e a representatividade desses pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) mostram a ampliação dessa categoria profissional. “Hoje, sua categoria profissional é oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações e eles são protagonistas de um importante movimento político” (PINHEL, 2013, p. 25).

Com base nos dados do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), as atividades dos(as) catadores(as) são realizadas informalmente, o que dificulta o acesso a direitos trabalhistas e o reconhecimento da profissão pelos órgãos de administração pública e de instituições de pesquisa.

No relatório citado, há uma estimativa de 387.910 catadores(as) no Brasil. Desses, 58.928 estão concentrados na região Sul, 161.417, no Sudeste, detentora do maior número desses trabalhadores, 116.528, no Nordeste, 29.359, no Centro-Oeste, e 21.678, no Norte, região detentora do menor número de catadores. Nesses dados, a concentração mais elevada de mulheres está no Sul, com uma porcentagem equivalente a 34,10%.

Segundo Pereira e Goes (2016), o Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável estima que há entre 800 mil e 1 milhão de catadores e catadoras no Brasil, dado do ano de 2002. Contudo, há uma divergência entre essa informação e a pesquisa do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013), na qual consta que o número de catadoras e catadores no Brasil não chegava

a 400 mil. Essas questões são explicadas pela dificuldade na quantificação do trabalho do(a) catador(a), atividade marcada pela informalidade, como já mencionado.

O trabalho do(a) catador(a) de material reciclável no Brasil tem aumentado cada vez mais (como veremos adiante), e é por meio da organização de associações e cooperativas que há um crescente reconhecimento desse ofício. Contudo, há de se considerar que este ainda é um trabalho insalubre, precário e de baixa renda.

Rosa (2020) faz uma importante consideração referente à necessidade do trabalho dos catadores, que têm um papel fundante em nossa sociedade, uma vez que o material produzido todos os dias é um problema social, político e econômico.

Os dados apresentados no Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) mostram que a média de idade dos catadores está entre 39 e 40 anos, com pouca variação de região para região. Além disso, 25,5% têm entre 18 e 29 anos. Tais dados são referentes a todo o território brasileiro. O número de homens catadores representa 69,9%, contra 31,1% das mulheres, ou seja, nestes dados, os homens são a maioria em relação às mulheres. Esse relatório também menciona a existência de justificativas para o fato de o número de homens ser tão superior ao das mulheres no processo da reciclagem, já que as mulheres podem compreender a atividade da catação como complementar por exercerem atividades referentes ao trabalho doméstico e ao cuidado com o lar e a família. “O maior percentual de mulheres foi encontrado na região Sul, com 34,1%, enquanto que (*sic*) o menor foi no Nordeste, 29,3%” (BRASIL, 2013, p. 48).

Outras desigualdades dignas de nota em termos de renda do trabalho dos catadores são diagnosticadas quando se verificam as médias por gênero e raça. Ao se considerar somente a renda média dos homens que atuam como catador, essa chega a R\$ 611,10, enquanto que (*sic*) entre as mulheres catadoras a média é de R\$ 460,54, ou seja, 32% menor que a média de rendimento masculino. Em termos raciais, os catadores de cor branca recebem em média R\$ 642,98, que representa 22% a mais que a média dos catadores negros (pretos e pardos), que é de R\$ 525,22 (BRASIL 2013, p. 54).

Como mencionado anteriormente, apenas 31% dos catadores são mulheres, o que evidencia ser um trabalho mais vulnerável para elas, além de insalubre, como o próprio Ministério da Saúde coloca. Essa profissão tem um perfil majoritário: homem, pobre e negro, sendo a área urbana o principal ponto de referência desses trabalhadores, uma vez que o lixo reciclável tem uma característica da região urbana, e não da rural (BRASIL, 2013).

Com relação à renda dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis, tem-se uma média de R\$ 571,00 por mês, enquanto o salário-mínimo na época (2012) era de R\$ 510,00, ou seja, eles ganhavam um pouco mais que a base brasileira. Os indicadores nos mostram que a maior renda está no Sudeste, com R\$ 629, 89, seguida pelo Centro-Oeste, com R\$ 619,00. Depois vem o Norte, com R\$ 607, 25, o Sul, com R\$ 596,90 e, por último, o Nordeste, com R\$ 459,34. Vale lembrar que o Nordeste é a segunda região com maior número de catadores(as) no país e, nos indicadores de análise Brasil (2013), aparece como a região com renda inferior a todas as outras. Em termos de gênero, a renda tem grandes mudanças: os homens ganham em média R\$ 611,00 mensais, enquanto as mulheres, R\$ 460,00, ou seja, há uma diferença de 32% da renda de um para o outro. Em termos de raça, também existe uma disparidade, já que a média para a renda mensal dos negros está em R\$ 525,22, enquanto para os brancos, está em R\$ 642,98 mensais, sendo, então, 22% a menos.

Com base nos dados do Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável (BRASIL, 2013) e de acordo com o Censo (2010), 20,5% dos(as) catadores(as) são analfabetos(as). No Nordeste, esse número chega a 34%, seguido pelo Centro-Oeste (17,6%), Norte com (17,2%), Sul (15,5%) e Sudeste (13,4%). No Brasil, 36% dos brasileiros têm Ensino Médio completo, mas nesse índice os catadores(as) são apenas 11%, ou seja, há muitos analfabetos e baixo número de trabalhadores com tal grau de escolaridade.

As taxas altíssimas de analfabetismo no Brasil, segundo o Censo 2010 (Brasil, 2013), chegam a 9,4% da população. Assim, “o analfabetismo é considerado um grave problema social, uma vez que a pessoa analfabeta sofre grande limitação de oportunidades profissionais e de inclusão social” e ainda há o “forte impacto negativo na sua qualidade de vida e de sua família” (BRASIL, 2013, p. 59-60). No que tange especificamente à situação

Social das Catadoras e dos Catadores, “esse percentual atingiu 20,5%, ou seja, mais que o dobro nacional. A região Nordeste apresentou a situação mais preocupante, com 34% desses trabalhadores se declarando analfabetos. Já a região Sudeste possui a menor taxa de analfabetismo, 13,4%” (BRASIL, 2013, p. 59-60).

O último levantamento estatístico sobre catadores de materiais recicláveis no cenário brasileiro é referente ao ano de 2010, em que houve um mapeamento do número de catadores no Brasil e suas respectivas renda, gênero, idade, cor etc. Esse documento é uma referência importante nas pesquisas acadêmicas, porém esses dados são de mais de dez anos atrás, e durante esse período muito dessa realidade já foi alterado. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) estima que o número de catadores está entre trezentos mil e um milhão de pessoas sobrevivendo na reciclagem.

No ano de 2020, outro cenário afetou a vida dos catadores e catadoras brasileiros(as): a pandemia de Covid-19. Pereira (2020), em matéria para o jornal *El país* e em entrevista com o MNCR, inferiu que a pandemia fez sumir o trabalho e a renda dos catadores, uma vez que, com o fechamento das empresas e restaurantes, boa parte do material reciclável e, conseqüentemente, da renda dos catadores ficou comprometida. Outro fator a ser considerado é que nem todos os catadores têm acesso a uma alimentação nutritiva e a saneamento básico, de maneira que seus sistemas imunológicos são baixos e as condições de higiene, precárias. Há de se considerar também que os(as) catadores(as) fazem parte do grupo de risco de Covid-19, uma vez que o grupo é composto majoritariamente de pessoas idosas, diabéticas, cardíacas, fumantes etc.

O MNCR tem articulado promoções junto ao poder público para garantir direitos aos catadores, exemplo disso é um projeto para oferecer auxílio-alimentação para esses trabalhadores no Amazonas.

A REALIDADE DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM PONTA GROSSA – PR

As associações de catadores(as) da cidade de Ponta Grossa – PR estão ligadas à Secretária Municipal de Meio Ambiente e mantêm forte vínculo com a prefeitura da cidade. Contam também com outras parcerias externas, tanto públicas quanto privadas, como é o caso da própria Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com a incubação de uma dessas associações, conforme será exposto mais adiante.

As quatro associações de catadores(as) recebem material do programa municipal Feira Verde², que disponibiliza diária ou semanalmente (a depender da associação) materiais para os(as) catadores(as). Há também o programa municipal Ponto de Entrega Voluntária (PEV), que conta com depósitos para materiais recicláveis em pontos de grande fluxo de pessoas na cidade. As pessoas, sem receber algo em troca, depositam voluntariamente o material, o qual é posteriormente recolhido pela prefeitura municipal, que terceiriza a coleta e a entrega, e levado às associações para passar pelo processo de triagem, separação, pesagem e enfardamento. Ainda, existem voluntários que fazem a entrega de materiais diretamente nas associações. De acordo com as observações³ realizadas nas associações, os materiais variam de acordo com a demanda de cada associação. Dessa forma, algumas associações recebem mais materiais, outras, menos.

Apesar de o Programa Municipal Feira Verde ser de incentivo para a sociedade, pois oferece algo em troca para quem deseja trocar o material entregue, os associados relatam que os melhores materiais (mais limpos, sem sujeira e realmente recicláveis) vêm do Ponto de Entrega Voluntária. Em relação à importância do setor municipal diante do fortalecimento da reciclagem, citamos o Relatório Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável:

Um dos principais instrumentos a serem levados em conta para o fortalecimento da reciclagem é a instalação, nos municípios

² O Programa Feira Verde é um programa municipal que tem por objetivo a troca de materiais recicláveis por frutas, verduras, legumes, ovos e mel. O programa ainda não tem abrangência em todos os bairros da cidade.

³ Foram realizadas observações nas associações de catadores de materiais recicláveis como parte da pesquisa empírica desta investigação.

brasileiros, de programas de coleta seletiva, envolvendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo gerado por famílias e empresas. Tais programas, além de possibilitarem uma maior eficiência para a reciclagem de materiais diversos, também reduzem os impactos ambientais causados pela disposição inadequada de resíduos sólidos, uma vez que permitem a redução do volume a ser descartado e seu redirecionamento para uma destinação mais adequada. (BRASIL, 2013, p. 14)

Em Ponta Grossa, portanto, há essa iniciativa de fortalecimento e incentivo à reciclagem, configurada pelo apoio às associações no que diz respeito à entrega de material para tiragem, pagamento do local de funcionamento da associação, assessoria na parte contábil de cada uma das associações, assim como o incentivo também realizado pelo programa Feira Verde. Contudo, vale destacar que, nesse processo, são diversos os desafios, especialmente com relação à questão de gênero e divisão sexual do trabalho nas associações, como poderemos perceber mais adiante.

Antes disso, é necessário destacar elementos de formação de cada uma das associações para conhecer mais sobre cada uma delas. Assim, no momento de discussão do objeto desta pesquisa, será possível compreender melhor as falas e os posicionamentos das participantes.

A Ata da Assembleia Geral de Fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Nova Rússia (ACAMARU), fundada em 12 de abril de 2006, foi composta com os interessados reunidos no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora do Pilar – Palmeirinha. Essa assembleia teve como objetivos: a aprovação do Estatuto Social da Associação de Catadores em questão e a eleição da diretoria e do conselho fiscal para a tomada de posse. Entre os trâmites legais para efetivação do trabalho da associação, também estava o objetivo de melhorar as condições socioeconômicas dos catadores por meio de um trabalho organizado. A associação contava com o apoio da prefeitura e com a participação de chefes e diretores da Divisão Ambiental, funcionários da Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Nesse mesmo dia, houve leitura e acompanhamento do estatuto, citando direitos e deveres dos associados, responsabilidades dos associados, atribuições dos membros da diretoria, do presidente e do conselho fiscal. Também foi falado sobre

o trabalho na associação, as despesas e a comercialização dos materiais. Ainda segundo a Ata da assembleia, a organização dos catadores em associação consiste em um processo que reduziria os gastos nas atividades de coleta até a comercialização dos materiais. A prefeitura disponibilizaria o barracão, e os trabalhos de separação e preparo seriam lucro dos associados.

No dia da fundação da Associação em questão, houve a participação de vinte associados, mais os representantes citados anteriormente. A diretoria da associação foi formada por: um homem presidente, um homem vice-presidente, um homem primeiro-secretário, uma mulher segunda-secretária, um homem primeiro-tesoureiro, um homem segundo-tesoureiro, três homens compondo o conselho fiscal, e três mulheres de suplente destes.

Constatamos, então, que a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Nova Rússia (ACAMARU) contou com o apoio da prefeitura para sua realização e a primeira diretoria da associação foi composta majoritariamente de homens. As mulheres que estavam nos cargos de diretoria acabavam por assumir funções secundárias ou de suplência.

Em relação à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Oficinas (ACAMARO), a ata dessa fundação registra que, no dia 08 de março de 2006, na sede da Associação de Moradores Divino Espírito Santo Núcleo Araucária Maria Otilia, foi realizada uma assembleia geral, convocada pelo presidente da comissão provisória, com seguintes os objetivos: leitura e aprovação do Estatuto Social da Associação de Catadores em questão, eleição da diretoria e conselho fiscal, tomada de posse e assuntos gerais.

Essa assembleia contou com a participação das seguintes autoridades: Diretor do Departamento de Ação Ambiental, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Socioambiental e Assessor da Secretária Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

A ACAMARO também tinha como objetivo melhorar a condição socioeconômica dos associados por meio de um trabalho organizado. Nessa assembleia, foi citado o apoio que a prefeitura poderia oferecer para a associação, assim que ela fosse legalizada, bem como a informação de que o presidente da comissão provisória (a mesma pessoa que solicitou a assembleia) iria ser assessorado e acompanhada pelo mesmo.

Em relação à composição da diretoria e do conselho fiscal da ACAMARO, definiu-se que seria uma diretoria composta de seis associados, e o conselho, de seis membros, sendo três efetivos e três suplentes.

Nessa mesma ata de fundação, aprovou-se que a diretoria e o conselho fiscal teriam a validade de dois anos⁴. Depois de discutida e aprovada com unanimidade, a primeira diretoria da ACAMARO ficou definida como: um homem presidente, um homem vice-presidente, uma mulher como secretária, uma mulher como vice-secretária, um homem como tesoureiro e um homem como vice-tesoureiro. O conselho fiscal ficou definido como: duas mulheres e um homem como membros efetivos, e como suplentes ficaram também duas mulheres e um homem. Nessa assembleia estiveram presentes um total de trinta sócios-fundadores⁵ da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Oficinas e demais autoridades públicas.

Sobre a fundação da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Uvaranas (ACAMARUVA), a ata de sua fundação nos informa que foi no dia 16 de março de 2006, na Escola Municipal Carlos Ribeiro de Macedo, na Vila São Francisco, que se reuniram 36 catadores de materiais recicláveis da região de Uvaranas e a equipe do Departamento de Ação Ambiental em assembleia geral, convocada pela presidenta provisória da associação. Nesse encontro foram discutidos os seguintes pontos: leitura e aprovação do Estatuto Social da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro de Uvaranas (ACAMARUVA), eleição da diretoria e do conselho fiscal e sua respectiva tomada de posse, e assuntos gerais que poderiam permear a associação. Em relação ao poder público, estavam presentes: Diretor do Departamento de Ação Ambiental, Chefe da Divisão de Ação Ambiental, Chefe da sessão de Educação Ambiental e Chefe da Seção da Coleta Seletiva.

Essa associação tinha como objetivo a melhoria socioeconômica dos associados por meio de um trabalho organizado. Também foi citado o apoio que a prefeitura poderia oferecer, depois de legalizada a associação, em relação a aspectos de assessoramento e comercialização dos materiais recicláveis.

⁴ Posteriormente serão explicadas as contradições entre teoria e prática nessa associação.

⁵ Com a realização das observações, pôde-se perceber que há membros sócios-fundadores que permanecem na associação até hoje.

Referente à leitura e aprovação do Estatuto Social da associação, foram frisados os direitos e deveres dos associados, as responsabilidades desses e as atribuições da diretoria e do conselho fiscal.

Vale ressaltar que, nessa assembleia, questionou-se se os caminhões da prefeitura iriam até a casa dos associados para recolher o material coletado, tendo como devolutiva uma resposta positiva, desde que o material a ser coletado fosse em grande quantidade e com muita distância entre a casa do associado e o barracão em questão.

Na assembleia⁶ dessa associação foi citado que se os catadores, inclusive diretores e membros do conselho fiscal, não fizessem separação, triagem ou pesagem do material como os demais sócios, deveriam custear outros sócios que fizessem o trabalho por eles. O estatuto em questão foi aprovado com unanimidade. No que tange à composição da diretoria e do conselho fiscal, estes também teriam a validade de dois anos (assim como analisado na Ata de Fundação da associação anterior). A diretoria dessa associação ficou composta de: uma presidenta mulher, um homem como vice-presidente, uma mulher como secretária, um homem como vice-secretário, um homem como tesoureiro e uma mulher como vice-tesoureira. Sobre o conselho fiscal, ficaram dois homens e uma mulher como efetivos e, como suplentes, três homens. Nessa assembleia, contou-se com a participação de um número significativo de representantes do poder público e com trinta e seis sócios-fundadores, os quais aprovaram e assinaram o estatuto social da associação.

Segundo a Ata de Fundação da Associação de Recicladores Rei do “PET”, no dia 06 de junho de 2011, no bairro Chapada, na cidade de Ponta Grossa – PR, foi realizada assembleia para discussão e aprovação do Estatuto Social, eleição da diretoria e do conselho fiscal, bem como a definição da sede provisória. Depois de lido e explicado, o Estatuto Social da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rei do “PET” (ARREP) foi aprovado com unanimidade pelos associados, sem emendas ou modificações. A validade da diretoria e do conselho fiscal seria de um ano para a associação em questão.

A diretoria da ARREP ficou definida por: uma mulher como presidenta, um homem como vice-presidente, uma mulher como secretária,

⁶ Percebe-se que os modelos de ata e de assembleia foram os mesmos aplicados nas três associações aqui analisadas. As pautas eram as mesmas, assim como os deveres e as obrigações da diretoria e dos associados. Poucas coisas diferem de uma ata de fundação para outra.

uma mulher como vice-secretária, uma mulher como tesoureira e, como vice-tesoureira, também ficou definida uma mulher. No que se refere ao conselho fiscal, este ficou composto de: três mulheres como conselheiras efetivas, não havendo suplência nesses cargos.

A realização da assembleia e a aprovação desse estatuto contou com a participação de vinte e dois membros sócios-fundadores, um deles representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), atuando como presidente da assembleia, e mais um homem, na função de secretário.

Destaca-se, com base nas atas de fundação das associações de catadores disponibilizadas pela Secretária do Meio Ambiente da cidade de Ponta Grossa – PR, que as associações ACAMARU, ACAMARO e ACAMARUVA tiveram sua fundação no ano de 2006, e a única associação que surgiu posteriormente foi a ARREP, a qual, segundo ata, teve sua constituição no ano de 2011.

As associações tiveram distintas formas de surgimento, o que pode trazer diferenças na composição de uma diretoria, como quando a demanda para consolidação da associação vem dos próprios catadores, os quais podem ser líderes e ocupar cargos na diretoria de uma associação.

Para melhor visualização e análise dos cargos da diretoria das associações de catadores da cidade de Ponta Grossa – PR, observe a tabela 1.

Tabela 1 – Composição da primeira diretoria das associações de catadores de materiais recicláveis da cidade de Ponta Grossa – PR

	ACAMARO	ARREP	ACAMARUVA	ACAMARU
Ano	2006	2010	2006	2006
Presidência	H	M	M	H
Vice-presidência	H	H	H	H
Secretaria	M	M	M	H
Vice-secretaria	M	M	H	M
Tesouraria	H	M	H	H
Vice-tesouraria	H	M	M	H
Conselho Fiscal	1H, 2M	3M	1H, 2M	3H
Suplência do Conselho Fiscal	1H, 2M	Não há	3M	3M

Nota: H = Homem; M = Mulher

Fonte: Atas de fundação, com elaboração própria.

Em relação à análise dos cargos da primeira diretoria das associações, percebemos que os cargos titulares em grande maioria foram ocupados por homens. Na presidência, destacava-se uma divisão igual, com duas associações em que havia presidentas e duas, presidentes. No cargo de vice-presidente, há uma grande discrepância, pois não havia mulheres nas quatro associações ocupando esse cargo.

No cargo de secretário(a) da associação, havia um homem e três mulheres ocupando essa função nas associações mencionadas, proporção que prevalece na vice-secretaria das associações. Em relação à tesouraria, nas quatro associações só havia uma mulher ocupando o cargo; nas demais, a função era realizada por homens. Na vice-tesouraria, nota-se um equilíbrio, uma vez que duas mulheres e dois homens ocupavam o cargo nas quatro associações aqui estudadas.

Em relação aos conselhos fiscais das associações, o número totalizava em 12 vagas (uma vez que são três conselheiros fiscais por associação), havendo equidade, em termos gerais, pois seis mulheres e seis homens ocuparam tais cargos.

Quando analisados individualmente, compreende-se que os cargos titulares ou de suplência, em relação à vice-presidência, na grande maioria das associações estavam sob os cuidados de homens.

Nos dias atuais, para compreender como se dá o papel do homem e da mulher nesse espaço de trabalho, foi necessária a observação das quatro associações de catadores. Ressalta-se que essa não é uma pesquisa antropológica e, por isso, a quantidade de observações pode variar entre uma e outra associação.

A primeira associação observada foi a ACAMARO, em que há um homem na presidência. Vale ressaltar que essa é a única entre as quatro associações na qual um homem ocupa esse cargo. A vice-presidência é de responsabilidade de uma mulher, mas, em contrapartida, um homem novamente acaba por ocupar o cargo de tesoureiro. O presidente e o tesoureiro dessa associação não trabalham na coleta, triagem e separação da associação, mas são responsáveis por trabalhos administrativos e burocráticos, tais como: pagamento, compras de comida, reuniões com prefeitura, ministério público, entre outros. O presidente é responsável pela fiscalização e ordem do trabalho na associação.

Nessa associação, foram cinco dias de observações em horários variados, e pontuaremos aqui as principais observações realizadas. Do mesmo modo detalharemos as demais, para, na sequência, realizarmos um quadro comparativo mostrando as diferenças entre as associações no que se refere às configurações da divisão sexual do trabalho.

Como já exposto, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Oficinas tem como uma de suas características a presença majoritária de homens compondo a diretoria da associação.

Em uma das primeiras visitas realizadas, observou-se haver uma divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres ficavam na mesa de separação, enquanto os homens puxavam e recolhiam os *bags*, com o objetivo de “facilitar” o trabalho das mulheres. Característica importante dessa associação está no fato de que a prensa ficava por responsabilidade das mulheres, ponto que a difere das demais.

Ainda referente aos cargos de presidente e tesoureiro, podemos considerar que são funções privilegiadas em relação às demais, uma vez que não precisam trabalhar diretamente com o lixo, algo muito estigmatizado. De acordo com relatos das associadas, ninguém as deixavam participar da diretoria; em contrapartida, o relato da diretoria era que nenhum dos associados tinha interesse em participar.

Uma característica importante e comum das quatro associações é o fato de que todas as associadas que ficavam na cozinha e realizavam os trabalhos domésticos da associação eram mulheres. Não há relato de que os homens participavam desse trabalho.

Nessa mesma associação, os homens ajudavam a limpar, deixando o barracão limpo e com fácil acesso. Porém, as mulheres, quando pediam ajuda aos homens, muitas vezes não eram levadas a sério, como no caso de uma associada que pediu ajuda e o associado jogou o *bag* com força para a mulher.

Ademais, havia uma grande segmentação entre homens e mulheres nessa associação, com divisão de trabalho entre os sexos. Em algumas funções, os responsáveis eram homens, como: carregar *bags*, cargos da diretoria, responsabilidade com burocracias referentes à associação. Já as mulheres eram responsáveis por: serviços da cozinha, prensa e separação do papel. O trabalho comum entre ambos os sexos correspondia à separação do material em prensa.

O segundo local no qual foram realizadas observações foi a Associação de Recicladores Rei do “Pet” (ARREP), que tem um total de 26 integrantes, sendo apenas oito homens. Na prensa ficavam dois homens, no desmonte de eletrodomésticos e de cobre, dois homens, na cozinha, uma mulher e na separação do vidro, um homem. O restante das mulheres e dos homens estavam na separação dos materiais na esteira.

A diretoria dessa associação era formada por mulheres, e apenas dois homens faziam parte, ocupando os cargos de vice-secretário e vice-tesoureiro. Característica importante dessa associação é que o expediente se encerrava às 16h e 40min, horário estabelecido para que as mulheres pudessem buscar seus filhos na escola sem serem prejudicadas por sair antes do trabalho. Ainda, os homens davam preferência para trabalhos que poderiam realizar sozinhos e longe das mulheres, como prensa e separação dos vidros e cobses. Eles só trabalhavam nas mesas (que é um trabalho coletivo com as mulheres) quando não havia outra opção. Nessa situação, percebe-se outra divisão sexual do trabalho.

As mulheres puxavam os *bags* sozinhas, sem a ajuda dos homens. Elas se demonstravam comunicativas, conversavam, davam risada e, principalmente, se solidarizavam e se preocupavam umas com as outras.

Em uma das observações realizadas, as duas mulheres que compunham a diretoria estavam tratando da compra de materiais de limpeza para a associação e dois homens foram trabalhar nas mesas, pois algumas associadas faltaram. Duas mulheres subiram as montanhas de materiais para separar algo de lá que ainda poderia ser reaproveitado, levando em consideração que a maioria era lixo. Tudo o que as mulheres encontravam nos lixos tentavam de alguma forma reaproveitar (sombriinhas, brinquedos etc.); verificavam se estava em bom estado e levavam embora.

Na última observação realizada, houve um número considerável de mulheres faltantes (seis), que foram levar seus filhos à pesagem do Programa Bolsa Família. Nesse mesmo dia, não havia material disponível na associação e, por isso, os associados fizeram outros trabalhos, como limpeza (uma mulher estava limpando a cozinha e outra, o banheiro).

Dessa maneira, ficou perceptível que nessa associação também havia uma divisão sexual do trabalho, uma vez que os homens preferiam atividades em que não precisassem estar junto das demais associadas.

As mulheres realizavam funções administrativas, referentes à diretoria, pagamento e gestão da associação, mesa de separação de materiais e trabalhos domésticos realizados na associação; os homens, prensa, pesagem, separação de vidros e cobres. Para descarregar o caminhão, houve envolvimento de ambos os sexos.

O terceiro local observado foi a Associação de Catadores de Uvaranas (ACAMARUVA), que funciona também à noite, uma vez que a prefeitura municipal tem um programa de coleta seletiva que recolhe o material nesse período. No total, havia 15 homens e 25 mulheres trabalhando, sendo essa associação com o maior número de homens na cidade. Cinco homens e nove mulheres trabalhavam à noite, das quais todas tinham filhos que moravam com elas. A cozinha da associação funcionava durante o dia e à noite, ofertando aos associados café da manhã, almoço e jantar. A associada responsável por esse trabalho era uma mulher, e a limpeza era realizada pelas associadas que ficavam responsáveis pela cozinha. A presidenta da associação ficava apenas na parte burocrática; entretanto, quando havia grande demanda, “ajudava” nas mesas. Em relação à divisão do trabalho, percebe-se que um homem pesava o material e dois homens ficavam na prensa.

Nas associações ACAMARO e ARREP, havia uma mulher responsável pela separação do papel; já na ACAMARUVA, não existia alguém específico designado para essa função.

O funcionamento da associação ACAMARUVA era das 8h às 17h, voltando a funcionar das 22h até as 6h. No momento em que não havia associados no local, era pago um homem para vigiar a associação.

Havia uma senhora de 67 anos no desmonte do cobre, mas a grande maioria das mulheres ficava nas mesas na separação do material; já os homens puxavam os *bags* (mas as mulheres também faziam isso). As mulheres eram extremamente ágeis e os associados usavam carrinhos de mercado para o transporte de alguns materiais.

Os associados conversavam e interagiam entre si. Nesse dia, havia dez mulheres e um homem na separação dos materiais nas mesas; os demais estavam carregando os *bags* enquanto um homem limpava ao redor da mesa. Os associados descarregaram três caminhões em duas horas, sendo o último descarregado apenas por mulheres.

Em uma das observações realizadas, os filhos de algumas associadas saíram das escolas e foram ao encontro das mães na associação (a escola fica a aproximadamente três quadras de distância do barracão). Observa-se aqui a responsabilidade das mães para com os filhos, uma vez que, mesmo trabalhando profissionalmente, eram responsáveis pelo cuidado deles.

A quarta e última associação em que foram realizadas as observações foi a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Bairro da Nova Rússia (ACAMARU), com um total de treze pessoas, estando presentes dez no dia. A associação estava com falta de material e, em razão disso, a presidenta optou por trabalharem apenas aqueles que mais precisavam (que tinham filhos).

Característica importante dessa associação é que ela passou a aceitar homens na sua composição há pouco tempo, desde que fossem parentes (filhos ou esposos das associadas), para ajudar no complemento de renda familiar.

Havia dois homens responsáveis pela prensa. A associação tinha uma divisão por mesas de trabalho, ou seja, eram distribuídos os *bags* de maneira igualitária, e a mesa que separava mais, ganhava mais. Os homens prensavam os materiais de ambas as mesas, mas ganhavam referente à mesa que tirava maior renda na semana. Uma mulher ficava na cozinha, mas recebia de modo diferente, pois trabalhava menos horas que os demais (essa mulher recebia R\$ 160,00 na semana). No dia em que foi feita a observação, a mulher responsável por essa atividade ficou apenas 40 minutos a menos que os demais associados. Nesse mesmo dia, uma senhora saiu às 16h e 20min para buscar o filho na escola. Uma mulher chegou atrasada, pois foi deixar o filho na escola, e um homem saiu às 16h e 30min para buscar a filha no CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil).

Outra questão estava no fato de a associação pagar a passagem de ônibus de ida e volta da presidenta (apenas dela), considerando que o trabalho que ela realizava era mais importante que o de separação e triagem dos catadores.

Mulheres ficavam na mesa e homens, na prensa. As mulheres carregavam os fardos sozinhas. Havia pilhas de materiais acumulados e apenas duas mulheres desmontaram e separaram todo esse material em dois dias. Vale acrescentar aqui que nessa associação as mulheres eram mais jovens do que nas demais, encontrando-se muitas filhas e mães associadas. O

trabalho das associadas era rápido e elas puxavam *bags* cheios de materiais sozinhas.

Nessa associação, percebeu-se uma desvalorização do trabalho feminino, uma vez que a mulher da cozinha ganhava menos do que os demais associados e muito menos do que os preenseiros. Em contrapartida, percebeu-se uma valorização do trabalho dos homens (prensa), que recebiam o maior valor das mesas. A divisão sexual do trabalho ficou evidente quando se constatou que os homens ficavam na prensa e as mulheres, na mesa e na cozinha.

No Quadro 1 são apresentadas as diferenças quanto à organização do trabalho nas associações de catadores de materiais reciclados de Ponta Grossa – PR.

Quadro 1 – Relação das observações realizadas nas associações de catadores de Ponta Grossa – PR. Apontamentos baseados nas principais diferenças (2019)

OBSERVAÇÕES	ACAMARO	ARREP	ACAMARUVA	ACAMARU
Surgimento	2006	2011	2006	2006
Estrutura Física	Quatro banheiros (sendo um com chuveiro); Cozinha; Escritório (com rede wi-fi); Refeitório; Essa é a associação que melhor se encontra nesses termos.	4 banheiros (3 deles sendo úmidos); Cozinha; Escritório; Há uma casa pequena na qual uma associada mora.	7 banheiros; Cozinha; Refeitório; Escritório (pequeno).	2 banheiros (nos dias das observações um deles estava com um aviso para não usar); Refeitório pequeno; junto de cozinha; Escritório pequeno; Essa é a menor das associações.
Presidência	Homem	Mulher	Mulher	Mulher

continua

conclusão

OBSERVAÇÕES	ACAMARO	ARREP	ACAMARUVA	ACAMARU
Tempo na presidência	12 anos	1 ano (são feitas eleições anualmente)	9 anos	6 anos
Relação entre os associados	Há pouca interação de um(a) para o outro(a).	Há bastante interação e conflito.	Há bastante interação.	Há bastante interação.
Questões referentes à divisão sexual do trabalho	Há trabalhos para homens e para mulheres.	Há trabalhos para homens e para mulheres.	Há trabalhos para homens e para mulheres.	Há trabalhos para homens e para mulheres.
Desigualdade salarial	Não há.	Não há.	Não há.	Há.
Responsabilidade com os filhos	Não observado	Mulheres	Mulheres	Homens e mulheres

Fonte: Relatórios de campo, 2019, organizados pela pesquisa.

Compreende-se, então, que o trabalho nas associações não era realizado de maneira homogênea, uma vez que variavam de associação para associação: divisão dos trabalhos, horários, quantidade de pessoas, de material entregue e, conseqüentemente, salário dos associados. Percebe-se, primeiramente, a diferença na estrutura física das associações: a ACAMARO contava com barracão próprio, os demais eram alugados via prefeitura. Essa mesma associação dispunha de espaço limpo, arejado e com pintura feita recentemente, além de computador, impressora e internet wi-fi. Os espaços do refeitório e da cozinha eram adequados e com boa higiene. A ARREP possuía o maior barracão das quatro em questão, mas três dos banheiros ficavam próximos ao local dos materiais, sendo escuros e pouco arejados, mesmo com os associados mantendo a limpeza e a higiene em dia. O outro banheiro ficava na cozinha/refeitório e tinha uma localização e uma estrutura melhor que os demais. A ACAMARUVA contava com sete banheiros adequados e arejados. A situação mais preocupante ficava na ACAMARU, que dispunha de dois banheiros pequenos, e um deles não

estava em condições de ser utilizado. Ou seja, as mulheres dividiam o banheiro com os homens.

A interação entre as pessoas, ao mesmo tempo em que pode ser um problema, por trazer distrações, reduzir o tempo de trabalho e refletir na renda, pode também ser um momento de alívio e descontração para um trabalho que é duro, estigmatizado, difícil e sujo. Percebeu-se que a maioria das associadas apresentava interação, conversava entre si, era animada e até mesmo amiga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho dos catadores é de extrema importância para a sociedade em geral, uma vez que todo material, descartável ou não, é produzido cotidianamente por todos que a compõem. No decorrer do tempo, houve maior valorização do trabalho dos catadores perante o poder público, mas ainda é grande o estigma em relação à ocupação dos catadores, uma vez que esses trabalham com um material descartado pela sociedade, considerado lixo e, conseqüentemente, sujo.

Com o passar dos anos, esses direitos foram importantes para consolidação da profissão do catador. A Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos), trouxe grandes conquistas para os catadores e maior visibilidade e responsabilidade perante o poder público. Com base nela, foram fortalecidos projetos e programas de âmbito municipal junto aos catadores.

Na cidade de Ponta Grossa – PR, a forma como acontecem a dinâmica de organização, as regras de funcionamento e a gestão das associações de reciclagem tem sido importante e essencial, garantindo um mínimo de renda a essas famílias. Contudo, há muito no que avançar em diversos aspectos, como aumento da renda por família, questões que dizem respeito à divisão sexual do trabalho, educacionais, habitacionais, dentre inúmeras outras que poderiam ser listadas aqui a fim de diminuir cada vez mais as desigualdades sociais.

Há fragilidades em relação às políticas públicas para os catadores na cidade, em especial para as mulheres. O que acontece em algumas

associações são acordos baseados na solidariedade, como no caso de doença, gravidez ou compromisso com a família. Apesar de isso ser importante no trabalho das catadoras, não é o suficiente, sendo necessária a responsabilidade do estado em relação às mulheres, visto que elas integram em um contexto de desigualdade. Ainda, esses profissionais realizam um trabalho de utilidade pública, portanto deveriam ser mais assistidos, mais valorizados, com maior acesso à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos.

Ademais, fica evidente a necessidade de avanço da dimensão educativa, tanto por parte do estado como das entidades que acabam assumindo parceria com as associações de reciclagem, em atuações que possam incidir sobre valores, comportamentos, relações e defesas das mais diversas instâncias. As ações, em um contexto geral, não podem ser vistas como atos desconexos, e devem ser coerentes com um propósito de transformação, tendo como pano de fundo a possibilidade de superação das desigualdades e efetivação da cidadania como um dos seus elementos imprescindíveis.

REFERÊNCIAS

ALESSI, G.; PEREIRA, J. Pandemia faz sumir trabalho e renda de catadores: “Somos grupos de risco. Tem idoso, fumante, diabético e cardíaco”. **El País**, São Paulo, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-04-14/pandemia-faz-sumir-trabalho-e-renda-de-catadores-somos-grupos-de-risco-tem-idoso-fumante-diabetico-e-cardiaco.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03 ago. 2010, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

HORST, L. V. M. **A educação ambiental e sua contribuição para o desenvolvimento comunitário**: o caso da cooperativa dos catadores e agentes ambientais de Irati (COCAAIR). 153 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, PR, 2015.

PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. Disponível em: http://www.IPEA.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160331_livro_catadores.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

PINHEL, J. R. **Do lixo à cidadania**: Guia para formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. 1. ed. São Paulo: Petrópolis, 2013.

ROSA, B. O. **Carolinas, catadoras de sonhos**. 150 f. Tese (Doutorado em Serviço Social da Unesp) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2020.

SILVA, P. H. I. **O que fazemos do que fazem de nós**: Trajetórias Sociais e Militância entre os Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil. 227 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/19738>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, R. B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Inthertesis**, Florianópolis-SC, v. 3, n. 2, p. 1-40, jul./dez. 2006.

WALDMAN, M. **Lixo**: cenários e desafios. Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CIDADANIA AMBIENTAL E CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PR

*Karoline Dutra Szul
Reidy Rolim de Moura*

A temática dos materiais recicláveis vem sendo discutida no âmbito dos modelos atuais do desenvolvimento sustentável. Contudo, desde a Revolução Industrial, o solo e o subsolo passaram a constituir grandes depósitos de praticamente todo o resíduo gerado pela sociedade consumidora de produtos industrializados e descartáveis. Assim, a escassez dos recursos naturais seguiu-se da degradação ambiental e do esgotamento de espaço físico para o armazenamento dos resíduos produzidos pela geração e pelo acúmulo de lixo (MEDEIROS; MACEDO, 2006).

Diante disso, no Brasil, o processo de reciclagem só se tornou viável em grande escala quando seu recolhimento e sua separação se tornou uma tarefa de baixo custo. Conforme aponta Bosi (2008, p. 67), a atividade deveria ser realizada “por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado”. Por isso, a força de trabalho é composta de trabalhadores sem contrato e com produtividade referente ao pagamento por produção. Assim, se não fosse a mão de obra barata, o processo de reciclagem não seria lucrativo a ponto de estimular empresários a investirem nesse nicho de mercado.

Catadores e catadoras de materiais recicláveis são conhecidos das mais diversas formas, uma delas é *agentes ambientais*, que são os iniciantes

no circuito da produção e da sustentabilidade ambiental. Esses profissionais muitas vezes são tratados de maneira romantizada pela sociedade e pelo poder público, que deixa de olhar para as reais condições de trabalho às quais eles estão submetidos.

Conforme Arantes e Borges (2013), podemos considerar duas categorias principais de catadores de materiais recicláveis. A primeira é a de catador não organizado, que coleta materiais diariamente e tem como instrumentos de trabalho carrinhos, carroças, sacos etc. Essas pessoas percorrem grandes distâncias e, quando finalizam a coleta, se dirigem aos donos de depósitos, denominados sucateiros ou depositistas, que compram os materiais por preços irrisórios. A segunda forma diz respeito aos catadores organizados coletivamente sob forma de associação ou cooperativa.

Ainda, existem outras quatro categorias de catadores de materiais recicláveis. Os trecheiros, que vivem no trecho de uma cidade e outra e catam latas para poder comprar alimentos. Os catadores de lixão, que catam diuturnamente, fazem seu horário e trabalham há bastante tempo. Os catadores individuais, que catam por si, preferem trabalhar de maneira independente e puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador, que é o depositista ou o sucateiro. Por fim, há os catadores organizados em grupos autogestionários, em que todos são donos do empreendimento, legalizado ou em fase de legalização, como associação ou cooperativa.

Outra denominação que se coloca aos catadores é a de *self employed proletarians*, em que o autoemprego não passa de uma ilusão, pois os catadores vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem sem ter acesso à seguridade social do mundo do trabalho (BIRBECK, 1978)

Cabe salientar que os catadores de materiais recicláveis integram o cenário urbano brasileiro há muitos anos, com registros desde o século XIX. Dessa época também provêm relatos de que havia compradores de sucata no bairro Brás, em São Paulo, os quais adquiriam principalmente garrafas e materiais ferrosos (PINHEL, 2013, IPEA, 2013).

[...] o “garrafeira” figura respeitada nos bairros e vilas da cidade foi desaparecendo ao longo do tempo, para dar espaço ao catador, que por sua vez recolhe resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar por algo assim (PINHEL, 2013, p. 17).

Ao longo do século XX, ocorreram mudanças consideráveis no perfil do catador, aliadas ao crescimento das cidades e influenciadas pelo modelo consumista que passou a imperar na sociedade. O Brasil, nas últimas décadas, mudou o tipo de lixo produzido nos aspectos de qualidade e de quantidade, muito diferentes do que se produzia há 40 anos. Ainda, salienta-se que, historicamente, a atividade dos catadores está alicerçada nas relações informais, que não geram registros oficiais. Dessa forma, além da negativa de acesso a uma série de direitos trabalhistas, a informalidade é ainda mais preocupante quando se consideram as condições de risco à saúde dos trabalhadores (IPEA, 2013; SILVA, 2017).

[...] pois os deixam desguarnecidos de qualquer seguro social para o caso de algum acidente ou doença que lhes impossibilite trabalhar por um determinado período. Os acidentes são causados geralmente pela falta de equipamentos de segurança ou pela exposição a riscos durante o trabalho (SILVA, 2017, p. 16).

Os riscos aos quais os trabalhadores estão frequentemente submetidos podem ser: exposição excessiva ao calor, umidade, ruídos, chuva, quedas e atropelamentos, corte e mordida de animais, contato com agentes transmissíveis de doenças, mau-cheiro, sobrecarga do trabalho e levantamento de peso (IPEA, 2013). Esses riscos não se limitam somente ao trabalho individual de catação nas ruas, mas também ao trabalho organizado em associações e/ou cooperativas. A organização em cooperativas e associações garante ao trabalhador um espaço de trabalho mais seguro e organizado, porém a falta de apoio do poder público faz com que muitas vezes sejam inviabilizadas condições melhores de trabalho.

Estima-se, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2008), que existem, aproximadamente, 70,5 mil catadores informais atuando em ruas e lixões do Brasil e, aproximadamente, 30.390 organizados em cooperativas e associações. Pinhel (2013) afirma que, segundo estudos, esses números não condizem com a realidade, pois a “PNSB se baseia nas informações geradas pelas prefeituras municipais, que, na grande maioria dos casos, não têm um cadastro dos catadores da cidade”.

Mesmo com um número expressivo no cenário nacional, os catadores estão submetidos a uma série de estigmas e preconceitos advindos de setores da sociedade, a qual não reconhece a relevância da atividade

desempenhada pelos catadores. Benvindo (2010) define que a atuação do catador se dá com base na “ressignificação do lixo”, ou seja, por meio da reciclagem dos materiais pelas mãos dos catadores, o material, antes inutilizável, torna-se objeto de valor no mercado de consumo. A falta de visibilidade da importância da atuação dos catadores expõe um papel paradoxal: ao mesmo tempo em que trabalham com os materiais, são estigmatizados por eles. Dessa forma, o catador passa a ser “excluído da inclusão”, visto que é incluído pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha (IPEA, 2013; MEDEIROS; MACEDO 2006).

Ainda, o catador tem fortes vínculos com a condição de pobreza. Ferreira *et al.* (2016) e Pinhel (2013) concordam que a maioria dos trabalhadores que sobrevive da reciclagem vive em condição de extrema pobreza, especialmente enquanto catadores individuais, que buscam materiais recicláveis em sacos de lixo ou na rua. Em razão da baixa qualidade do material, a venda permite garantir os mínimos básicos ao sustento da família, cuja qualidade de vida é muito baixa.

Cabe salientar, todavia, que as carências desse segmento vão além da pobreza material; envolvem uma gama de necessidades, entre as quais se destacam a preocupação com a organização produtiva (como cooperados) e a condição de sujeitos capazes de desempenhar um papel relevante na sociedade (FERREIRA *et al.*, 2016, p. 153).

Quando trabalham individualmente, as fragilidades sociais se acentuam na medida em que os catadores são explorados por atravessadores que compram os materiais por um valor muito baixo. Pinhel (2013, p. 22) afirma: “A mudança desse quadro de exploração só diminuirá com a adoção de uma estratégia econômica, política e social nas esferas municipais, estaduais e federais”. Uma das alternativas para haver valorização do trabalho realizado é a organização em cooperativas e associações, as quais fortalecem os catadores e os tornam mais independentes, com maior poder de barganha sobre a venda dos materiais e de reivindicações ao poder público.

Diante disso, é cada vez mais urgente o debate de catadores e catadoras de material reciclável atrelado à questão ambiental, contudo é preciso especificar a questão ambiental de que falamos.

QUESTÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: UMA NECESSIDADE

A discussão acerca da questão ambiental refere-se a diferentes aspectos da vida humana e transformações ao longo da história, principalmente nos tratos humano e político para com suas expressões, uma vez que estas direcionam consequências diretas à população humana e não humana.

Atrair cidadania à questão ambiental nos coloca diante do debate sobre a questão ambiental e de que forma ela se põe no cenário de disputa de poder e/ou acesso a direitos. Nesta ótica, Latour (2018) nos auxilia a entender que as crises ambientais ou ecológicas divulgadas com tanta amplitude na primeira década no século manifestam-se como um problema de constituição política generalizada. Ou seja, o trato com as crises ecológicas que perpassam pela humanidade nem sempre é pensado com base na junção dos diversos atores que permeiam a discussão¹.

A partir do século XX, a problemática ambiental se fortaleceu no cenário mundial em razão dos problemas relacionados à exploração desenfreada dos recursos da natureza e à degradação ambiental a nível global que se intensificaram na segunda metade do século. Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo se viu diante de uma série de problemas: produzir mais comida, recuperar as indústrias, reconstituir cidades, avançar tecnologicamente, entre outros (SCHONS, 2012; MONTIBELLER-FILHO, 1999).

Pádua (2010) afirma que a pesquisa histórica releva uma preocupação com os problemas ambientais que antecedem o século XX. Entende-se que a discussão em torno da questão ambiental esteve presente a partir da expansão europeia, desde o final do XVII, ocupando um lugar relevante no processo de construção do pensamento moderno. O autor destaca: “As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, seja na Europa, seja no mundo de expansão colonial, começaram a produzir denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. (2010, p. 84)”. Diante disso, a discussão em torno da problemática ambiental não pode se restringir apenas aos séculos XVII e XIX, e sim analisar um movimento histórico amplo e difuso – da construção da sensibilidade ecológica na modernidade.

¹ Latour aprofunda essa discussão na sua obra recente *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no antropoceno*, publicada em 2020.

Castells (1999) complementa que o debate em torno da preservação da natureza e a busca da qualidade ambiental são ideias do século XIX, porém se mantinham restritas às elites dos países dominantes. Reflexão disso se faz presente na discussão acerca dos direitos da cidadania, uma vez que a inacessibilidade aos direitos impossibilita aos cidadãos sua participação efetiva em temas que lhe interessam e impactam suas vidas diretamente.

A modernidade da questão ambiental, da ideia de que a relação com o ambiente natural gera um problema radical e inescapável para a continuidade da vida humana, deve ser entendida em sentido amplo. Ela não está relacionada apenas às consequências da grande transformação urbano-industrial, que ganhou uma escala sem precedentes a partir dos séculos XIX e XX, mas a uma série de processos macro-históricos anteriores e que com ela se relacionam (no jogo de continuidades e descontinuidades que caracteriza os processos históricos). É o caso da expansão colonial europeia e da incorporação de vastas regiões do planeta, uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância. Também da institucionalização da ciência como um modo privilegiado de entendimento do mundo, com pretensão de universalidade e capacidade para estabelecer redes planetárias de investigação e troca de informações (PÁDUA, 2010, p. 83).

Conforme aponta Figueiredo (1995), a questão ambiental não advém de uma base socialmente instituída, tornando o movimento ambientalista singular frente a outros que se movimentam social e politicamente. Concomitantemente, afirma Schons (2012, p. 76): “A questão ambiental é uma questão de poucas vozes, que ainda precisam ser amplificadas, estimuladas para se organizarem e produzirem a pressão da resistência que seja capaz de inscrevê-la na agenda política mundial.”

Assim, a temática ambiental se faz necessária como uma preocupação de todos, tendo ciência das responsabilidades e dos impactos na vida dos sujeitos, sendo visível o fato de os menos favorecidos serem os mais atingidos pelas transformações ambientais, o que é inversamente proporcional à sua capacidade de consumo e poluição do meio ambiente. Enquanto o meio ambiente se constituir um privilégio de classes, dificilmente as ações direcionadas terão a efetividade necessária².

² Michael Lowy (2014) aprofunda essa discussão na obra *O que é Ecosocialismo?*.

Nesta ótica, pensar a questão ambiental no decorrer da história nos leva a discutir também a noção de justiça ambiental, considerando que as expressões da questão ambiental afetam de maneiras diferentes a população, seja em relação a gênero, raça ou classe social, bem como pensando no *status* de uma nova cidadania. Por isso, a justiça ambiental coloca-se como fator central para pensar nos meios de construir um ambiente ao qual todos tenham acesso e onde sejam tratados de modo equânime, seja nos aspectos referentes à discussão de cidadania clássica ou para além disso, na discussão de uma cidadania ambiental.

A noção de justiça ambiental, conforme Acselrad (2002), teve sua primeira caminhada nos Estados Unidos da América a partir da década de 1980, por meio de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Buscaram tornar evidente que as forças do mercado e as práticas discriminatórias das agências governamentais concorriam de maneira articulada para a produção das desigualdades.

A discussão em torno da justiça ambiental decorre da constatação de que a crescente escassez de recursos naturais e de que a desestatização dos ecossistemas afeta de modo desigual, e muitas vezes injusto, diferentes grupos sociais ou áreas geográficas. Nessa lógica, entende-se que a relação entre sociedade e natureza reflete as assimetrias políticas, sociais e econômicas. Diante disso, a justiça ambiental vai além da concepção de uma disciplina acadêmica e se constitui um movimento contra as injustiças tradicionalmente colocadas no Estado de Direito convencional (ACSELRAD, 2002)

No que diz respeito ao Brasil, Acselrad (2002) aponta que, desde o período Colonial, passando pelo desenvolvimento agroindustrial e pelas reformas liberalizantes mais recentes, o desenvolvimento nacional sempre esteve marcado por pressões expansionistas, discriminatórias e privatistas.

Assim, entende-se que a justiça ambiental representa um movimento de resignificação da questão ambiental, resultado de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo se faz presente por meio da reconstituição de arenas em que ocorrem os embates sociais, de maneira que a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda (ACSELRAD, 2002).

A relação entre questão ambiental e justiça social nos leva a refletir que, desde o princípio, a questão ambiental esteve investida de distintos sentidos, ora contracultural ora utilitário, sendo o primeiro um questionamento do estilo de vida com justificado padrão dominante de apropriação do mundo material, e o segundo, um sentido utilitário protagonizado após os 30 anos de crescimento econômico nos países capitalistas centrais, em que a maior preocupação estava em assegurar a continuidade da acumulação do capital, economizando recursos (ACSELRAD, 2002).

No caso brasileiro, as lutas por justiça ambiental combinam a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado e, principalmente, a defesa dos direitos das populações futuras (ACSELRAD, 2002)

Diante disso, Viana (2013), ao discutir o exercício da cidadania ambiental, defende que, conforme a nossa Constituição Federal de 1988, todos os cidadãos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Por essa e outras razões, é dever do poder público e da coletividade defender e presar o meio ambiente para a presente e as futuras gerações.

Tal atuação, contudo, depende de três requisitos fundamentais: em primeiro lugar, da conscientização das pessoas em relação à necessidade e à importância de sua atuação como cidadãos; em segundo lugar, da possibilidade de acesso a dados e informações existentes nos órgãos e entidades que tratam da questão ambiental; e, em terceiro lugar, da existência de instrumentos que permitam aos cidadãos lutar processualmente contra danos potenciais ou, entre outros motivos, causados ao patrimônio público e ao meio ambiente (VIANA, 2013, p. 83).

Nesta ótica, a cidadania ambiental coloca-se como uma nova forma de pensar a cidadania no cenário contemporâneo. Botelho e Schawrcz (2012) entendem que atualmente a cidadania é uma luta por diferentes direitos, sendo um deles os ambientais. Por isso, a discussão em torno de uma concepção clássica de cidadania, perpassando para uma dimensão ampla, coloca-se como emergente no presente cenário, uma vez que as

dimensões clássicas da cidadania não mais dão conta da luta que se coloca em pauta atualmente.

CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA – PARANÁ

Dando prosseguimento à análise, colocamos em discussão a caracterização do universo de catadores e catadoras de materiais recicláveis que trabalham de maneira coletiva por meio das associações no município de Ponta Grossa – PR, para que se estabeleça a relação da realidade destes com a condição ou não de cidadania.

Na tabela 1, foram elucidadas informações individuais acerca do universo de pesquisa. Primeiramente, notou-se a predominância de mulheres nas associações (74,3%), informação que nos desperta curiosidade, uma vez que os dados nacionais mostram o contrário, com predominância do sexo masculino entre as pessoas que exercem as atividades de coleta e reciclagem de resíduos no país. Com efeito, o Censo de 2010 apontou uma distribuição de 68,9% de homens e 31,9% de mulheres³ no grupo de catadores de materiais recicláveis (IPEA, 2013).

Os dados demonstraram a concentração etária no ciclo de 36 a 50 anos (42,9%), idade acima da média nacional (34,4 anos), bem como da média regional de 40,6 anos na região Sudeste do Brasil (IPEA, 2013). A média etária nas associações é uma constante, considerando que os estudos de Rolim (2015) também demonstraram média regional acima da média nacional, atentando para o fato de se referem aos catadores da região Norte, e, por conseguinte, corroboram com a média regional estipulada pelo IPEA com base no Censo de 2010.

³ Isso é contestado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, principalmente pelas mulheres catadoras, indicando que ocorre exatamente o contrário. Autores como Sant’Ana e Mataelo (2016) e Chermem (2016) falam sobre a feminização do setor da reciclagem.

Tabela 1 – Características individuais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR (2017)

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Sexo	Masculino	18	25,7
	Feminino	52	74,3
Faixa etária	18 a 35 anos	25	35,7
	36 a 50 anos	30	42,9
	51 a 60 anos	11	15,7
	Mais de 60 anos	4	5,7
Estado Civil	Solteiro(a)	33	47,1
	Casado(a)	32	45,7
	Viúvo(a)	5	7,1
Raça	Sem resposta	2	2,9
	Branca	31	44,3
	Parda	28	40,0
	Negra	8	11,4
	Indígena	1	1,4
Escolaridade	EF incompleto	50	71,4
	EF completo	10	14,3
	EM incompleto	4	5,7
	EM completo	4	5,7
	Assina o nome	2	2,9
Anos de estudo	Sem resposta	8	11,4
	Não frequentou a escola.	8	11,4
	Até 4 anos	20	28,6
	De 5 a 8 anos	30	42,9
	De 9 a 11 anos	4	5,7

Fonte: Os autores, 2017.

A respeito da escolaridade, os dados demonstraram o baixíssimo nível de estudo, uma vez que mais da metade dos catadores e das catadoras não concluiu o Ensino Fundamental (71,4%), apresentando média de 5 a 8 anos de estudo (42,9%). Essa condição é também um reflexo nacional, pois estudos apontam que, nacionalmente, o analfabetismo atinge 20,5% dos catadores, com a ressalva de que apenas 24,6% dispõem de Ensino Fundamental completo e somente 11,4%, Ensino Médio completo (IPEA,

2013). Nos estudos de Rolim (2015) e Luttkë (2008), também é possível constatar que o baixo nível de escolaridade é outra constante no cenário da catação de materiais recicláveis, decorrente do fato de que a maioria das pessoas começou a trabalhar precocemente, o que acarretou no abandono nos estudos. A baixa escolaridade, associada às atividades de coleta e reciclagem, soma-se ao fato de o setor não exigir altas categorias de formação profissional, o que os impossibilita de concorrer no competitivo e disputado mercado formal (ROLIM, 2015 e CHERFEM, 2016).

Com base no cruzamento de dados, nota-se (tabela 2) que a faixa etária entre 18 e 35 anos ocupava significativamente o tempo de trabalho realizado de até um ano nas associações (60%). Esse dado nos leva a refletir sobre o índice de desemprego e de como o trabalho com materiais recicláveis vem a ser encarado como alternativa por parte dos trabalhadores. Ou seja, como uma opção de rendimento em um cenário de incertezas que não possibilita a venda da força de trabalho em outro tipo de atividade, especialmente a que permita algum tipo de proteção trabalhista, a exemplo: trabalho formal.

Tabela 2 – Tempo de associação considerando cada faixa etária – Associação dos Recicladores – Ponta Grossa – PR (2017; em percentual)

IDADE	Tempo de associação			
	Até 1 anos	De 2 a 4 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos
18 a 35 anos	60	28	12	0
36 a 50 anos	27	17	33	23
51 a 60 anos	18	0	55	27
Mais de 60 anos	0	25	50	25

Fonte: Os autores, 2017.

Destaca-se também a disparidade do nível de escolaridade conforme o gênero, visto que 76,9% das associadas não apresentavam Ensino Fundamental completo, diante de 55,6% dos homens. Isso difere da média nacional que, conforme a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (2018), aponta as mulheres como detentoras de 9,5 anos de estudo, em média, e os homens, 9,0. Cabe lembrar o número expressivo de mulheres presentes nas associações, o que reafirma que a condição de escolaridade se

trata também de uma relação de gênero, sendo necessárias ações afirmativas frente a isso.

Tabela 3 – Percentual de associados em cada nível de escolaridade – Gênero – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR (2017)

ESCOLARIDADE	GÊNERO (%)	
	Masculino	Feminino
EF incompleto	55,6	76,9
EF completo	16,7	13,5
EM incompleto	16,7	1,9
EM completo	5,6	5,8
Assina o nome	5,6	1,9

Fonte: Os autores, 2017.

Ainda, a pesquisa buscou analisar a condição habitacional de catadores e catadoras associadas. A Tabela 4 demonstra que mais da metade possuía casa própria (74,3%), e apenas um dos entrevistados não tinha acesso à água potável. No que diz respeito ao armazenamento de água, apenas 27,1% dispunham de caixa d'água, enquanto 60% não apresentavam meios de armazená-la, utilizando baldes, garrafas e outros objetos para esse fim. Esse dado é preocupante, pois para 21,4% dos associados a água disponível não é suficiente para o dia. Refletindo sobre o trabalho desempenhado pelos catadores e a necessidade da higienização, são necessárias ações do poder público voltadas ao saneamento básico, nos locais tanto de trabalho como, principalmente, de moradia.

Tabela 4 – Características Habitacionais – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR (2017)

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Acesso à água	Sim	69	98,6
	Não	1	1,4
Forma de acesso	Tratada	67	95,7
	Cedida (vizinhos)	3	4,3

continua

conclusão

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Forma de armazenamento	Sanepar (água encanada)	42	60,0
	Caixa d'água	19	27,1
	Baldes PET e outros utensílios	6	8,6
	Cedida (vizinhos)	3	4,3
Água suficiente para o dia	Sim	55	78,6
	Não	15	21,4
Moradia	Própria	52	74,3
	Alugada	8	11,4
	Cedida	10	14,3

Fonte: Os autores, 2017.

Na Tabela 5, verificamos que apenas 34,3% dos catadores e das catadoras eram atendidos pelo Programa Bolsa Família, recebendo o valor de R\$100,00 a R\$160,00 (10%) por mês. Esse determinante demonstra que os sujeitos se encontram em situação de vulnerabilidade social. Contudo, é preciso problematizar sobre aqueles que não se encontram cobertos pela rede socioassistencial, considerando que não dispõem de renda significativa ou qualquer outra proteção trabalhista que garanta o mínimo de segurança financeira a cada mês. Segundo estudos de Sant'Ana e Mataelo (2016), constam no Cadastro Único (CADÚNICO) 49.181 catadores e, destes, 31.078 recebem algum tipo de benefício social. É importante destacar que não se pode mensurar o número de catadores com base no CADÚNICO, uma vez que nem todos têm o limite de renda auferido para ser atendido pelos benefícios sociais e pela sazonalidade da ocupação.

Tabela 5 – Dados de assistência social – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR (2017)

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Bolsa Família	Sim	24	34,3
	Não	46	65,7

continua

conclusão

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Valor do Bolsa Família	Não recebe	46	65,7
	De 50 a 100 reais	6	8,6
	De 110 a 160 reais	7	10,0
	De 165 a 200 reais	2	2,9
	Mais de 200 reais	4	5,7
	Mais de 300 reais	1	1,4
	Sem resposta	4	5,7
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Auxílio Alimento	Não	70	100,0
Projeto Social	Não	70	100,0
Leite para as crianças	Sim	7	10,0
	Não	63	90,0
Pastoral da criança	Sim	5	7,1
	Não	65	92,9
Luz Fraterna	Sim	14	20,0
	Não	56	80,0
Tarifa Social	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
Serviço de convivência	Não	70	100,0
Pastoral	Sim	6	8,6
	Não	64	91,4
CRAS	Sim	13	18,6
	Não	57	81,4
CAPS	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
CMEI	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
SOS	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Outros	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
Total		70	100,0

Fonte: Os autores, 2017.

Diante dos dados expostos neste capítulo, é possível notar que a maioria dos serviços oferecidos, seja por meio das políticas públicas ou de entidades, não era acessada pelos catadores e catadoras, embora estes sejam o público-alvo de tais iniciativas. Não queremos, com isso, priorizar a ordem de vulnerabilidade, mas é preciso atentar para o dever de os serviços e atendimentos abrangerem cada vez mais a população que necessita, de modo a não se tornar um fator de exclusão para aqueles que, de sobremaneira, encontram-se excluídos socialmente pela atividade laboral que exercem.

Na Tabela 6, busca-se elucidar os dados referentes ao tempo de trabalho na associação e a renda média. Destaca-se que 28,6% dos associados tinham entre 5 e 9 anos de experiência no trabalho com a reciclagem, e 35,7%, até um ano na associação. O trabalho com a reciclagem não pressupõe o trabalho associado, pelo contrário, existe um número expressivo que foge dos indicadores tradicionais de catadores individuais nas ruas – os chamados carrinheiros –, por isso os dados demonstram que, antes de trabalhar na modalidade de trabalho associativo, a maioria dos trabalhadores já desempenhava o ofício de catador individual.

Tabela 6 – Dados de reciclagem/associação e renda – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR (2017)

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Tempo de trabalho com reciclagem	Até 1 ano	19	27,1
	De 2 a 4 anos	12	17,1
	De 5 a 9 anos	20	28,6
	Mais de 10 anos	14	20,0
	Mais de 20 anos	5	7,1
Tempo de trabalho na associação	Até 1 ano	25	35,7
	De 2 a 4 anos	13	18,6
	De 5 a 10 anos	21	30,0
	Mais de 10 anos	11	15,7

continua

conclusão

Categorias	Variáveis	Frequência	%
Renda média (semanal)	Sem resposta	2	2,9
	Não sabe	3	4,3
	De 40 a 80 reais	6	8,6
	De 85 a 100 reais	8	11,4
	De 110 a 160 reais	23	32,9
	De 165 a 200 reais	23	32,9
	De 210 a 270 reais	5	7,1
Total		70	100,0

Fonte: Os autores, 2017.

No que diz respeito ao rendimento médio semanal dos associados, foi expressiva a situação de vulnerabilidade socioeconômica em que se encontravam, visto que 32,9% recebiam de R\$110,00 a R\$160,00, e 32,9%, entre R\$165,00 e R\$200,00 semanais. Reafirma-se que a atividade com os materiais recicláveis, mesmo sendo matéria-prima rentável para o mercado e grandes indústrias, perpassa pelo barateamento da mão de obra, ou seja, daqueles que trabalham diretamente na base (coleta, separação, triagem, limpeza, prensagem etc.).

Ainda, não se visualizam iniciativas concretas que assegurem a catadores e catadoras de materiais recicláveis uma percepção remuneratória básica mensal, ou seja, um rendimento para além daquele do recebido no trabalho associativo, mesmo diante da Lei n.º 12.657/2016, que estabelece instrumentos e parâmetros para a criação de programa de geração de renda mínima no município de Ponta Grossa – PR.

CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: A NECESSIDADE DO DEBATE SOBRE CIDADANIA

Defendemos a necessidade de um olhar sensível para a condição da cidadania moderna, entendendo que suas dimensões clássicas, com base nos direitos sociais, políticos e civis, não conseguem abranger a complexidade de fatores e dimensões da sociedade contemporânea, que se configura um desafio para a efetivação da cidadania. Por isso, reafirmamos a

necessidade de refletir sobre a emergência de uma nova cidadania, que, conforme Botelho e Schwarcz (2012), constitui uma luta por diferentes direitos, dentre eles os ambientais.

Não podemos dissociar a condição do meio ambiente de seu caráter político e social, ou seja, isolá-lo enquanto um fator secundário, e sim entendê-lo como fator primário de acesso a direitos ou fator de exclusão dos primeiros afetados em casos de desastres ambientais. Diante disso, é necessário ter no horizonte a discussão sobre justiça ambiental, que no Brasil, por meio das contribuições de Acsegrad (2002), atrela a defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos; a defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado; a defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração das terras férteis, das águas e do solo seguro nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado, e, principalmente, a defesa dos direitos das populações futuras.

A respeito dos catadores e das catadoras de materiais recicláveis, defendemos a necessidade de entendê-los como sujeitos socialmente políticos, sociais e, principalmente, ambientais, pois são eles que lidam diretamente com os resíduos e, muitas vezes, são vistos como inúteis, descartáveis e sem valor por quem descarta. A discussão acerca da cidadania trouxe os elementos necessários para o entendimento de que a categoria de catadores e catadoras de materiais recicláveis é impedida de alcançar a condição de cidadã, na ótica dos direitos clássicos da cidadania, mas principalmente em um olhar amplo e sensível, com vistas à questão ambiental.

Por isso, é preciso refletir sobre o papel que os catadores desempenham. Para além da perspectiva de que o trabalho deles é fundamental para a sociedade e o meio ambiente, é preciso criar condições para que as atividades que desenvolvem se tornem praticáveis a longo prazo e enxergar catadores e catadoras enquanto sujeitos de direitos garantidos pelo Estado, buscando meios de efetivação da categoria enquanto profissão, e não os relegando apenas enquanto base da cadeia produtiva da reciclagem, expostos a diversos riscos e inseguranças, tanto no trabalho individual quanto em associações e cooperativas. Ainda, é preciso ter um olhar atento na relação de catadores e catadoras com a condição de pobreza, considerando

os últimos dados divulgados pelo IBGE, que aponta para a existência de 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com até R\$145,00 mensais, número que vem crescendo desde 2015.

Nesta ótica, o problema atual já não se circunscreve ao reconhecimento legal do catador enquanto profissional, mas em seu direito a condições dignas de trabalho para além da perspectiva estrita da sobrevivência. Dessa forma, quando são instituídas políticas que contemplem os catadores, é possível incluí-los no sistema produtivo, bem como valorizar a atividade que desempenham. Ainda mais se considerarmos que o fruto do trabalho deles não é valorizado, seja social ou economicamente, o que os deixa mais expostos às situações de vulnerabilidade, ultrapassando a precariedade da condição laboral.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Rev. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2002.
- ARANTES, B. O.; BORGES, L. O. Catadores de materiais recicláveis: cadeia produtiva e precariedade. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 319-337, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672013000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 set. 2017.
- BENVINDO, A. Z. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- BIRBECK, C. Self-employed proletarians in an informal factory: the case of cali's garbage dump. **World Development**, v. 6, n. 9-10, p. 1173-1185, 1978.
- BOSI, A. P. Trajetórias ocupacionais e identidade laboral de “jovens” e “velhos” trabalhadores: um estudo comparativo. **História Social**, n. 14-15, p. 289-306, Campinas, SP, 2008.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CASTELLS, M. O verdejar do ser: o movimento ambientalista. In: CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Trad. Kaluss Brandini Gerdardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FERREIRA, R. G.; SILVA, T. C.; RAMALHO, W. M.; ARAÚJO, W. N.; CRUVINEL, V. R. N. Condições de saúde e estilo de vida dos catadores de resíduos sólidos de uma cooperativa da ceilândia, no distrito federal: um olhar acerca dos determinantes sociais e ambientais de saúde. In: PEREIRA, B. C.; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

FIGUEIREDO, P. J. M. **A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. 2. ed. Piracicaba, SP: Editora Inimep, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Educação 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101657_informativo.pdf. Acesso em: 21 set. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação das catadoras e catadores de material reciclável**. Brasília, DF: IPEA, 2013.

LATOUR, B. **Políticas da natureza**. Como fazer ciência na democracia. Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: Edusc, 2004.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

LOWY, M. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Ed. Cortez, 2014.

LUTTKÉ, M. M. F. **Economia Solidária: um caminho para satisfação das necessidades humanas?** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2008.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista psicologia & sociedade**, v. 2, n. 18, 2006.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. 266 p.

PADUA, J. A. Como bases teóricas da história ambiental. **Estud. Av.** São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: PINHEL, J. R. (org.) **Do lixo à cidadania**: guia para formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo: Editora Peirópolis, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008>; Acesso em: 27 jun. 2017.

ROLIM, R. S. **Catadores, organizações e materiais recicláveis**: um estudo na região metropolitana de Recife/PE. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Universidade de Viçosa, Viçosa, MG, 2014.

SANTANNA, D.; MATAELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In: PEREIRA, B. C.; GOES, F. L. **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. (orgs.). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

SCHONS, S. M. Uma questão ambiental e a da pobreza. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 70-78, jun. 2012.

SILVA, S. P. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil**: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. Brasília, DF: IPEA, 2017.

VIANA, M. B. Exercício da cidadania ambiental. In: GANEM, R. S. (org.). **Legislação brasileira sobre meio ambiente**: instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Edições Câmara, 2013. Vol. 2.

FOME E VULNERABILIDADE SOCIAL: (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: O CASO DE PONTA GROSSA – PR¹

*Silvana dos Santos Moreira
Virgínia de Souza
Edina Schimanski*

Falar sobre a fome é complexo, sobretudo quando há no mundo, seja nos países mais ricos ou nos mais pobres, considerável desperdício de alimentos. Ainda há problemas graves relacionados à obesidade da população, desnutrição infantil e de idosos, entre tantas outras mazelas sociais. Para além do dado estatístico, a fome está mais perto de nós do que podemos mensurar. Essa constatação foi evidenciada enquanto pesquisadoras do Núcleo de Estudos Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, quando da realização de pesquisa social sobre a condição de pobreza e (in)Segurança Alimentar de catadores e catadoras de materiais recicláveis em Ponta Grossa – PR.

A fome está presente no dia a dia das famílias mais empobrecidas, sendo, portando, um fenômeno constante no mundo e, por consequência, no Brasil. Milhares de pessoas sofrem diariamente as consequências da falta de alimentação. O reconhecimento da problemática da fome e o dever do Estado em buscar soluções têm possibilitado a constituição de

¹ Versão preliminar deste capítulo foi apresentada no III Simpósio Internacional, Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, Ponta Grossa, PR, 2019.

políticas públicas específicas para tal fim. Assim, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional vai se delineando como parte da Seguridade Social e, portanto, um direito social.

Entende-se que a Segurança Alimentar e Nutricional consiste no direito de todas as pessoas a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de maneira permanente.

O marco da discussão sobre o conceito de Segurança Alimentar se deu após a segunda Guerra Mundial, definido como a quantidade, a regularidade e a qualidade do acesso aos alimentos (BELIK, 2003).

Ao discutir Segurança Alimentar, deve-se levar em conta a disponibilidade e a regularidade de alimentos. Ou seja, pode haver uma quantidade considerável de alimentos disponíveis, que podem, contudo, não estar acessíveis à população por uma série de fatores, sejam econômicos, de conflito ou de monopólio. A regularidade também deve ser considerada, sendo o acesso constante aos alimentos direito de todos. A dificuldade de acesso a alimentos de qualidade em quantidade adequada pode levar um grupo social a viver em Insegurança Alimentar, enfrentando, assim, a problemática da fome.

Josué de Castro foi protagonista de trabalhos importantes sobre a fome no Brasil, sendo dele o primeiro trabalho relevante que discute a temática da fome, em 1946, intitulado *Geografia da Fome*. A obra chamou a atenção para a fome enquanto problema social e político, sendo necessárias ações de Estado que promovessem o desenvolvimento para todos. Segundo o autor (1946), o Brasil necessitava realizar reformas estruturais para superar o quadro de fome no país. Realizada por Castro no século passado, a discussão sobre a realização de reformas estruturais, sendo uma delas a Reforma Agrária, está pendente atualmente.

Outro importante precursor da discussão sobre a fome no Brasil foi o sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, que saiu pelo Brasil afora sensibilizando pessoas sobre a situação da pobreza e da fome no país, bem como arrecadando alimentos para a população empobrecida. A fome pode ser desconhecida por muitos, mas tem dimensões política e social, sem mencionar o estigma que traz nas entrelinhas culturais.

Para Costa (2010), o contexto de Segurança Alimentar está ligado às escolhas do projeto de desenvolvimento de uma sociedade, incorporando

o conceito de soberania alimentar na perspectiva de construção de valores éticos, morais, sociais, ambientais e culturais, visando o bem-estar de toda a população.

Entendendo que as políticas públicas são resultado de decisões políticas e confrontos entre projetos de Estado, observou-se, nos últimos anos, um novo ciclo de desmonte das políticas públicas que impacta diretamente as populações mais empobrecidas. Exemplo disso é o congelamento dos gastos públicos por meio da Emenda Constitucional n.º 95, de 2016 (BRASIL, 2016), e a Proposta de Emenda Constitucional – PEC n.º 06/2019 (BRASIL, 2019), em tramitação, que propõe uma reforma da Previdência Social, instituindo, entre outras coisas, o sistema de capitalização, o qual é problemático em países que o adotaram, como o Chile.

O problema da fome é maior do que se pensa, tendo raízes profundas no contexto econômico, político e social do Brasil. No caso do Paraná, mais especificamente em Ponta Grossa – considerado um dos municípios mais prósperos do Estado –, há um filão de extrema pobreza. Desta maneira, apresentamos aqui um *locus* específico de pesquisa, isto é, a situação de (In)Segurança Alimentar dos catadores de material reciclado, participantes de associações do município de Ponta Grossa – PR.

Entende-se que o tema da Segurança Alimentar está atrelado a conceitos mais amplos, como a produção de alimentos e a fome, além da questão de políticas públicas. Nesse sentido, trazemos para reflexão uma revisão bibliográfica sobre a evolução do conceito de Segurança Alimentar até sua constituição enquanto política pública e a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores cuja renda advém de materiais reciclados. Na sequência, discutimos a situação de (in)Segurança Alimentar em associações de catadores de materiais recicláveis da cidade de Ponta Grossa, que apresentam múltiplas vulnerabilidades, principalmente em decorrência da Insegurança Alimentar vivenciada no cotidiano.

A abordagem da pesquisa foi realizada de 2017 a 2019, com a aplicação de questionário a todos(as) os(as) trabalhadores(as) das associações do município. O questionário foi construído com base nas perguntas aplicadas pelo IBGE no ano de 2013, na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD), que visava identificar os graus de (in)Segurança Alimentar da população brasileira, por meio da Escala Brasileira de (in)Segurança Alimentar (EBIA).

(BRASIL, 2014). Foram acrescentadas ao questionário outras perguntas abertas e fechadas de interesse do grupo de pesquisa, por exemplo, fontes de renda, grau de escolaridade e meios de locomoção até os barracões.

Este capítulo subdivide-se em três partes: a primeira discutirá sobre Política Pública, com ênfase na política de Segurança Alimentar no Brasil. A segunda trará dados sobre a situação dos trabalhadores de materiais recicláveis e, a terceira, os resultados da pesquisa quanto à situação de (in)Segurança Alimentar a que estão sujeitos os catadores de materiais recicláveis da cidade de Ponta Grossa – PR.

TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

No Brasil, a Política Pública de Segurança Alimentar teve, de modo incipiente, a primeira iniciativa em 1940, com o surgimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), que investiria no funcionamento de restaurantes a preços populares para trabalhadores. No ano de 1955, emerge outra proposta na área por meio da criação da Campanha de Merenda Escolar, que ganhou, em 1979, o nome de Programa Nacional de Alimentação Escolar, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Em 1962, outra iniciativa governamental toma corpo com a criação da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEN). Após 10 anos, ou seja, em 1972, cria-se na Política Nacional o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), propondo uma inovação no discurso oficial ao trazer a concepção de desnutrição como doença social (BRASIL, 2008). Destaca-se que a primeira referência oficial à expressão “Segurança Alimentar” foi abordada em 1985, pelo Ministério da Agricultura, ao lançar uma proposta Nacional de Segurança Alimentar. Um ano depois, é realizada a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição. Em 1989, após quatro anos, cria-se a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), resultado da fusão da COBAL e CIBRAZEN.

Segundo Battini e Costa:

[as] Políticas públicas são ações que representam o poder do Estado, elas resultam do pacto político firmado na sociedade. O governo quando ocupa o poder do Estado, torna-se responsável pela execução das políticas públicas, que são os instrumentos para a efetivação dos direitos do cidadão. As políticas públicas são áreas de pactuação entre Estado e sociedade, constituindo em medidas acima do programa dos governos. O governo, no regime democrático, deve efetivar os direitos dos cidadãos por intermédio das políticas públicas, conforme responsabilidades do Estado. (2007, p. 24).

Mesmo diante da elaboração de vários documentos legais, conferências, constituição de órgãos governamentais, houve pouco avanço em relação à Política de Segurança Alimentar nas duas últimas décadas do século XX. O Mapa da Fome lançado em 1992 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) denuncia que 32 milhões de brasileiros não tinham renda para se alimentar adequadamente (BRASIL, 2008).

No governo do Presidente Itamar Franco, especificamente em 1993, houve a apresentação do Plano Nacional de Segurança Alimentar. Essa proposta foi apresentada pelo então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, pelo agrônomo José Gomes da Silva e pelo bispo Dom Mauro Morelli. Nesse mesmo ano, foi criada a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada por Hebert de Souza, conhecido por Betinho. Tal plano se tornou o Programa de Combate à Fome e à Miséria e tinha como meta o enfrentamento da pobreza e da fome (BRASIL, 2008).

A I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada no ano de 1994, em Brasília, sendo considerada um marco por traçar um diagnóstico da fome no Brasil e propor as bases para a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008). No entanto, já no início do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Programa de Combate à Fome e à Miséria foi interrompido e o CONSEA, extinto. Em seu lugar, foi criado o Programa Comunidade Solidária, tendo à frente a primeira-dama, a antropóloga Ruth Cardoso. A partir daí, desenharam-se no país programas de combate à pobreza e à fome, como o Programa Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola, os quais, no entanto, foram marcados pela seletividade e focalização em

situações específicas, não contribuindo para a redução das desigualdades (SILVA, 2015).

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995, como uma linha de crédito e, depois, em 1996, como um programa, aplicado pelo Decreto n.º 1.946/1996, marca um importante conquista para os agricultores familiares, assim como para toda a sociedade, em razão de ampliar a capacidade de os agricultores familiares produzirem alimentos básicos (BIANCHINI, 2015).

Em 1998, por iniciativa da sociedade civil, criou-se o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, o qual discutiu o combate à fome junto aos governos municipais e estaduais. Em 1999, houve a aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que determinou aos órgãos do Ministério da Saúde que elaborassem atividades ao contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008).

A partir de 2003, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) estabeleceu como estratégia de governo o enfrentamento à pobreza e à fome, tendo como marco o lançamento do Programa Fome Zero (PFZ). Na ocasião, o então presidente criou o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar. Entre as várias estratégias do PFZ, apresentado enquanto demanda dos movimentos sociais, estava o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que articulava a produção de alimentos da agricultura familiar e o acesso à alimentação saudável por famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme Lei n.º 10.696/2003 (TAKAGI, 2010).

O PFZ estava alicerçado em três eixos: o primeiro visava a implantação de políticas estruturais, para o combate à pobreza, e específicas, para garantir o acesso aos alimentos; o segundo visava a consolidação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, motivo pelo qual o CONSEA foi recriado; e o terceiro eixo consistiu na convocação da sociedade pelo Estado para um Mutirão contra a Fome, dando continuidade à Campanha liderada por Betinho (TAKAGI, 2010).

O Programa Bolsa Família foi criado por medida provisória em 2003 e transformado em lei por meio da Lei n.º 10.836/2004 (BRASIL, 2004). Considerado um dos programas mais efetivos de combate à pobreza e à fome, unificou programas anteriores antes esparsos e criou uma estrutura que

ampliou o impacto redistributivo das transferências. Em 2010, o Programa beneficiava 13,8 milhões de famílias, ou seja, um quarto da população brasileira (IPEA, 2013).

Em 2004, na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As conferências tinham um importante papel enquanto ferramentas que exercitavam a participação popular na elaboração das políticas públicas. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) é criado no ano de 2006, ano também de sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Lei n.º 11.346/2006), que assegura a alimentação adequada como direito fundamental do ser humano, cabendo ao poder público adotar políticas e ações que garantam a Segurança Alimentar e nutricional da população. No artigo 3.º da Lei se estabelece que:

A Segurança Alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

No ano de 2007, realizou-se a III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Fortaleza, no Ceará. Um ano depois, ou seja, em 2008, o ministro Patrus Ananias coordenou a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, responsável pela elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2008).

Outro enfoque importante da Política Nacional de Segurança Alimentar diz respeito às políticas relacionadas à produção de alimentos. A agricultura familiar representa um importante setor quando se trata deste assunto. Segundo dados do Censo de 2006, foram identificados 4.366.267 estabelecimentos da agricultura familiar ocupando uma área de 80,10 milhões de hectares, ou seja, 24% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Brasil (IBGE, 2009).

Segundo o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2017):

[...] as principais políticas relacionadas à agricultura familiar são as de crédito, assistência técnica, extensão rural e apoio à comercialização [...] na safra de 2014/15, o PRONAF realizou cerca de 1,9 milhões de contratos, num valor total de 24 bilhões de reais. Em 2013 foram beneficiadas 769.180 famílias com ATER. As compras públicas da agricultura familiar totalizaram 1,5 bilhão de reais em 2015 (BRASIL, 2017, p. 18).

Em 2010, o Direito Humano à Alimentação passa a fazer parte da Constituição Federal do Brasil por meio de uma Emenda Constitucional, o que fortaleceu as possibilidades de elaboração de políticas públicas para essa garantia. Diz o artigo 6.º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2019, p. 1). Não significa que está garantido o direito humano à alimentação, mas que o Estado tem a prerrogativa de propor políticas públicas que busquem tal propósito.

A partir de 2016, há refreamento no Governo Federal em relação às políticas públicas. Tem se observado hodiernamente um desmonte das políticas que garantem tais direitos, por exemplo, o congelamento dos gastos públicos. O Brasil, que já se encontrava em uma crise econômica com desemprego crescente, enfrenta uma situação de desigualdade social e risco de crise alimentar ainda mais acentuada com a pandemia do novo Coronavírus, a partir de 2020. Segundo Souza *et al.* (2021), a pandemia provocou alterações nos hábitos alimentares da população. De modo geral, os mais ricos ampliaram o consumo de hortaliças, frutas e feijão, enquanto os domicílios com crianças e adolescentes passaram a consumir maior quantidade de alimentos ultraprocessados.

Nesse panorama, constatou-se que as Políticas Públicas, canalizadas para a Segurança Alimentar, ora avançaram ora foram extintas. As Políticas Públicas para tal fim ainda se apresentam de modo incipiente diante da robustez da Insegurança Alimentar no Brasil. Ainda mais quando o mundo passa a partir de 2020 pela pandemia do Coronavírus.

A situação de vulnerabilidade social a que muitas famílias são submetidas tem um processo de crescimento acelerado, sendo a falta de alimentação um dos fatores mais graves em se tratando de pobreza e fome. Um dos cenários mais drásticos nesta esfera refere-se à situação da coleta de material reciclável e à esparsa geração de renda.

SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E A COLETA DE MATERIAL RECICLÁVEL

O trabalho de separação e coleta de materiais recicláveis, de modo geral, tem sido assumido por trabalhadores que não encontram outra possibilidade de renda. Até poucos anos atrás, os catadores coletavam o material em lixões a céu aberto e nas ruas. Até porque a separação e a coleta seletiva do lixo exigem políticas públicas de educação ambiental para a população, as quais ganharam expressão principalmente a partir da década de 1990. Em virtude do trabalho como catadores e catadoras, esses sujeitos vivem uma invisibilidade social, isolados em espaços de concentração da pobreza e de difícil acesso aos serviços públicos.

Para regularização de resíduos sólidos no Brasil, foi instituída, em 2010, a Lei dos resíduos sólidos, Lei n.º 12.305/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, e às responsabilidades dos geradores de tais materiais e do poder público. Essa Lei, em seu art. 3.º, apresenta definições sobre coleta seletiva, reciclagem, resíduos sólidos e reutilização. Portanto, as associações de recicladores devem operar segundo tal normativa.

No texto da lei, encontram-se definições fundamentais sobre a reciclagem, consistindo no processo de transformação dos resíduos sólidos que envolvem a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes.

Em Ponta Grossa – PR, houve tentativas de organização dos trabalhadores em cooperativas em 1999, mas que não se consolidaram. Apenas em 2006 passam a existir associações que tornaram possível a

esses trabalhadores se organizarem para o trabalho de reciclagem de materiais. No entanto, somente em 2016 foram instituídas as diretrizes para a implementação da política municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos. A partir daí, a coleta seletiva passa a ser prioridade, e são estabelecidos instrumentos e parâmetros para a criação de programa de geração de renda mínima e inclusão social dos catadores de materiais recicláveis, “pró-catador”, no âmbito do município, por meio da Lei n.º 12.657/2016 (PONTA GROSSA, 2016).

A organização dos catadores em associações e cooperativas tem propiciado melhores condições de trabalho, visto que, individualmente, o catador é quem realiza todo o processo: coleta, separação, armazenamento e comercialização. A busca pelo mercado de maneira individual deixa essas pessoas expostas aos atravessadores, que impõem os valores a serem pagos, bem como as condições do material (IPEA, 2013). A renda obtida pelo trabalho com a reciclagem está ligada à disponibilidade de material, infraestrutura adequada e gestão da comercialização.

As condições de trabalho dos catadores no passado os predispunham à situação de Insegurança Alimentar em razão das condições insalubres dos locais onde trabalhavam. A Insegurança Alimentar e Nutricional pode ser detectada com base em diferentes tipos de problemas, como consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudiciais à saúde, doenças associadas à má alimentação e até mesmo obesidade e falta de acesso à água. Atualmente, por meio da organização da coleta seletiva, tais trabalhadores atuam em condições menos perigosas de trabalho, no entanto, além de outros condicionantes, o resultado econômico do trabalho pode ser insuficiente para garantir a Segurança Alimentar.

Conforme estudo de Ulbricht *et al.* (2012) realizado no município de Piraquara – PR, que entrevistou 56 catadores de materiais recicláveis, 33% dos entrevistados gostariam de se alimentar melhor. Foram considerados fatores condicionantes para a Insegurança Alimentar e nutricional dos catadores de materiais recicláveis: carga horária de trabalho, sem intervalo para a alimentação; falta de local adequado para armazenamento dos alimentos e para realização das refeições; ambiente sem higienização para consumo de alimentos; falta de acesso aos alimentos; e falta de acesso à renda em razão da instabilidade de preços dos materiais recicláveis.

Segundo Lavinhas e Nicoli (2006), um dos fatores que determina a vulnerabilidade em uma constituição familiar é a presença de crianças, talvez por se levar em conta as demandas que elas implicam em serviços assistenciais, de saúde e educação, caso as famílias não disponham de poder aquisitivo que proporcione condições adequadas a seus dependentes.

[...] onde há crianças, é elevadíssima a probabilidade de uma família ser vulnerável. [...]. Observe-se que a variável presença de crianças (até 16 aos) registra um coeficiente três vezes maior do que aquele observado no caso da presença de adolescentes (17 a 24 anos) ou mesmo de idosos que usufruem de qualquer benefício previdenciário. Isso significa dizer que uma criança provoca impacto negativo três vezes maior na probabilidade de uma família ser mais vulnerável do que a presença de outros tipos de dependentes, sejam eles adolescentes ou idosos sem cobertura previdenciária (LAVINHAS; NICOLI, 2006, p. 21).

Quanto maior a quantidade de pessoas na composição familiar, maior será a vulnerabilidade. Havendo crianças, esse impacto aumenta em três vezes, principalmente nas famílias das camadas mais empobrecidas, o que pode impactar significativamente a Segurança Alimentar de seus membros. Por outro lado, a inserção em programas sociais pode amenizar tais vulnerabilidades, como será demonstrado no tópico a seguir.

As várias pesquisas mencionadas anteriormente mostram que o segmento de catadores de materiais recicláveis está inserido no universo de uma população que se encontra vulnerável e em situação de Insegurança Alimentar, excedendo os quesitos de insuficiência de renda, mas que, agregada a outros condicionantes de acesso à alimentação, quantidade e qualidade dos alimentos, reverbera em uma constância dessa situação.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A REALIDADE DE TRABALHADORES COM MATERIAIS RECICLÁVEIS

Os dados aqui apresentados são resultado de um projeto de pesquisa da equipe do Núcleo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade

Estadual de Ponta Grossa – PR. O projeto tinha por objetivo averiguar a situação de (In)Segurança Alimentar dos catadores de material reciclado, participantes de associações do município de Ponta Grossa – PR. A escolha dos sujeitos se justifica tendo em vista que constituem um segmento da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social em decorrência de trabalho insalubre, insuficiência de renda, baixa escolaridade, entre outros fatores. Após contato com a assistente social responsável pelo trabalho com as associações do município em questão, foram agendadas entrevistas com cada uma das associações, acordadas previamente com os associados. Aplicou-se um questionário com perguntas objetivas sobre as condições socioeconômicas dos participantes, no qual constavam dados como: idade, renda, composição familiar e questões relativas à segurança familiar, baseada na Escala Brasileira de (in)Segurança Alimentar – EBIA (IBGE, 2014).

A EBIA é uma escala psicométrica que avalia uma das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional por meio da percepção e experiência com a fome. Segundo o IBGE (2014), essa escala faz parte do esforço de cinco instituições de pesquisa no Brasil (UNICAMP, UNB, UFPB, INPA e UFMT), que se basearam na escala americana de 18 itens, objetivando elaborar uma própria para a realidade brasileira. A escala brasileira contém 14 perguntas, cada uma com quatro opções de frequência, com estrutura, conceitos e linguagem considerados de fácil compreensão.

Ainda, segundo o IBGE (2014), a EBIA é capaz de mensurar a dificuldade de acesso familiar a alimentos e dimensões psicológicas e sociais da Insegurança Alimentar. A pontuação usada para categorizar a (In)Segurança Alimentar baseia-se na proporção de respostas positivas para as questões, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Pontuação da Escala Brasileira de (in)Segurança Alimentar para domicílios com e sem menores de 18 anos

Classificação	Pontos de corte para domicílios	
	Com menores de 18 anos	Sem menores de 18 anos
SA – Segurança Alimentar	0	0
IL – Insegurança Leve	1-5	1-3
IM – Insegurança Média	6-9	4-5
IG – Insegurança Grave	10-14	6-8

Fonte: IBGE, 2014.

A EBIA tem sido utilizada para mensurar a condição de (in)Segurança Alimentar da população brasileira como parte da pesquisa da PNAD/IBGE. Segundo pesquisa realizada pela PNAD em 2013, 74,2% da população brasileira encontrava-se em situação de Segurança Alimentar e 25,8%, em situação de Insegurança Alimentar, sendo 17,1% com Insegurança Alimentar leve, 5,1%, moderada, e 3,6%, grave (IBGE, 2014). No entanto, o IBGE (2020), ao divulgar os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF), mostrou haver um aumento da população em situação de Insegurança Alimentar, passando de 25,8% para 36,7%.

Ao olhar para a situação de (in)Segurança Alimentar dos trabalhadores da reciclagem, é importante comparar tais números com a situação de (in)Segurança Alimentar da população brasileira. Com base nas respostas fornecidas pelos trabalhadores da reciclagem às catorze questões, há a sistematização dos dados e a obtenção da pontuação de acordo com a EBIA (Quadro 1). Assim, é possível inferir se a família desse trabalhador estava em segurança ou Insegurança Alimentar, bem como os níveis dessa insegurança, classificadas em leve, média ou grave.

No ano de 2017, estavam em funcionamento no município de Ponta Grossa – PR as seguintes associações de reciclagem: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Oficinas (ACAMARO); Associação dos Catadores de Materiais recicláveis da Nova Rússia (ACAMARU); Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Uvaranas (ACAMARUVA); e Associação dos Recicladores Rei do PET (ARREP), no bairro Boa Vista.

As quatro associações eram compostas de 86 associados, abrangendo os bairros de Oficinas, Nova Rússia, Uvaranas e Boa Vista. Nos dias de aplicação dos questionários, estavam presentes nas associações 70 trabalhadores. Na Tabela 1, são apresentadas algumas características gerais de cada associação.

Tabela 1 – Tabela comparativa por Associações de Catadores de Materiais Recicláveis no município de Ponta Grossa – PR – 2017

Associação	Região	Número de associados	Data criação	Ton. Processada 2011/2015
ACAMARO	Oficinas	23	14/02/2006	1.080
ACAMARU	Nova Rússia	16	22/02/2006	1.070
ARREP	Boa Vista	17	06/11/2011	340
ACAMARUVA	Uvaranas	30	14/02/2006	1.630
Total		86		

Fonte: Adaptada de Neves e Cruz (2016).

Os dados e as discussões a seguir traduzem a realidade da situação nutricional e alimentar de trabalhadores(as) que fizeram parte da pesquisa. Durante a pesquisa de campo, junto às associações de trabalhadores da reciclagem, foram aplicados setenta questionários. Deste total, a faixa etária dos associados variou de 18 a 74 anos, tendo uma média de 39,8 anos de idade. Quanto ao sexo, o resultado foi de 53 mulheres e 17 homens, portanto, 75,7% de associadas mulheres e 24,2%, homens.

No que diz respeito à escolaridade, realizou-se a tabulação dos dados por associação de catadores, na qual se obteve o resultado apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Média de anos de escolaridade e renda por associação de reciclagem – 2017

Associação	Média/anos de estudo	Renda média semanal R\$
ACAMARO – Oficinas	5,7	129,00
ACAMARU - Nova Rússia	5,8	171,90
ARREP -Boa Vista	4,5	92,60
ACAMARUVA -Uvaranas	4,6	194,00

Fonte: Adaptada de Raiher (2018).

A média de estudo dos(as) associados(as) variava entre 4,5 anos e 5,8 anos. Assim, constatou-se que esse segmento apresentava baixa escolaridade, o que pode dificultar o acesso de tais trabalhadores(as) a ofícios menos penosos e/ou com maior remuneração.

A renda média do trabalho variou entre as associações, sendo a menor de R\$ 93,00/semana, na ARREP, e a maior R\$ 194,00/semana, na ACAMARUVA. Além disso, outras fontes compunham a renda familiar, como trabalhadores assalariados e acesso a políticas públicas, por exemplo, o Bolsa Família. No entanto, isso era variável para cada família. A composição da renda familiar e o número de pessoas na família são fatores que impactam a situação de (in)Segurança Alimentar.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a somatória da pontuação de 14 questões do questionário quanto à (in)Segurança Alimentar dos entrevistados. Na Tabela 3 é apresentada uma síntese da situação de (in)Segurança Alimentar de cada uma das quatro associações de trabalhadores de Ponta Grossa – PR. Pôde-se inferir que 84,3% dos domicílios desses trabalhadores apresentam algum grau de Insegurança Alimentar. Somente 15,7% encontram-se em situação de Segurança Alimentar. Com base na Tabela 3, nota-se não haver diferenças significativas entre as quatro associações. No entanto, a ARREP tinha 14 de seus 16 membros em situação de Insegurança Alimentar, ou seja, 87,5%; enquanto, na ACAMARO, esse número era de 12 em 15, ou seja, 80%.

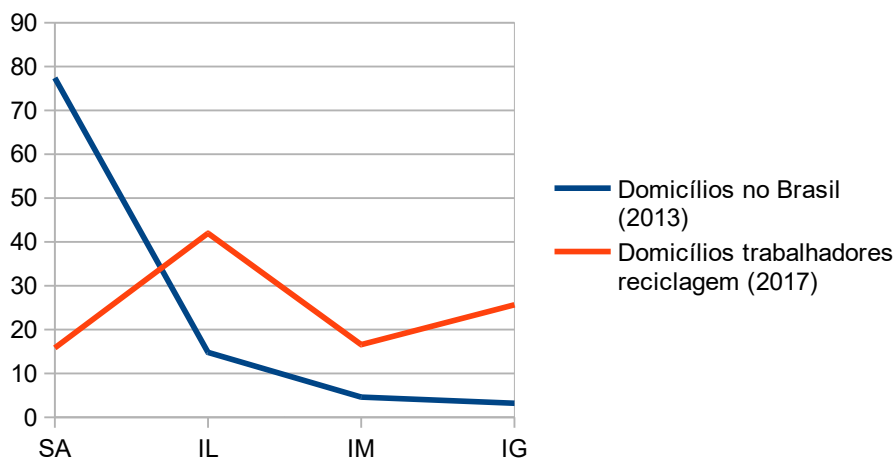
Tabela 3 – Panorama da (in)Segurança Alimentar dos trabalhadores na reciclagem em Ponta Grossa – 2017

Associação	Número de membros	Número de domicílios em Insegurança Alimentar	% de domicílios em Insegurança Alimentar
ARREP	16	14	87,5
ACAMARUVA	26	22	84,6
ACAMARU	13	11	84,6
ACAMARO	15	12	80,0
Total	70	59	84,3

Fonte: Adaptada de Raiher et al. (2018).

Assim, de 70 trabalhadores, 59 encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar. Ao comparar os trabalhadores da reciclagem com o restante da população brasileira, fica evidente que tal grupo estava exposto a uma situação muito grave de Insegurança Alimentar. De acordo com a Gráfico 1, 77,4% dos domicílios brasileiros encontravam-se em situação de Segurança Alimentar, enquanto os 22,6% restantes, em Insegurança Alimentar. No caso dos trabalhadores das associações no município de Ponta Grossa – PR, os dados se invertem, ou seja, apenas 15,7% dos domicílios estavam na condição de Segurança Alimentar e 84,3% dos domicílios, em situação de Insegurança Alimentar.

Gráfico 1 – Comparação da (in)Segurança Alimentar dos trabalhadores da reciclagem de Ponta Grossa e a população brasileira (%)



Nota: SA – Segurança Alimentar; IL – Insegurança Alimentar Leve; IM – Insegurança Alimentar moderada; IG – Insegurança Alimentar grave).

Fonte: Adaptado de Raiher *et al.* (2018) e IBGE (2014).

A Insegurança Alimentar se apresenta com intensidade diferente considerando a presença ou não de menores de 18 anos no domicílio. No que diz respeito à população estudada nesta pesquisa, constatou-se que em 70% dos domicílios havia a presença de menores de 18 anos.

A Tabela 4 mostra que dos domicílios onde não havia menores de 18 anos, 52,4% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave, 9,5% em situação de Insegurança Alimentar moderada, e 23,8% em situação

de Insegurança Alimentar leve. Assim, nos domicílios sem a presença de menores de 18 anos, a situação era de Insegurança Alimentar moderada e grave, e onde havia limitação da quantidade de alimentos, somava-se 61,9%. Somado à situação de Insegurança Alimentar leve, obteve-se que 85,7% desses domicílios estavam em situação de Insegurança Alimentar.

Nos domicílios com a presença de crianças e adolescentes, 14,29% se encontravam em Insegurança Alimentar grave, 18,37% em Insegurança Alimentar moderada, e 51,02% em Insegurança Alimentar leve, somando 83,68% em inseguranças alimentar. Há uma contradição aqui com os dados de Lavinas e Nicoli (2006), quando se comparam as Insegurança Alimentar grave e moderada. As autoras afirmam que os lares com menores de 18 anos estariam mais vulneráveis e propensos à situação de Insegurança Alimentar. Os dados dessa pesquisa mostraram que o grupo sem menores de 18 anos encontrava-se em situação de vulnerabilidade maior. Tal fato deve estar relacionado à maior abrangência de políticas públicas de proteção à criança, contribuindo, assim, para menor Insegurança Alimentar grave em tais domicílios.

Tabela 4 – Dados da situação de (in)Segurança Alimentar de trabalhadoras(es) com e sem a presença de menores de 18 anos e total de domicílios – 2017

Categoria	Total de dom. com < de 18 anos	Em %	Total de dom. sem < de 18 anos	Em %	Total dos domicílios	Em %
AS	8	16,33	3	14,3	11	15,7
IL	25	51,02	5	23,8	30	42,9
IM	9	18,37	2	9,5	11	15,7
IG	7	14,29	11	52,4	18	25,7
Total	49	100,0	21	100	70	100,0

Fonte: Adaptada de Raiher et al. (2018).

No total entre famílias com e sem a presença de menores de 18 anos, 25,7% encontravam-se em situação de Insegurança Alimentar grave, fator preocupante quando pensamos em alimentação adequada e (in)Segurança Alimentar. Isto é, de cada quatro famílias de trabalhadores na reciclagem

nas associações de Ponta Grossa, pelo menos uma dispunha de restrição alimentar grave, em situação de fome.

Portanto, concluímos que a presença de Insegurança Alimentar foi significativa entre os trabalhadores nas associações de catadores de material reciclado no município de Ponta Grossa – PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que uma das primeiras ações do Governo Federal (ao assumir, em 2019) foi a extinção do CONSEA, avalia-se que o problema da (in)Segurança Alimentar entrará em uma nova fase. Após catorze anos de governos que priorizaram essa agenda e conseguiram fazer com que o Brasil fosse retirado do mapa da fome no ano de 2014, tem-se um governo que se propõe a desativar políticas realizadas pelos seus antecessores. Somado a isso, há uma crise econômica que solapa o direito ao trabalho, impedindo que milhões de brasileiros estejam empregados.

Entendendo que o combate à pobreza e à fome são decisões políticas, o não fazer terá um impacto significativo sobre as populações mais empobrecidas. Ao iniciar o projeto de pesquisa junto aos catadores, o contexto era de saída do Brasil do mapa da fome, significando que havia, naquele momento, segundo o IBGE (2014), menos de 4% de pessoas em situação de Insegurança Alimentar grave. No entanto, a situação econômica do país se agravou a partir de 2015, o que tem afetado o acesso da população a alimentos de qualidade e com regularidade. Os catadores de materiais recicláveis fazem parte de um grupo do qual as políticas ainda não conseguiram sanar o problema da Insegurança Alimentar, o que confirma a necessidade de políticas públicas específicas para atender tais públicos.

Os trabalhadores da reciclagem são agentes ambientais, pois propiciam que parte do lixo seja reciclado e reaproveitado. O discurso antiambiental realizado pelos gestores do Estado brasileiro pode afetar, inclusive, a disponibilidade de materiais para tais trabalhadores, visto que podem ser revistas as medidas tomadas em prol da questão ambiental, principalmente no que diz respeito ao resíduo sólido. Sem contar que o próprio discurso antiambiental pode fazer regredir as políticas de coleta seletiva.

O trabalho de Josué de Castro, em 1946, chamando a atenção para a fome enquanto problema social e político mostra-se atual quando comparamos os dados obtidos na pesquisa com os cooperados das associações de catadores de materiais recicláveis no município de Ponta Grossa – PR.

Os dados apontaram que 84,3% dos domicílios dos associados apresentam Insegurança Alimentar, estando 25,7% destes com Insegurança Alimentar grave. Constata-se a urgência de políticas públicas específicas para atender esse segmento da sociedade, bem como os que se encontram em situação de vulnerabilidade social em decorrência da falta de alimentos e/ou precário acesso a esse direito social, preconizado pela Constituição Federal de 1988. Em suma, a pesquisa empreendida apontou que o grupo, foco da pesquisa, apresenta Insegurança Alimentar, o que afeta seu acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade.

REFERÊNCIAS

BATTINI, O.; COSTA, L. C. **Estado e políticas públicas**: contexto sócio-histórico e assistência social. São Paulo: Veras, 2007.

BELIK, V. Perspectivas para a Segurança Alimentar no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.12-20, jan.-jun. 2003. Disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7087/8557>. Acesso em: 15 out. 2021.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF** | 1995-2015 | avanços e desafios. Brasília, DF: SAF/MDA, 2015. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PRONAF_20_ANOS_VALTER_BIANCHINI.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Lei n.º **11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SAN -Segurança Alimentar e Nutricional:** trajetória e relatos da construção de uma Política Nacional. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/revistasan_baixa.pdf. Acesso em: 15 mai. 2019

BRASIL. Lei n.º 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 ago. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de (in)Segurança Alimentar - EBIA:** análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar Nutricional. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/73.pdf.

Acesso em: 03 out. 2018.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – PLANSAN 2016-2019. Brasília, DF: MDSA/CAISAN, 2017. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 out. 2021.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019. Acesso em: 15 out. 2021.

CASTRO, J. **Geografia da fome**: o dilema do brasileiro pão ou aço. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COSTA, I. B. “**Nessa terra, em se plantando tudo dá?**”, Política de soberania e Segurança Alimentar e nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13742>. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura familiar primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: Análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

IPEA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.IPEA.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavavel_brasil.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

IPEA. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: http://repositorio.IPEA.gov.br/bitstream/11058/2082/4/Livro-Programa_Bolsa_Familia-uma_d%C3%A9cada_de_inclus%C3%A3o_e_cidadania.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

LAVINAS, L.; NICOLI, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 67-97, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2021.

NEVES, J. G.; CRUZ, G. C. F. Os Resíduos Sólidos em Ponta Grossa e a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n. 12.305/2010. In: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – XXV, 2016, Ponta Grossa, PR. **Anais [...]**. Disponível em: http://apps.uepg.br/proresp/pesquisa/eaic/public/storage/uploads/2016/08973554905/2016-09-12_13-21-26.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

PONTA GROSSA. **Lei Municipal n.º 12.657.** Institui diretrizes para a implementação da política de gestão dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para a coleta seletiva. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2016/1265/12657/lei-ordinaria-n-12657-2016>. Acesso em: 15 out. 2021.

RAIHER, A. P. *et al.* **(In)Segurança Alimentar:** Associação de recicladores de Ponta Grossa. Relatório final de pesquisa. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2018. Disponível em: http://sites.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/2012/11/In_seguran%C3%A7a-alimentar_Relat%C3%B3rio-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

SILVA, M. B. **Assistência Social e seus usuários:** entre a rebeldia e o conformismo. São Paulo: Cortez, 2015.

SOUZA, B. F. N. J. *et al.* (In)Segurança Alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **Interamerican Journal of Medicine and Health**, Campinas, SP, v. 4, 2021. Disponível em: <https://www.iajmh.com/iajmh/article/view/160/214>. Acesso em: 15 out. 2021.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero em 2003. *In*: SILVA, J. G.; GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (orgs.). **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília, DF: MDA, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Fome_Zero__A_experinc-1750637.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

ULBRICHT, L. *et al.* Avaliação das condições alimentares de catadores de materiais recicláveis em uma região no município de Piraquara, Paraná. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 92, p. 125-132, jan./mar. 2012. Disponível em: http://docvirt.com/asp/acervo_cebes.asp?Bib=SAUDEDEBATE&PASTA=V.36%2C+N.92+--jan&pesq=ULBRICH&x=102&y=0. Acesso em: 15 out. 2021

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE PONTA GROSSA – PR – E SEUS DETERMINANTES

Augusta Pelinski Raiher

A Segurança Alimentar consiste na realização do direito de se ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. A consequência direta de não ter essa disponibilidade finda-se na exposição às doenças, comprometendo o bem-estar dos indivíduos. Cria-se um processo circular no qual, ao mesmo tempo em que a fome é causada pela miséria, ela intensifica a miséria seguinte. Se esse processo não é rompido, amplia-se a Insegurança Alimentar no decorrer do tempo, gerando efeitos nocivos individuais e para a sociedade como um todo.

É necessário reconhecer a alimentação como um direito humano primordial, que antecede qualquer outra situação, especialmente por ser um componente do próprio direito à vida. Entender a importância de toda a sociedade estar em Segurança Alimentar é buscar um desenvolvimento mais humano, igualitário, focado no desenvolvimento das capacitações individuais (SEN, 2000).

Basicamente, dois elementos se ligam à persistência da Insegurança Alimentar: o primeiro é a dificuldade de conseguir alimentos em quantidade e qualidade suficiente para ter uma vida digna, pautada na dificuldade financeira de adquirir tais produtos, e a oferta desses alimentos. No caso deste último, mesmo com avanços importantes na produção agrícola de países como o Brasil, a oferta de alimentos para todos os indivíduos da

sociedade é limitada. Isso não decorre da falta de alimentos, mas da desigualdade na aquisição desses produtos, decorrente da injustiça social historicamente construída.

Assim, a Insegurança Alimentar é verificada especialmente nas populações que se encontram em estado crítico de fragilidade social. E por estarem nessa condição, apresentam dificuldades expressivas para romper sozinhas tal processo negativo, o que demanda uma ação conjunta do governo e da sociedade. Um dos grupos que apresentam vulnerabilidade expressiva são os catadores de materiais recicláveis.

No trabalho realizado pelo IPEA (2013), evidenciou-se a vulnerabilidade desses trabalhadores no Brasil, que apresentavam um rendimento médio mensal de R\$571,56, bem abaixo da média nacional, de R\$ 767,02 (DATASUS, 2017). Indicadores como o de analfabetismo ratificam essa vulnerabilidade, apresentando um percentual de 20,5% para catadores e catadoras, contra 9,4% da população total do país. Portanto, há uma fragilidade social nesse grupo, que pode o conduzir a um nível de Insegurança Alimentar elevado, desencadeando um processo cumulativo negativo da pobreza, tornando-os ainda mais vulneráveis socialmente.

Esse grupo de trabalhadores tem uma posição-chave na gestão de resíduos sólidos no país. Sua contribuição está no retorno de diferentes materiais ao ciclo produtivo, evitando que diversos materiais sejam destinados a aterros sanitários ou lixões, além da economia de energia e de matéria-prima (GOUVEIA, 2012). São eles os responsáveis pela maior parte do processo de coleta seletiva, que envolve o recolhimento dos materiais nas residências, limpeza e classificação, conforme suas características físicas (CARVALHO, 2013). Assim, esses trabalhadores se apresentam como importantes agentes ambientais, promovendo uma cadeia produtiva sustentável e ambientalmente eficiente.

Portanto, dada a relevância desse grupo de trabalhadores para a sociedade e, ambigualmente, considerando a vulnerabilidade social na qual se encontram, torna-se importante estudar e acompanhar a Segurança Alimentar desses trabalhadores.

Por isso, este capítulo focou na (in)Segurança Alimentar dos catadores de materiais recicláveis do município de Ponta Grossa – PR, os quais estão organizados em quatro associações: Associação dos Catadores de Materiais

Recicláveis do bairro de Oficinas (ACAMARO); Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do bairro de Uvaranas (ACAMARUVA); Associação dos Catadores de Materiais recicláveis da Nova Rússia (ACAMARU); e Associação dos Recicladores Rei do Pet (ARREP), localizada no bairro Chapada. Os materiais processados por essas associações são oriundos de coletas realizadas pelos associados e da parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por intermédio do Programa Feira Verde, que recolhe os materiais sólidos recicláveis em troca de alimentos, hortifrutigranjeiros, dentre outros. Conta também com Pontos de Entrega Voluntária e coletas específicas, localizadas em organizações públicas e privadas do município.

Analisar a efetividade do direito de se alimentar de maneira suficiente e com qualidade é pensar no fato de que as associações trabalham com famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social extrema. Destarte, é necessário identificar os fatores que elevam as chances de um associado estar na condição de Insegurança Alimentar, com o intuito de promover políticas públicas específicas que venham a mitigar essa questão social. Por isso, este capítulo focou na análise da (in)Segurança Alimentar desse grupo e nos seus determinantes.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: METODOLOGIA DE CÁLCULO

Para mensurar a (in)Segurança Alimentar dos catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa e seus determinantes, foram coletadas informações nas quatro associações de reciclagem presentes no município (ACAMARO, ACAMARUVA, ACAMARU E ARREP), no segundo semestre de 2017 (maiores detalhes acerca do questionário estão disponíveis em Raiher *et al.*, 2018), com dados de 70 associados. Dispondo dessas informações, mensurou-se a (in)Segurança Alimentar com base na metodologia da Escala Brasileira de (in)Segurança Alimentar (EBIA), elaborada pelo IBGE (2006), conforme Quadro 1.

A condição de Insegurança Alimentar é classificada em três categorias: a) Insegurança Alimentar Leve (IA leve), quando existe preocupação ou incerteza quanto à disponibilidade de alimentos no futuro em quantidade e qualidade adequadas; b) Insegurança Moderada (IA moderada), quando

há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos e; c) Insegurança Alimentar Grave (IA grave), em que há redução quantitativa de alimentos e/ou ruptura nos padrões de alimentação, resultante da falta de alimentos para adultos e/ou crianças, e/ou privação de alimentos, fome¹.

Quadro 1 – Questionário da EBIA

1	Os moradores desse domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar ou receber mais comida?
2	Os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?
3	Os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?
4	Os moradores desse domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?
5	Algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
6	Algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar comida?
7	Algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não tinha dinheiro para comprar comida?
8	Algum morador de 18 anos de idade ou mais perdeu peso porque não comeu quantidade suficiente de comida, porque não tinha dinheiro para comprar comida?
9	Algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia porque não tinha dinheiro para comprar comida?
10	Os moradores com menos de 18 anos de idade não puderam ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida?
11	Os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia no domicílio porque o dinheiro acabou?
12	Algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?

continua

¹ Essa classificação é a mesma aplicada pelo IBGE.

conclusão

13	Foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?
14	Algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar a comida?
15	Algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

Fonte: IBGE (2006).

A Segurança Alimentar é vislumbrada quando o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente é regular e permanente, sem restar incertezas quanto à aquisição futura (BÓGUS; COSTA, 2012). Partindo dessa conceituação, e após a tabulação das respostas dos associados (sim ou não) às definições do Quadro 1, atribuiu-se uma pontuação a cada família de catador, referente ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala (Tabela 1).

Nessa construção da métrica da (in)Segurança Alimentar, a faixa etária dos residentes em cada um dos lares foi determinante para a aplicação das questões. Em famílias nas quais todos os moradores apresentaram mais de 18 anos, foram aplicadas as questões de um a nove (1 a 9) do Quadro 1. Nas famílias que apresentaram pelo menos um morador com menos de 18 anos, foram exploradas todas as questões, de um a quinze (1 a 15). Na Tabela 1, é possível visualizar os valores e os níveis de segurança/Insegurança Alimentar conforme a metodologia EBIA.

Tabela 1 – Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de Segurança Alimentar

CATEGORIAS	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 11	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	12 a 15	7 a 8

Fonte: IBGE (2006).

De maneira geral, os dados foram separados entre as famílias inseridas na condição de Segurança Alimentar *versus* as que estavam na Insegurança Alimentar. Na sequência, as diferenças entre esses dois grupos foram analisadas considerando as quatro associações. Por fim, utilizou-se a econometria (modelo *Logit*) para identificar a probabilidade de uma família se inserir na Insegurança Alimentar, dadas suas características particulares.

O modelo *Logit* estima a probabilidade de ocorrência de determinado evento (neste caso, estar na Insegurança Alimentar), dado um conjunto de explicativas variáveis. Com os resultados obtidos em (1), são definidos os fatores potenciais da inserção de um domicílio na Insegurança Alimentar.

$$\ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = b_0 + b_1\text{Crianças} + b_2\text{Gênero} + b_3\text{Estatocivil} + b_4\text{Raça} + b_5\text{Anosdeestudo} \\ + b_6\text{rendamensal} + b_7\text{Outrasrendas} + b_8\text{PrevidenciaPensoes} \\ + b_9\text{Programassociais} + e$$

Em que: **p** é a probabilidade de se inserir na Insegurança Alimentar e **1-p** é a chance de não estar ou se inserir na IA; **Crianças**: equivalente a uma *dummy*, cujo valor igual a “um” se aplica no domicílio com crianças, e zero, caso contrário; **Gênero**: “um” para feminino e “zero” para masculino; **Estatocivil**: com valor equivalente a “um” para solteiro/divorciado/viúvo, e “zero”, caso contrário; **Raça**: com valor igual a “um” para não branco, e “zero”, caso contrário; **Outrasrendas**: também se refere a uma *dummy*, em que, se o domicílio apresentou outras fontes de renda, recebeu “um”, e “zero”, caso contrário; **PrevidênciaPensoes**: recebeu “um” se tinha alguma previdência ou pensão no domicílio, e “zero”, caso contrário; **Programassociais**: igual a “um” se é beneficiário de algum programa social, e “zero”, caso contrário.

A escolha das variáveis explicativas de (1) levou em conta a literatura nacional e internacional. Hoffmann (2008), por exemplo, constatou que a ausência de pessoas com menos de 18 anos, a maior escolaridade do responsável pelo domicílio e a maior renda *per capita* podem determinar a Segurança Alimentar de um domicílio. Gubert e Santos (2009), por sua vez, incluíram a cor/raça negra, o gênero feminino, a existência de pessoas com mais de 60 anos, o tamanho da família e a presença de crianças menores de 10 anos como fatores que elevam a probabilidade de um domicílio estar

na Insegurança Alimentar. Adicionalmente, para Sobrinho *et al.* (2014) e para Pedraza *et al.* (2013), receber algum benefício social, especialmente o Bolsa Família, é importante na determinação da Segurança Alimentar.

No âmbito internacional, Olabiyi e McIntyre (2014) identificaram que a Insegurança Alimentar no Canadá é maior entre as famílias monoparentais, nas que há um elevado número de integrantes na família, em que o nível de escolaridade é menor, que receberam subsídios de desemprego, detinham doenças crônicas e em que o tabagismo e outros problemas de jogo se faziam presentes. Ademais, Motbainor *et al.* (2016), analisando dois territórios da Etiópia, inferem como determinantes da Insegurança Alimentar o tamanho da família, a renda mensal familiar, as mães analfabetas e a área residencial rural.

Isto posto, percebe-se um padrão comum de algumas variáveis associadas à Insegurança Alimentar na literatura nacional e internacional, variáveis que foram incluídas no modelo (1), visando determinar os fatores que podem afetar as chances de um associado estar na Insegurança Alimentar.

MENSURAÇÃO E DETERMINANTES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM PONTA GROSSA – PR

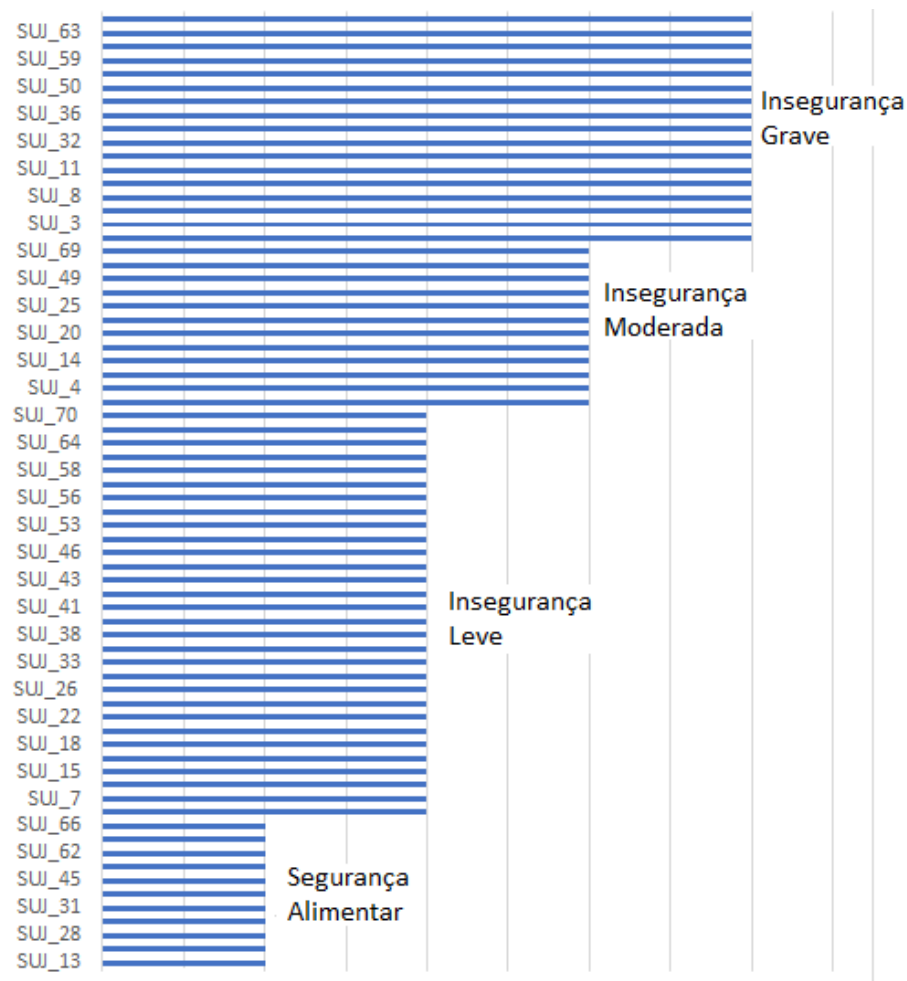
Estar em Insegurança Alimentar significar ter a limitação ou a incerteza de acesso a alimentos adequados, em qualidade e quantidade suficiente. Suas consequências são inúmeras, como desenvolvimento de doenças, má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho, mortalidade infantil e materna, prejuízos nos desenvolvimentos físico e mental, gerando baixo rendimento escolar, dentre outros fatores. Enfim, ter uma alimentação adequada apresenta-se como crucial para o melhoramento das condições de saúde e bem-estar, com aumento da qualidade de vida.

No caso dos catadores de materiais recicláveis, Ulbricht *et al.* (2012) acompanharam 56 catadores no município de Piraquara – PR, identificando que 33% estavam na Insegurança Alimentar. Entre os principais determinantes, estavam: carga horária de trabalho sem intervalo para a alimentação; falta de local adequado para armazenamento dos alimentos

e para realização das refeições; ambiente sem higienização para consumo de alimentos; falta de acesso aos alimentos; e falta do acesso à renda em razão da instabilidade de preços dos materiais recicláveis.

Este e outros trabalhos (CUNHA *et al.*, 2003; HOGAN *et al.*, 2000) apontam a existência de uma significativa vulnerabilidade socioeconômica nesse grupo, sinalizando para uma maior probabilidade de estarem na Insegurança Alimentar. No caso dos catadores associados de Ponta Grossa – PR (Gráfico 1), apenas 16% estavam na Segurança Alimentar, com uma predominância da insegurança leve (43%), seguida da grave (24%) e da moderada (17%). Portanto, tem-se uma questão social grave dentre os entrevistados, com prejuízos para o bem-estar da maioria.

De maneira geral, a pesquisa com os associados do município de Ponta Grossa apresentou um percentual de 84% na Insegurança Alimentar, informação preocupante especialmente por medir condições mínimas de bem-estar. Ao comparar com a população brasileira, com 22,6% na Insegurança Alimentar em 2013 (IBGE, 2014), reforça-se a prevalência da insuficiência alimentar nas associações de Ponta Grossa, revelando um grave problema a ser trabalhado com ações públicas pontuais.

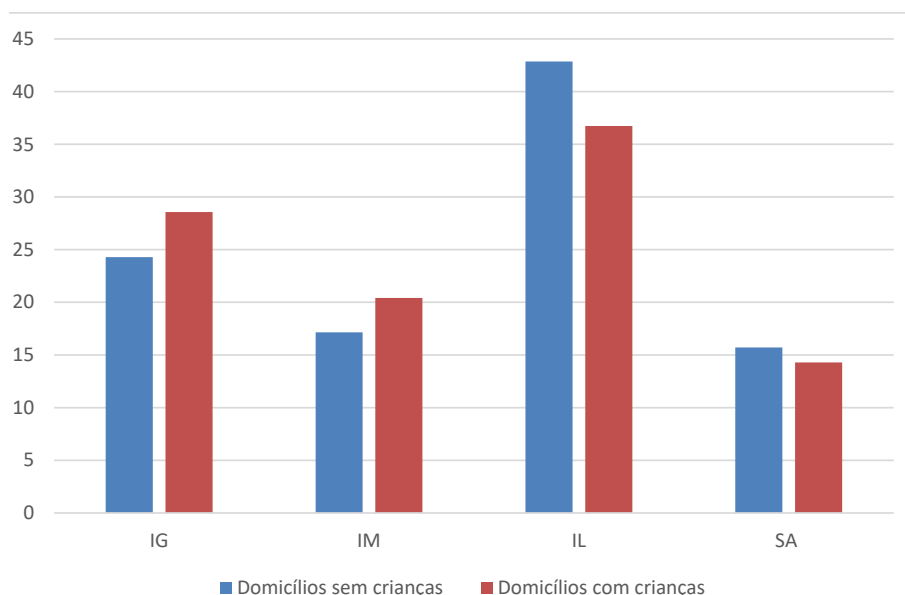
Gráfico 1 – (In)Segurança Alimentar – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Outro agravante dessa situação é que em 70% dos domicílios dos associados havia crianças, e destes, apenas 14% estavam na Segurança Alimentar (Gráfico 2), chegando a quase 30% na Insegurança Alimentar grave. Alguns autores, como Myrdal (1968), trabalham o conceito acerca do círculo vicioso da pobreza, em que a condição inicial tende a intensificar ainda mais essa situação ou a condição subsequente. Nesse caso, como 70% dos domicílios eram compostos de crianças e a grande maioria apresentou

Insegurança Alimentar, verifica-se um círculo vicioso cumulativo em construção. O não rompimento desse círculo implica em um processo de vulnerabilidade social que tende a afetar as gerações seguintes.

Gráfico 2 – Percentual de domicílios com e sem crianças em cada categoria da (In)Segurança Alimentar – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017



Nota: IG é (in)Segurança Alimentar grave; IM é a moderada; IL é a leve; SA refere-se à Segurança Alimentar.

Fonte: Resultado da Pesquisa.

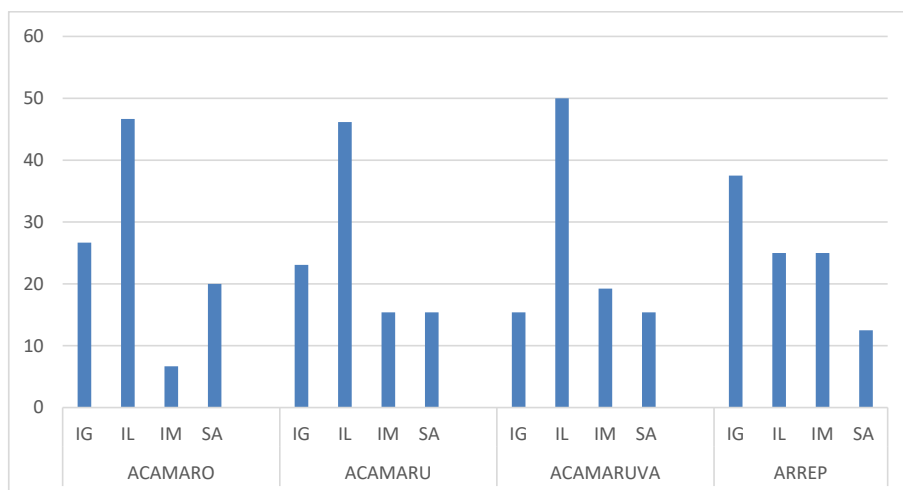
Comparando as associações, a ACAMARO é a que detinha o maior percentual de associados na Segurança Alimentar (20%), seguida pela ACAMARUVA e ACAMARU, ambas com 16%, e, por último, a ARREP, com 13%. No caso desta, 37% de seus associados estavam na insegurança grave, contra 27% da ACAMARO, 23% da ACAMARU, e 15% da ACAMARUVA.

Portanto, dentre as associações existentes, a ACAMARUVA apresentou, na média, uma fragilidade menor, tendo um valor intermediário para o percentual de Segurança Alimentar e o menor percentual da Insegurança grave. A ACAMARO foi a que deteve o maior percentual de Segurança Alimentar, no entanto apresentou alto nível na Insegurança grave entre

seus associados, havendo uma heterogeneidade grande no âmbito interno da associação. A ARREP foi a que apresentou os piores resultados, demandando uma atenção especial para ações efetivas ao combate à Insegurança Alimentar de seus associados.

De maneira geral, existe uma vulnerabilidade expressiva no que se refere à Segurança Alimentar em todas as associações de catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa – PR, expressando a necessidade de medidas pontuais para proporcionar o direito humano fundamental, a saber: o de se alimentar bem e em quantidade suficiente.

Gráfico 3 – Percentual de domicílios por categoria de (In)Segurança Alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017



Nota: IG é Insegurança Alimentar grave; IM é a moderada; IL é a leve; SA refere-se à Segurança Alimentar.

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Conforme se pôde visualizar no Quadro 1, algumas perguntas destinadas à mensuração da Insegurança Alimentar se apresentam “difíceis de serem respondidas”, podendo constranger o entrevistado, o que pode ter trazido certa subestimação, especialmente para os graus mais intensos da Insegurança Alimentar. Por isso, foram agrupadas as diferentes categorias de Insegurança Alimentar na Tabela 2, com o argumento de que mensurar quem está mais vulnerável, ou seja, quem não está na Segurança Alimentar, é mais importante que identificar o grau.

Portanto, 84,3% dos domicílios dos associados estão na Insegurança Alimentar, com uma prevalência maior na ARREP, seguida da ACAMARUVA e da ACAMARU, e, por último, da ACAMARO. De maneira geral, como todas estavam com percentual alto (acima de 80%) de Insegurança Alimentar se comparado à média brasileira (22,6%), ratifica-se a urgência de ações pontuais visando mitigar essa vulnerabilidade social.

Tabela 2 – Percentual de domicílios por categoria de (In) Segurança Alimentar e por Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

ASSOCIAÇÃO	INSEGURANÇA ALIMENTAR	
	Total	%
ARREP	14	87.5
ACAMARUVA	22	84.6
ACAMARU	11	84.6
ACAMARO	12	80.0
TOTAL	59	84.3

Fonte: Resultado da pesquisa.

Diante desse quadro, é importante analisar quais fatores podem inibir a Insegurança Alimentar dos catadores de materiais recicláveis de Ponta Grossa. Para isso, estimou-se um modelo *Logit*, com os resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Coeficientes e razão de riscos relativos da regressão *Logit* – Ponta Grossa – PR – 2017

Variáveis	Coeficientes	Razão de chances
Crianças (1: presença de criança; 0: caso contrário)	1,16 (0,02)*	3.19
Gênero (1: feminino; 0: caso contrário)	0,93 (0,29)	2.54
Estado civil (1 solteiro/divorciado/viúvo; 0: caso contrário)	2,57 (0,01)*	13.12
Raça (1: não branco; 0: caso contrário)	1,38 (0,11)	3,99
Anos de estudos	- 0,24 (0,09)**	0,78
Renda semanal	- 0,50 (0,05)	0,60

continua

conclusão

Variáveis	Coeficientes	Razão de chances
Outras rendas	- 0,54 (0,56)	0,58
Previdência/pensões (1: se recebe; 0: caso contrário)	0,83 (0,44)	2,30
Programas Sociais (1: se recebe, 0: caso contrário)	- 1,45 (0,07)**	0,23
Constante	- 0,49 (0,81)	0,61
Goodness Test	46,7	
Pseudo R2	0,29	

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%; ** significativo a um nível de 10%. Entre parênteses estão os p-valores.

Fonte: Resultado da pesquisa.

A principal variável relacionada com as associações refere-se à renda semanal obtida, que apresentou coeficiente negativo e estatisticamente significativo. Ou seja, um aumento da renda oriunda das associações tende a diminuir a probabilidade de o domicílio apresentar Insegurança Alimentar. Assim, na própria associação, existe um mecanismo para mitigar a vulnerabilidade da Insegurança Alimentar. Para isso, é necessário executar ações efetivas que auxiliem os associados a alcançar maior nível de renda. Entre essas ações, estão: constância dos materiais a serem trabalhados; máquinas de processamento autônomo e eficiente; gerenciamento da comercialização dos materiais; capacitação para melhoramento do processo de trabalho interno das associações, dentre outros elementos.

Acredita-se que essas ações podem quebrar o processo cumulativo da Insegurança Alimentar dos catadores associados de Ponta Grossa ao elevarem a renda recebida. Destaca-se também a necessidade de apoio com o pagamento por serviços ambientais, seja por bolsas ou outras formas de incentivo a esses trabalhadores, na perspectiva de valorização dos serviços de agente ambiental que prestam ao município. Conforme demonstrado no trabalho do IPEA (2013), existe a possibilidade de se elevar a renda desse grupo, necessitando, contudo, de uma ação pontual do Estado na busca pela identificação dos gargalos existentes e das formas de ampliação da remuneração.

Outro fator importante para retrain as chances de um domicílio estar na Insegurança Alimentar está nos Programas Sociais. Nesta variável, tem-se a ação direta do Estado na minimização da vulnerabilidade social do grupo. A questão é de que nem todos os associados eram beneficiários de algum tipo de Programa Social. Na Tabela 4, evidencia-se a baixa adesão aos programas, com destaque para o Bolsa Família, no qual apenas 34% dos associados estavam inseridos, realidade também verificada nos demais benefícios sociais.

Por isso, faz-se necessário uma investigação direta, que identifique os elementos inibidores da entrada desses associados nos programas sociais, dada a importância desse fator na retração das chances de se estar na condição de Insegurança Alimentar.

Tabela 4 – Dados sobre a assistência social – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Bolsa Família	Sim	24	34,3
	Não	46	65,7
Valor do Bolsa Família	Não recebe	46	65,7
	De 50 a 100 reais	6	8,6
	De 110 a 160 reais	7	10,0
	De 165 a 200 reais	2	2,9
	Mais de 200 reais	4	5,7
	Mais de 300 reais	1	1,4
	Sem resposta	4	5,7
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Auxílio Alimento	Não	70	100,0
Projeto Social	Não	70	100,0
Leite para as crianças	Sim	7	10,0
	Não	63	90,0
Pastoral da criança	Sim	5	7,1
	Não	65	92,9
Luz Fraterna	Sim	14	20,0
	Não	56	80,0

continua

conclusão

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Tarifa Social	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
Serviço de convivência	Não	70	100,0
Pastoral	Sim	6	8,6
	Não	64	91,4
CRAS	Sim	13	18,6
	Não	57	81,4
CAPS	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
CMEI	Sim	8	11,4
	Não	62	88,6
SOS	Sim	2	2,9
	Não	68	97,1
Outros	Sim	1	1,4
	Não	69	98,6
Total		70	100,0

Fonte: Resultado da pesquisa.

Nos domicílios em que o estado civil do responsável era solteiro/divorciado/viúvo, verificou-se um impacto positivo, de modo que, se o responsável pelo domicílio não tiver um companheiro, eleva-se a probabilidade de estar na Insegurança Alimentar. Igualmente, a existência de crianças no domicílio também afeta as chances de ter uma alimentação reduzida e deficitária. Para Mayer (1984), os efeitos de uma má alimentação para as crianças são profundos e amplos, influenciando a qualidade da vida, a capacidade de trabalho e o estado psicológico dos indivíduos *ex post*. O autor enfatiza que as mães desnutridas têm maior probabilidade de gerar crianças igualmente desnutridas. Crianças desnutridas têm uma saúde mais frágil, estão mais propensas a desenvolverem infecções e adoecerem frequentemente, já que seu sistema imunológico está comprometido. Ao nascerem com baixo peso, seu sistema nervoso pode apresentar complicações, afetando a capacidade de aprendizagem, principalmente nos anos iniciais do período escolar. Dessa forma, há mais vulnerabilidade nos domicílios onde vivem crianças, devendo existir uma atenção maior com o intuito de romper qualquer círculo vicioso negativo.

No caso das famílias monoparentais, alguns estudos (como o de Sawaya *et al.*, 2011) evidenciam que elas têm mais dificuldade em adquirir quantidades suficiente de alimentos, geralmente tendo superiores casos de desnutrição. E isso se agrava nas famílias monoparentais femininas, em que, além da questão da renda reduzida, geralmente há uma rede social primária (familiar) pouco densa, implicando em uma pobreza de recursos relacionais (Soares *et al.*, 2011).

Para verificar tal fato, foi estimado novamente o modelo (1), agora agregando três variáveis: ser do sexo feminino, ser a responsável pelo domicílio e ter crianças. Ressalta-se que o produto dessas três variáveis compôs uma *dummy* de interação, em que, nos domicílios nos quais foram encontradas essas três características, o resultado foi “um”, e nos demais casos, “zero”.

Os resultados estão na Tabela 5, ratificando os argumentos anteriores de que as famílias monoparentais femininas, na média, têm maiores chances de estarem na Insegurança Alimentar. Como 30% dos associados investigados apresentaram essa característica, reforça-se a importância de medidas pontuais, visando mitigar a vulnerabilidade social desses domicílios. Conforme exposto por SUAS (2008, p. 60), é necessário que “programas e serviços sejam estruturados e direcionados para as mulheres expostas a maior vulnerabilidade, na dupla condição de mulher e chefe de família”.

Tabela 5 – Regressão Logit com a inclusão da dummy de interação mulher x ter crianças x ausência de um companheiro – Ponta Grossa – PR – 2017

Variáveis	Coefficientes
Mulher x ausência de um companheiro x ter crianças (1: se tiver essas três características; 0: caso contrário)	1,90 (0,02)*
Raça (1: não branco; 0: caso contrário)	1,16 (0,12)
Anos de estudos	- 0,22 (0,08)**
Renda semanal	- 0,50 (0,04)
Outras rendas	- 0,55 (0,50)
Previdência/pensões (1: se recebe; 0: caso contrário)	0,56 (0,44)
Programas Sociais (1: se recebe; 0: caso contrário)	- 0,96 (0,06)**
Constante	- 1,57 (0,23)

Nota: * significativo a um nível de significância de 5%; ** significativo a um nível de 10%. Entre parênteses estão os p-valores.

Fonte: Resultado da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou analisar os padrões de Segurança Alimentar dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações no município de Ponta Grossa – PR. Por meio de uma abordagem quantitativa, verificou-se que a maior parte da população analisada se encontra na Insegurança Alimentar (em seus diversos níveis). Ao analisar os fatores que podem minimizar essa insegurança, apresentaram-se como importantes: renda; estado civil do responsável pela família; anos de estudo do responsável; presença de crianças no domicílio; e inserção em programas sociais.

De maneira geral, os resultados evidenciaram a vulnerabilidade dos associados frente à Insegurança Alimentar, apresentando um percentual alto de domicílios inseridos nessa condição. Ao mesmo tempo, também sinalizaram a existência de meios visando romper esse processo negativo da Insegurança Alimentar. Para isso, enfatiza-se a necessidade de formação de renda e de inserção em programas sociais, com olhares cuidadosos para os domicílios com crianças, nos casos em que o responsável não tenha um companheiro para ajudar na administração do domicílio, referindo-se especialmente às famílias monoparentais femininas.

A verificação de ação desses fatores sobre a Insegurança Alimentar faz emergir a necessidade de políticas públicas integradas para atender ao público em questão.

REFERÊNCIAS

BOGÚS, C. M.; COSTA, C. A. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 2, n. 1, 2012, p. 103-114.

CARVALHO, J. M. G. **Estudo sobre o processo de formação de rede de cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Vale do Paraíba Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, J. M.; *et al.* A Vulnerabilidade Social no Contexto Metropolitano: o Caso de Campinas. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 27. **Anais [...]**. Caxambu, MG, 2003.

DATASUS. **Indicadores socioeconômicos**. [s.d.] Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2011/b08a.def>. Acesso em: 20 out. 2021.

GOUVEIA, N. Resíduos Sólidos Urbanos: Impactos Socioambientais e Perspectiva de Manejo Sustentável com Inclusão Social. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, jun. 2012, p. 1503-1510.

GUIA do investidor. **Boletim de informações socioeconômicas**. Curitiba: PMC, 2010.

GUBERT, M. B.; SANTOS, L. M. P. Determinantes da (in)Segurança Alimentar no Distrito Federal. **Com. Ciências Saúde**, v. 20, n. 2, 2009, p. 143-150.

GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HOFFMANN, R. Determinantes da (in)Segurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 15, n. 1, 2008, p. 49-61.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, A. B. Urbanização e Vulnerabilidades Sócio-Ambientais Diferenciadas: o caso de Campinas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 12, **Anais [...]**. Caxambu, MG, ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/ambt15_2.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013-2014**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>. Acesso em jan 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Segurança Alimentar: 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.IPEA.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

MAYER, A. Prefácio. In: CASTRO, J. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

MOTBAINOR, A.; WORKU, A.; KUMIE, A. Level and determinants of food insecurity in East and West Gojjam zones of Amhara Region, Ethiopia: A community based comparative cross-sectional study. **BMC Public Health**, v. 16, n. 1, jun. 2016.

OLABIYI, O. M.; MCINTYRE, L. Determinants of Food Insecurity in Higher-Income Households in Canada. **Journal of Hunger and Environmental Nutrition**, v. 9, n. 4, out. 2014, p. 433-448.

PEDRAZA, D.; QUEIROZ, D.; MENIZES, T. Segurança Alimentar em famílias com crianças matriculadas em creches públicas do Estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, v. 26, n. 5, set./out. 2013, p. 517-527.

RAIHER, A. P.; SCHIMANSKI, E.; SANTOS, F. R.; SZUL, C. D.; MEDEIROS, M.; MOURA, R. M.; SCHEFFER, S. M. **(In)Segurança Alimentar – Associação de Recicladores de Ponta Grossa**. Relatório final de pesquisa. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2018. Disponível em: https://www2.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/sites/34/2019/08/In_seguran%c3%a7a-alimentar_Relat%c3%b3rio-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

SAWAYA, A. L.; BENEDITO-SILVA, A. A.; LESSA, S. S.; FLORÊNCIO, T. M. M. T. Perfil da pobreza e desnutrição de favelas de Maceió. *In*: SAWAYA, A. L.; PELIANO, A.; SOLYMOS, G. M. B.; WANDERLEY, M. B.; DOMENE, S. M. A. (orgs.) **Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico**. São Paulo: Edusp, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, M. L. P. V.; DO NASCIMENTO, C. R.; WANDERLEY, M. B. A construção de uma metodologia de intervenção social. A experiência do Serviço Social no Centro de Recuperação e Educação Nutricional em São Paulo. *In*: SAWAYA, A. L. *et al.* (orgs.). **Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico**. São Paulo: Edusp, 2011.

SOBRINHO, F. *et al.* Fatores determinantes da (in)Segurança Alimentar e nutricional: estudo realizado em Restaurantes Populares de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, 2014, p.1601-1611.

SOLYMOS, G. M. B.; WANDERLEY, M. B.; DOMENE, S. M. A. (orgs.). **Desnutrição, pobreza e sofrimento psíquico**. São Paulo: Edusp, 2011.

ULBRICHT, L. *et al.* Avaliação das condições alimentares de catadores de materiais recicláveis em uma região no município de Piraquara, Paraná. **Saúde em Debate**, n. 36, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341764015>. Acesso em: 20 out. 2021.

TRABALHO, MOBILIDADE URBANA E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM DE PONTA GROSSA – PR

*Sandra Maria Scheffer
Carolina Soares dos Santos*

O resultado do presente capítulo decorre das reflexões derivadas da pesquisa (In)Segurança Alimentar: Associação de Recicladores de Ponta Grossa, realizada pelo núcleo de estudos interdisciplinares Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, vinculado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG.

A delimitação para este capítulo vincula-se à relação entre (in)Segurança Alimentar e mobilidade urbana, em meio ao trabalho e à moradia como fatores que podem agravar as condições de vida dos sujeitos. Portanto, aqui, a análise terá como eixo duas dimensões da vulnerabilidade social: o trabalho e a mobilidade residencial, visto serem características que, somadas, refletem sobre a questão da Segurança Alimentar.

A dimensão territorial contribui com a espacialização do fenômeno, pois com a produção de mapas, cartografias e gráficos, foi possível visualizar e relacionar as dimensões de vulnerabilidade social dos associados das Associações de Reciclagem do município de Ponta Grossa – PR. A finalidade foi demonstrar como a dimensão territorial pode evidenciar o fenômeno e possibilitar sua leitura e incorporação na agenda de programas sociais e políticas públicas.

VULNERABILIDADE SOCIAL NAS DIMENSÕES DE TRABALHO E MOBILIDADE URBANA

A concepção de vulnerabilidade social engloba vários elementos que circundam a vida das pessoas, bem como as formas por elas usadas para lidar com os riscos e a diminuição de bem-estar. Usualmente, está associada à condição de pobreza, contudo, a insegurança e a defesa que a caracterizam não são necessariamente atribuíveis somente à renda insuficiente.

Para Carneiro e Veiga (2004), vulnerabilidade define-se como exposição a riscos e baixas capacidades material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar desafios, remetendo às noções de carência e de exclusão. Assim, a vulnerabilidade ocorre quando não há recursos materiais e imateriais para enfrentar os riscos a que as pessoas são ou estão submetidas, assim como a falta de capacidades para adotar ações ou estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares de segurança pessoal e coletiva.

Segundo Pizarro (2001), a vulnerabilidade expressa fatores objetivos e subjetivos. Nos aspectos objetivos, apresenta a marca da heterogeneidade produtiva nos efeitos sobre a ocupação, na segmentação do trabalho e em sua precariedade. Acrescenta-se a isso o crescimento do setor informal em paralelo à desregulamentação do trabalho, como os que não tem acesso ao seguro-desemprego, deixando-os sem a proteção dos empregados. Junto aos aspectos objetivos, estão os sistemas de educação, saúde e assistência social. Nos aspectos subjetivos, há o sentimento de desamparo das camadas que carecem da função protetora do Estado.

Entre as dimensões da vulnerabilidade social está o trabalho, que expressa a capacidade ou não de um sistema econômico para produzir empregos. A falta de capacidade do sistema, com políticas de flexibilização e sem proteção social, gera uma massa de força de trabalho em precariedade.

Por outro lado, a vulnerabilidade socioeconômica também expõe o modo como famílias ou pessoas de baixa renda constroem estratégias de mobilização para minimizá-la. No caso das Associações de Reciclagem, tem-se o trabalho associativo, no qual todo o recurso financeiro obtido com o trabalho desenvolvido é rateado entre os associados conforme os dias

trabalhados. Essa forma de superar as dificuldades financeiras demonstra um vínculo entre vulnerabilidade social e trabalho.

Para ter acesso ao local de trabalho, é necessário se deslocar diariamente. Tal deslocamento pode ocorrer de várias formas e pode agravar ou não as condições de precariedade, motivo pelo qual a mobilidade urbana é destacada como outra dimensão da vulnerabilidade socioeconômica.

Villaça (2001) evidencia que um espaço intraurbano, como o de circulação de indivíduos, em particular, para o portador da mercadoria força de trabalho a questão da mobilidade é elemento essencial, como também para se entender a complexidade de uma cidade.

De acordo com os Ministérios das Cidades (2006), os municípios têm como papel principal maximizar a troca de bens e serviços, cultura e conhecimentos entre seus habitantes, mas isso só é possível se houver condições de mobilidade adequadas para seus cidadãos. Nesse sentido, a mobilidade é um atributo associado à cidade e corresponde à facilidade de deslocamento de pessoas e bens na área urbana. Assim, a mobilidade traduz as relações dos indivíduos com o espaço em que vivem, com os objetos e meios empregados para deslocamento e com os demais indivíduos que integram a sociedade. É produto de processos históricos que refletem características culturais de uma sociedade, podendo ser afetada por fatores como renda do indivíduo, idade, sexo, entre outros.

A relação mobilidade residencial e trabalho com vulnerabilidade socioeconômica pode ser estabelecida pela perspectiva de que o deslocar-se no espaço urbano evidencia implicações importantes sobre a forma e a possibilidade de acesso das pessoas a suas necessidades. A dinâmica urbana, embora não determinante, pode ser um importante objeto de análise para que se conheçam as trajetórias e os mecanismos que levam pessoas e famílias às situações de vulnerabilidade, bem como suas maneiras de lidar com isso.

TERRITORIALIZAÇÃO: UM ELEMENTO METODOLÓGICO ESTRATÉGICO

O reconhecimento do território como elemento estratégico para clarificar e visualizar os elementos distintos da realidade faz-se fundamental para estabelecer diferentes prioridades para a formulação da agenda das políticas e programas sociais, que devem reconhecer as desigualdades e diferenciações.

O território vai além da localização, mas não é a ela inerte, pois expressa o uso dos sujeitos sobre determinada área espacial. Nesse uso, evidenciam-se a forma de vivência, os conflitos e as contradições, as trocas, os vínculos do cotidiano, bem como a maneira como os sujeitos lhe atribuem significado. Define-se como um campo de relações sociais que se organizam em um espaço de vida cotidiana com dinâmicos movimentos, em múltiplas escalas.

Koga (2013) afirma que o território é o chão das políticas públicas, pois expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais presentes na sociedade. Considerando o que fica evidente nestas relações, é preciso planejar as políticas públicas para atender às reais demandas. Nesse sentido, é fundamental compreender as características de cada território, buscando as expressões das particularidades e singularidades dos fenômenos sociais.

Para Bortolozzi e Faria (2009), o território pode ser essencial para investigar a apropriação do espaço, sendo importante para o planejamento de ações que diminuam os impactos dessa apropriação na vida das pessoas. Dessa forma, o território não apresenta apenas determinada extensão geográfica, mas um perfil demográfico, epidemiológico, administrativo, tecnológico, político, social e cultural, evidenciando ser um espaço em constante construção.

O reconhecimento socioterritorial das vulnerabilidades produz um conjunto de informações que agregam dados sobre a realidade socioeconômica, política e cultural, entre outros aspectos.

No caso do recorte metodológico para este capítulo, a territorialização, por meio do geoprocessamento, permitiu conhecer as formas e estratégias utilizadas pelos recicladores das Associações para ter acesso

ao trabalho e a relação que estabelecem com suas vulnerabilidades no aspecto da Insegurança Alimentar.

TRABALHO, (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E MOBILIDADE URBANA: UMA RELAÇÃO QUE AGREGA VULNERABILIDADES

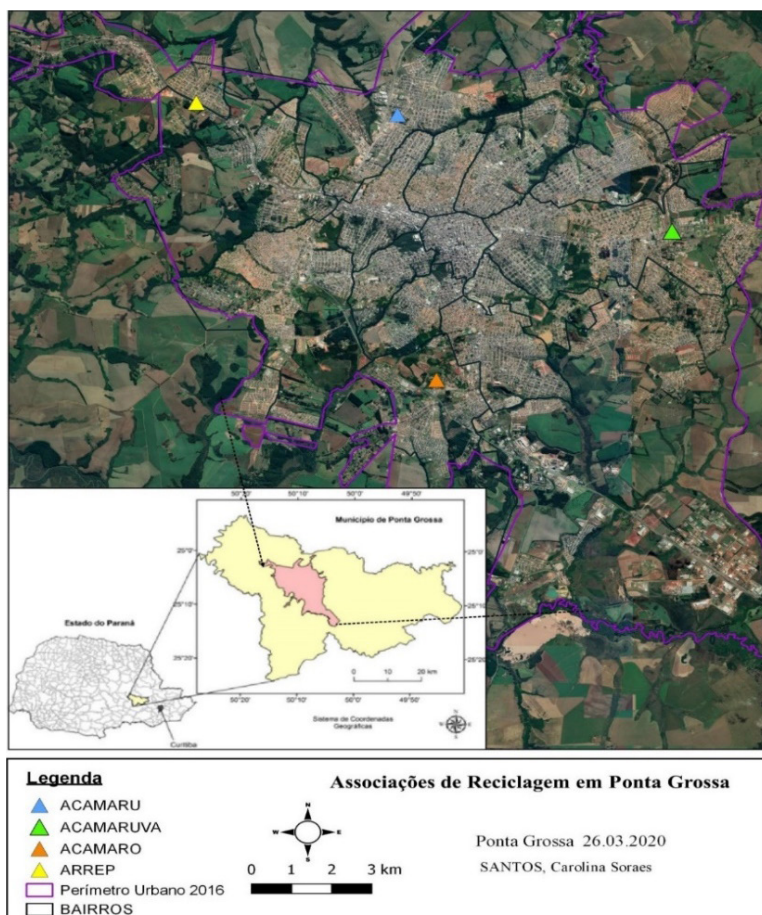
Como o foco, aqui, são as quatro Associações de Reciclagem do município de Ponta Grossa – PR, foi fundamental identificá-las contextualizando-as espacialmente no interior do perímetro urbano do município, conforme demonstrado na Figura 1. As quatro associações são: Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis no bairro de Oficinas (ACAMARO); Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis no bairro de Uvaranas (ACAMARUVA)¹; Associação dos Catadores de Materiais recicláveis no bairro de Nova Rússia (ACAMARU); e Associação dos Recicladores Rei do Pet (ARREP), localizada no bairro Chapada. As três primeiras associações foram organizadas em 2006, e a ARREP, em 2011.

Os materiais recolhidos por essas associações são provenientes de coletas realizadas pelos associados e da parceria com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, por intermédio do Programa Feira Verde, que recolhe os materiais sólidos reciclável em troca de alimentos e hortifrutigranjeiros. Contam também com Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e coletas específicas, localizadas em organizações públicas e privadas do município.

Observando a Figura 1, nota-se que as quatro associações estão localizadas em áreas opostas, com certo adensamento populacional, porém nas bordas periféricas do perímetro urbano.

¹ A Associação ACAMARUVA, no período da pesquisa, encontrava-se em um barracão locado pela Prefeitura Municipal no bairro de Uvaranas. Em 2019, transferiu suas atividades para outro espaço, agora na região do bairro Neves.

Figura 1 – Localização das Associações de Reciclagem no Município de Ponta Grossa – PR – 2017



Fonte: Resultado da pesquisa.

Tendo como delimitação para este capítulo a relação entre trabalho, (in)Segurança Alimentar e mobilidade urbana, apresentamos, em um primeiro momento, dados mais gerais sobre trabalho e renda das quatro associações, para posteriormente expor informações relacionadas à mobilidade para cada associação separadamente.

A pesquisa foi aplicada no segundo semestre de 2017 com a participação de 70 associados, sendo: 16 da ARREP, 26 da ACAMARUVA, 13 da ACAMARU e 15 da ACAMARO. Por meio das informações coletadas, mensurou-se a (in)Segurança Alimentar com base na metodologia da

Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), elaborada pelo IBGE, composta de quinze perguntas fechadas (conforme metodologia explicada nos capítulos três e quatro).

TRABALHO, RENDA E FORMA DE MOBILIDADE DOS ASSOCIADOS

Nessa parte da pesquisa, buscou-se analisar o histórico de trabalho dos associados nas associações e a renda do trabalho por eles obtida. Observa-se, por meio dos dados da Tabela 1, que mais da metade dos associados trabalhavam com a reciclagem há mais de cinco anos, chegando a 7% os que estavam há mais de 20 anos, resultados que evidenciam ser uma atividade não temporária para a maioria dos associados.

Tabela 1 – Dados sobre reciclagem/associação e renda – Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Tempo de trabalho com reciclagem	Até 1 ano	19	27,1
	De 2 a 4 anos	12	17,1
	De 5 a 9 anos	20	28,6
	Mais de 10 anos	14	20,0
	Mais de 20 anos	5	7,1
Tempo de trabalho na associação	Até 1 ano	25	35,7
	De 2 a 4 anos	13	18,6
	De 5 a 10 anos	21	30,0
	Mais de 10 anos	11	15,7
Renda média (semanal)	Sem resposta	2	2,9
	Não sabe	3	4,3
	De 40 a 80 reais	6	8,6
	De 85 a 100 reais	8	11,4
	De 110 a 160 reais	23	32,9
	De 165 a 200 reais	23	32,9
	De 210 a 270 reais	5	7,1

continua

conclusão

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Modo de locomoção	A pé	54	77,1
	Ônibus	6	8,6
	Bicicleta	6	8,6
	Carro	4	5,7
Tempo de locomoção	De 5 a 20 minutos	33	47,1
	De 25 a 40 minutos	21	30,0
	De 45 minutos a 1 hora	8	11,4
	Mais de 1 hora	8	11,4
Total		70	100,0

Fonte: Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Por isso, fortalecer essa atividade no município contribui para o aprimoramento de suas técnicas e condições, além de problematizar, junto a sociedade, a importância do tratamento e do descarte adequado dos resíduos sólidos. A correta destinação dos materiais reciclados contribui para o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, proporciona renda para os trabalhadores, com melhores condições de trabalho, fomentando o trabalho decente² nessa atividade.

Ao contrapor o tempo de trabalho com a reciclagem e o tempo de associado, observou-se que este último foi relativamente menor, com um percentual maior de associados com menos de um ano. Neste sentido, estruturar a atividade se torna imprescindível para que os trabalhadores tenham condições de vida e de trabalho dignas e decentes.

Cabe destacar que a composição das associações foi um passo importante. Conforme destaca Gomes (2014), quando o catador está em uma associação, ele dispõe de melhores condições de trabalho. Tem à disposição um local adequado para separação, enfardamento e armazenamento

² Segundo OIT (2017, p. 1), “O Trabalho Decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT: o respeito aos direitos no trabalho ... (I) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (II) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (III) abolição efetiva do trabalho infantil; (IV) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação), a promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social”.

do material. Ainda, possui facilidades tecnológicas de processamento, elementos que lhe garantem maior volume e melhor preço de venda. O maior poder de barganha gera possibilidades de negociar diretamente com a indústria. Ademais, estando organizado, pode ter mais capacidade de planejamento e divisão de trabalho. A especialização de cada associado em uma atividade do processo propicia uma racionalização da força de trabalho disponível para as atividades, de acordo com as condições físicas e de tempo de cada indivíduo associado. Com isso, há melhora das próprias condições de trabalho, com uso de equipamentos de proteção e condições sanitárias mais adequadas do que se estivesse trabalhando isoladamente.

Esses e outros fatores induzem a uma maior produtividade *per capita* no empreendimento, gerando maior renda para cada associado. Além desses aspectos econômicos, a organização dos catadores permite a troca de informações, de aprendizagem, de mobilização dos indivíduos, visando reivindicar direitos e serviços públicos. Portanto, a constituição das associações dos catadores de recicláveis em Ponta Grossa se apresenta como um elemento de fortalecimento para a classe de trabalhadores.

Sem organização, muitas famílias, especialmente as que contam com crianças, ficam expostas a condições adversas para recolher o lixo e obter renda por meio dele. Passam a ser exploradas pelos chamados atravessadores, incluindo, além das empresas privadas, os empreendedores individuais, que atuam com a revenda de material reciclável. Tal situação destaca a contribuição de associações e/ou cooperativas como forma de organizar os catadores. Com isso, passam a ganhar pela sua própria produção, sem ter seu trabalho explorado, além de ser uma forma de tirar as crianças desse mercado de trabalho. Por meio da organização dos trabalhadores da catação, o setor público também passa a prestar atenção nesse meio. Possibilita-se sua atuação em projetos sociais e ações em várias áreas (saúde, habitação, educação), promovendo melhor qualidade de vida para essas pessoas.

Conforme destacado pelo IPEA (2013, p.33), apesar das carências nos empreendimentos coletivos dos catadores de materiais recicláveis, não se pode negar a importância desses empreendimentos. Especialmente na valorização do trabalho dos catadores, “[...] representando uma possibilidade real de organização produtiva, geração de renda e inclusão social de milhares de famílias envolvidas nesse tipo de trabalho”.

No que se refere à renda oriunda da reciclagem, a maioria dos associados recebia entre R\$ 110,00 e R\$ 200,00³ semanais, com um valor médio igual a R\$ 152,70. Se considerar esse valor, a renda média mensal obtida estaria em torno de R\$ 610,00, valor bem menor do que o salário-mínimo vigente, o qual correspondia à R\$ 937,00, em 2017. Na pesquisa feita pelo IPEA (2013), a renda média mensal obtida pelos catadores brasileiros era de R\$ 571,56, enquanto o salário-mínimo da época era de R\$ 510,00. Em âmbito nacional, a renda oriunda da reciclagem era maior do que o salário-mínimo, cenário diferente do que foi encontrado nas associações de Ponta Grossa.

Ademais, ao analisar cada associação (Tabela 2), percebeu-se uma heterogeneidade com diferenças significativas de rendas médias. A ACAMARUVA foi a que auferiu a maior renda média semanal (R\$ 194,00), valor 86% maior que a da ARREP (R\$ 92,6). Investigar as causas da diferença de renda dos associados em relação à renda nacional não deve ser o único foco, e investir esforços para elevar a renda de todas as associações deve partir de uma investigação interna.

Conforme destacado no capítulo 1, cada associação tem suas particularidades, as quais tendem a interferir nessa renda recebida. Uma das diferenças está no expediente do trabalho, por exemplo, na existência do turno noturno (isso acontecia na ACAMARUVA, que detinha a maior renda recebida). Além disso, em algumas associações, havia maior flexibilização dos horários, tendo em vista que boa parte dos associados eram mulheres com dupla jornada (família e trabalho) e, por isso, necessitavam de um horário mais flexível. Enfim, não há uma análise do padrão de trabalho existente em cada associação, e sim a indicação das particularidades de cada local e a necessidade de políticas públicas visando efetivar o melhoramento da renda global dos associados, com foco especial nos mais vulneráveis socialmente.

³ Valor correspondente ao segundo semestre de 2017.

Tabela 2 – Dados sobre a renda de cada Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

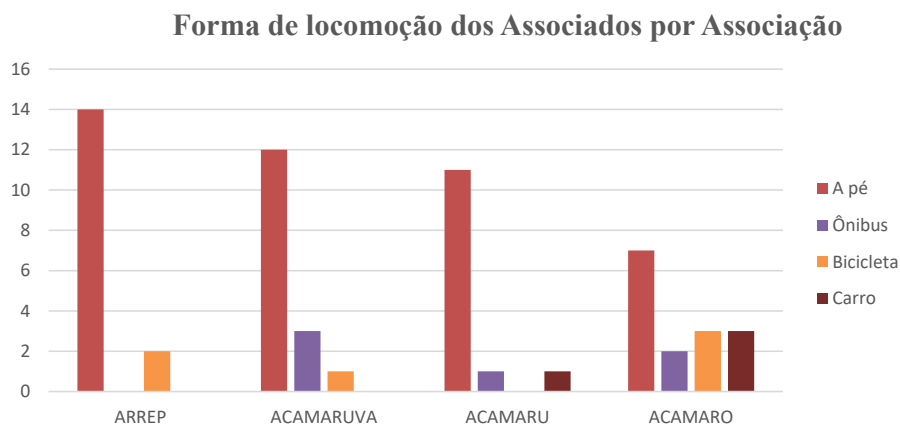
ASSOCIAÇÃO	Renda média semanal por associado (R\$)		
	Média	Máximo	Mínimo
ARREP	92.6	137	45
ACAMARUVA	194.0	270	150
ACAMARU	171.9	205	100
ACAMARO	129.0	200	85

Fonte: Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Nesse sentido, é importante a realização de estudos *ex post* que visam analisar a gestão de produção de cada associação. Com isso, busca-se identificar os fatores que estão minimizando a renda dos associados. Entre eles, estão os gargalos de logística, de produção, de tecnologia e de negociação que podem ser aplicados, melhorando os resultados para os associados.

Da mesma forma, é preciso investigar, em futuras pesquisas, as características e trajetórias dos participantes de cada associação. Suas peculiaridades, como o surgimento, a condução e o significados do trabalho, são questões relevantes para compreender as vulnerabilidades de cada grupo. Ainda, é importante lembrar as interferências do dia a dia da produção de cada associação, respeitando suas individualidades e sem padronizar o trabalho realizado nas regras formais do mercado de trabalho. No interior de cada associação, vamos encontrar pessoas aquém das qualidades exigidas pelo emprego formal, as quais apresentam defasagem escolar, problemas de saúde e organização familiar, situações adversas que interferem na produção. Contudo, o fato de serem aceitos no espaço das associações é garantia de sobrevivência. A solidariedade existente no grupo, de “não mandar embora por não estar produzindo”, cria laços que ultrapassam os ganhos econômicos.

Outro elemento a ser discutido, presente na Tabela 1, refere-se à forma de locomoção. Os dados demonstram que a maioria dos associados se deslocava “a pé” até o local de trabalho, número que correspondia a 77,1%. Quando se observa essa característica de maneira distinta por associação, tem-se um diferencial, conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Forma de locomoção dos Associados por Associação dos recicladores – Ponta Grossa – PR – 2017

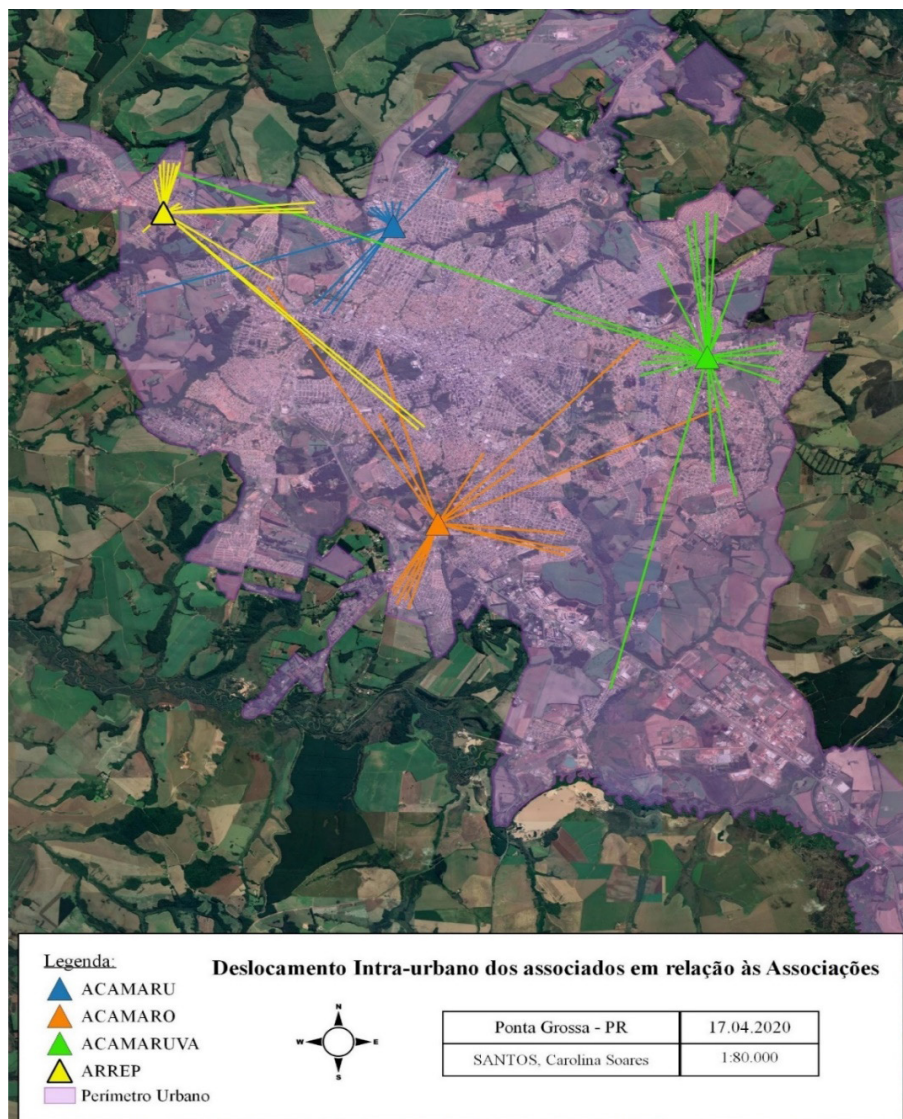
Fonte: Dados da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017) organizados pelas autoras.

A única forma de modalidade coletiva de transporte foi “ônibus urbano”, referenciado por três associações. Dentre as formas individualizadas, a modalidade “a pé” foi preponderante nas quatro associações, “bicicleta” foi mencionada em três associações, e modalidade “motorizada carro” apareceu em duas associações.

Em 2012, foi instituída a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), por meio da Lei n.º 12.587/2012. A Política define as diretrizes que devem orientar a regulamentação e o planejamento da mobilidade urbana nas cidades brasileiras. As diretrizes são definidas para incentivar os deslocamentos por transportes não motorizados e coletivos, bem como desestimular os individuais motorizados.

Por outro lado, é importante destacar que, apesar de os meios “a pé” e “bicicleta” serem formas encorajadas pela Política de Mobilidade, visto que são meios de locomoção sustentáveis, no caso dos sujeitos da pesquisa foi a maneira possível de mobilidade para 85,7%. Em alguns casos, isso ocorreu porque os trabalhadores residem próximos da Associação, porém há participantes que se encontram distantes do local e se locomovem dessa forma (tabela 6). Sobre o fator renda (tabela 2), há uma relação que agrega vulnerabilidades. Nesses casos, constata-se que não é uma opção, pois faz parte da circunstância na relação trabalho-mobilidade.

Figura 2 – Deslocamento intraurbano dos associados – Associações de Reciclagem no Município de Ponta Grossa – PR – 2017



Fonte: Resultado da pesquisa.

Quando os dados são expostos no território, é perceptível a dinâmica de deslocamento. Na figura 2, identifica-se que em todas as associações havia associados que residiam em polos opostos ao local de atuação e atravessavam a cidade para chegar aos locais de trabalho. Outro ponto a se

destacar é a existência de associados que se deslocavam por longas distâncias, mesmo havendo associações localizadas na região em que residiam.

A relação trabalho-moradia é um fator que pode expressar vários determinantes de ordem pessoal, familiar ou econômica entre os associados, os quais devem ser mais explorados em futuras pesquisas. Cada associado dispõe de estratégias para administrar sua vida que, por vezes, podem favorecer tanto fatores de ordem pessoal, como redes de solidariedade, mudanças residenciais, ou de ordem trabalhista, como renda, grupo de trabalho, condições do local, entre outros. Tais fatores podem explicar o distanciamento de alguns associados do seu *lôcus* de trabalho em relação a moradia.

Na Tabela 3, é possível visualizar as diferenças existentes entre as associações. A ACAMARU apresentou a melhor localização, com a menor média de distância e um percurso máximo de 40 minutos⁴. Os associados da ACAMARO levavam em média 43 minutos de deslocamento, alguns gastavam até duas horas para chegar ao trabalho, porém são os que apresentavam maior diversidade de modos de locomoção.

Tabela 3 – Estatística descritiva acerca da Distância (em minutos) da residência até a Associação dos Recicladores – Ponta Grossa – 2017

ASSOCIAÇÃO	TEMPO		
	Média	Máximo	Mínimo
ARREP	36	100	10
ACAMARUVA	37	90	10
ACAMARU	13	40	5
ACAMARO	43	120	5
TOTAL	33	120	5

Fonte: Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

De modo geral, os resultados demonstram que a atual distribuição está, em parte, condizente com o observado na média brasileira, considerando que 63% dos brasileiros levam em torno 40 minutos para chegar

⁴ Tempo médio indicado na amostragem nacional da Pesquisa Mobilidade Alelo.

ao trabalho, como apresenta a Pesquisa de Mobilidade Alelo (2017)⁵. Já os associados levam em média 33 minutos para se deslocar de suas residências às associações.

Contudo, ao relacionar distância, tempo de deslocamento e renda, agrega-se um conjunto de precariedades que identificam a vulnerabilidade socioeconômica dos sujeitos da pesquisa. A relação entre mobilidade e vulnerabilidade é evidenciada quando se apontam questões pertinentes ao contexto da distribuição espacial da população e sua relação com a dimensão do trabalho.

Dadas essas condições, fica clara a necessidade de se planejar uma agenda sobre a logística na relação residência-trabalho com o intuito de favorecer a locomoção dos associados. Também é necessário planejar a implantação de mais associações e dispersá-las espacialmente para incorporar mais associados. Essas propostas visam tornar mais eficaz o trabalho com a reciclagem do lixo no município, bem como melhorar as condições de vida dos associados, pois a proximidade entre residências e associações se torna imprescindível para a geração de bem-estar do trabalhador.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E MOBILIDADE URBANA

Quando se relacionam dados da mobilidade intraurbana com resultados sobre a (in)Segurança Alimentar dos associados, tem-se mais um elemento que agrava a precariedade condensando a vulnerabilidade socioeconômica.

A Tabela 4 estabelece uma relação entre o nível de segurança ou Insegurança Alimentar e o tempo gasto para locomover-se da residência até a Associação. Identifica-se que, entre todos os níveis, na Insegurança Alimentar grave está a maior média de tempo para se locomover, com duração de 40,59 minutos, como também o maior tempo de locomoção, com 120 minutos. Essas pessoas estão mais debilitadas na questão alimentar, com o agravante de dispêndio de tempo para locomover-se até as associações, situação que agrega elementos na vulnerabilidade.

⁵ Disponível em: <https://www.alelo.com.br/empresas/alelopesquisa/mobilidade>. Acesso em: 13 out. 2021.

Tabela 4 – Relação entre tempo de locomoção da residência à Associação e a (in)Segurança Alimentar – 2017

(in)Segurança Alimentar	Tempo de locomoção (minutos)		
	Médio	Máximo	Mínimo
Segurança Alimentar	31,36	90	5
Insegurança leve	32,23	90	5
Insegurança Moderada	28,42	56	5
Insegurança grave	40,59	120	5

Fonte: Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Para referendar a Tabela 4, inferem-se os dados da Tabela 5, que demonstram o quantitativo percentual de recicladores com base no tempo de deslocamento e no nível de Segurança ou Insegurança Alimentar.

Tabela 5 – Percentual de recicladores segundo condição na Segurança Alimentar em cada classe de distância

Tempo de deslocamento (min)	Segurança	Insegurança (%)		
		Leve	Média	Grave
5 a 20	54,55	46,67	41,67	47,06
20 a 40	27,27	30,00	41,67	23,53
40 a 80	9,09	16,67	16,67	5,88
80 a 120	9,09	6,67	0,00	23,53

Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Constata-se que, na categoria Segurança Alimentar, a maioria, ou seja 54,55%, levava de 5 a 20 minutos para se locomover. Já o percentual dos que mais gastavam no tempo de locomoção estava na Insegurança Alimentar grave, com 23,53%, localizados a uma distância entre 80 e 120 minutos da associação. Em suma, a pesquisa demonstrou que praticamente um quarto dos recicladores com Insegurança Alimentar grave gastava tempo elevado para se deslocar da casa onde residia até o trabalho, podendo trazer implicações na área da saúde, em razão da falta de nutrientes e da perda de energia, e gerando impacto sobre o rendimento do trabalho.

Com relação à forma e ao tempo de deslocamento acima de 20 minutos, para aqueles que tinham um dispêndio maior de energia, na Tabela 6 vê-se que, na categoria da Segurança Alimentar, todos seguiam caminhando para as associações. Entre os que estavam na Insegurança Alimentar grave, a maior parte dos recicladores ia caminhando, com percentual de 77,78%. Contudo, o principal ponto que diferencia essa categoria refere-se aos trabalhadores que iam de ônibus, apresentando o maior percentual entre todos os grupos de Insegurança Alimentar (22,22%) e enfatizando que eram estes que gastavam mais tempo de deslocamento, entre 80 e 120 minutos (Tabela 5). Essa situação fragiliza a renda, pois o recurso que poderia ser utilizado para alimentação acaba repartido para pagar a locomoção.

A locomoção dos recicladores por ônibus também aparece entre os que tem Insegurança Alimentar tanto leve como média, ou seja, os mais vulneráveis em termos de qualidade de alimentação, acima de 10% de cada grupo. Isso significa um gasto a mais exatamente para os grupos com as maiores inseguranças alimentares.

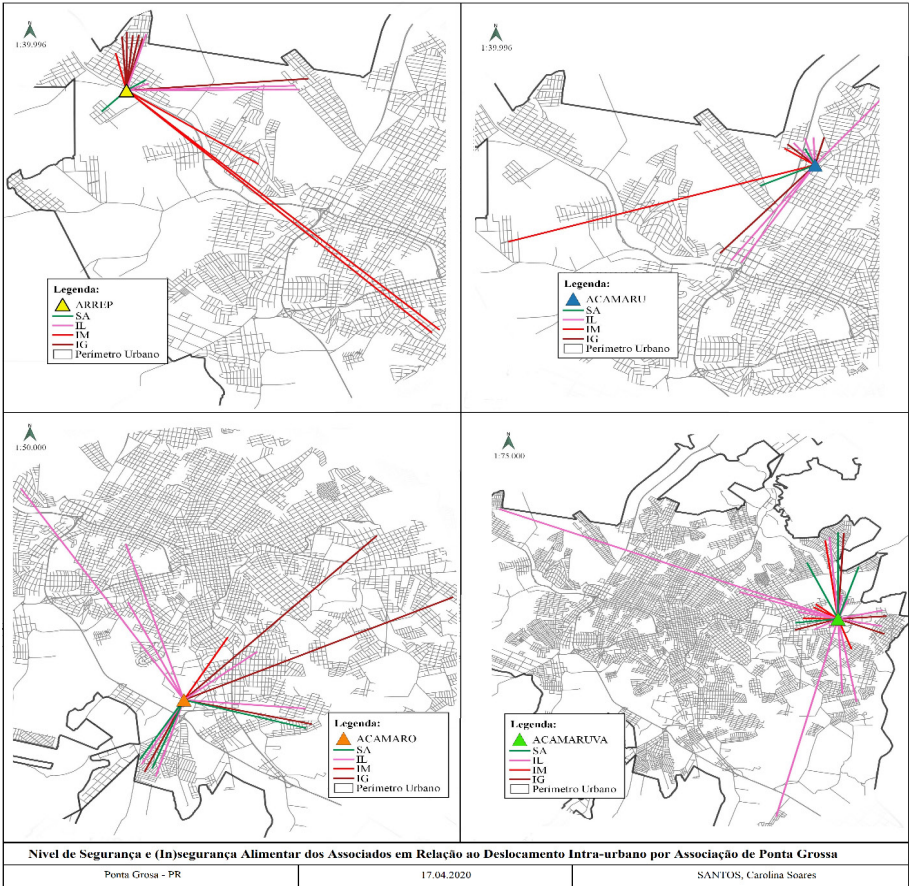
Tabela 6 – Percentual de cada grupo de (in)Segurança Alimentar conforme o tipo de deslocamento, focando apenas nos recicladores que estão a uma distância acima de 20 minutos – Ponta Grossa – PR – 2017

	A pé	Bicicleta	Ônibus	Carro
Segurança Alimentar	100,00	0,00	0,00	0,00
Insegurança Leve	73,33	6,67	13,33	6,67
Insegurança Média	85,71	0,00	14,29	0,00
Insegurança Grave	77,78	0,00	22,22	0,00

Fonte: Relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Para sintetizar espacialmente a relação entre os elementos de mobilidade e Segurança Alimentar por Associação de Reciclagem, é possível visualizar uma fusão dos dados discutidos na Figura 3.

Figura 3 – Relação entre mobilidade e nível de Segurança Alimentar – Associações de Catadores de Materiais Reciclados de Ponta Grossa – PR – 2017



Fonte: Resultado da pesquisa.

Em todas as Associações havia recicladores com Insegurança Alimentar leve, moderada ou grave que percorriam elevadas distâncias com consumo de tempo para se locomover até o local de trabalho. Apesar de a figura apresentar uma linha reta para representar cada associado, sabe-se que a estrutura viária não é uma fileira alinhada, pelo contrário, existem muitos obstáculos a serem transpostos no caso do perímetro urbano do município de Ponta Grossa, como: insuficiência de ligações viárias entre bairros; sobrecarga dessa malha em alguns pontos; topografia acidentada;

e ausência de pavimentação em diversas vias. Outra característica inserida na área urbana são os 150 km de arroios entre bairros e vilas, com a presença de pontes precárias, algumas de madeira, o que dificulta o acesso aos locais. Esses elementos do tecido urbano apresentam descontinuidades que dificultam a mobilidade e incidem sobre o trabalhador.

O município de Ponta Grossa, em seu processo histórico de urbanização, foi caracterizado por uma área urbana com expansão espraiada e de crescimento horizontal, ou seja, apresenta inúmeras áreas periféricas distantes. A expansão em áreas mais longínquas da centralidade ou dos centros comerciais nos bairros gera menor acessibilidade para sanar as necessidades cotidianas e revelam as contradições e os conflitos da produção do espaço urbano.

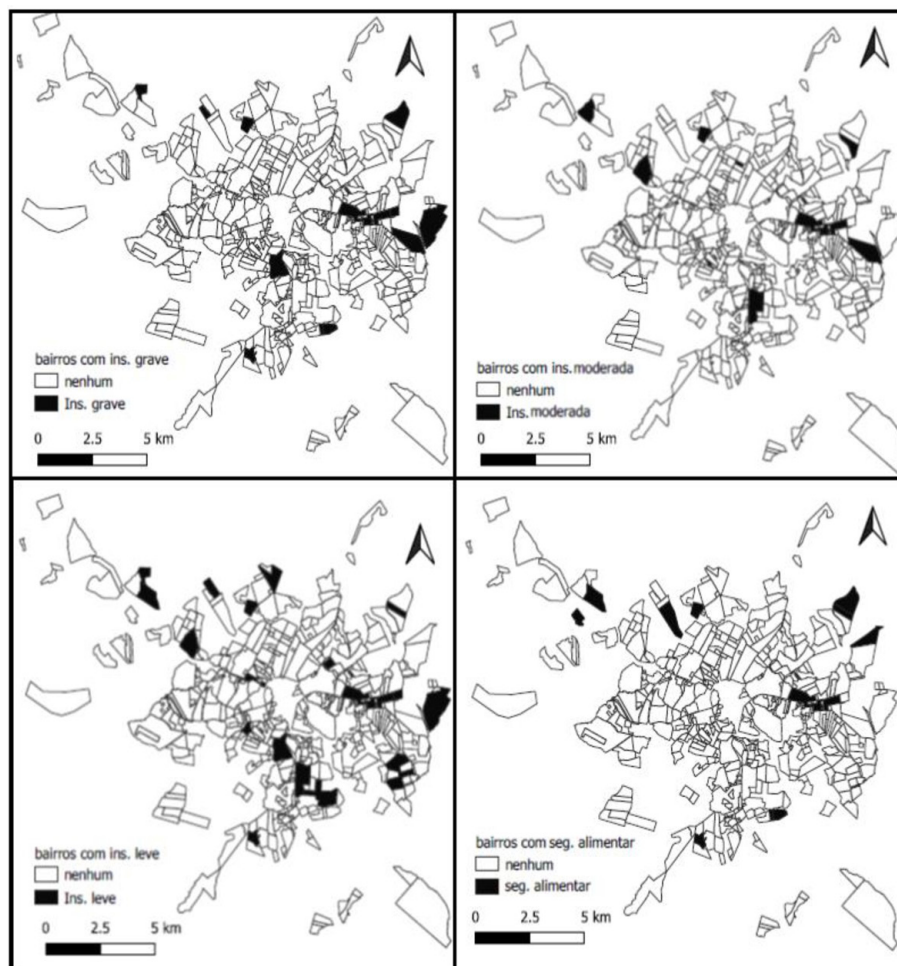
Além dos obstáculos já mencionados no tecido urbano do município, para chegar a esses bairros distantes, é necessário utilizar rodovias federais e estaduais. Isso dificulta ainda mais a mobilidade dos associados, considerando a precariedade de linhas do transporte público que atendam a essa demanda cujo trajeto é, muitas vezes, realizado a pé.

Destaca-se que poucos locais se repetem entre as figuras conforme a modalidade de Insegurança Alimentar, o que denota uma diversidade de espaços de residências dos recicladores. Com base nesse reconhecimento do real, faz-se necessário um estudo mais aprofundado para planejar e formular uma agenda de prioridades na política de reciclagem do município, para redimensionar a quantidade de associações de recicladores e, com isso, atender quantitativamente mais associados e aperfeiçoar logisticamente a demanda de sujeitos que já agregam vários elementos de vulnerabilidades.

Para complementar a espacialização da localização da moradia dos associados por bairros, expôs-se, na Figura 4, o nível de (in)Segurança Alimentar.

Se as figuras 3 e 4 forem analisadas de maneira conjunta, fica evidente que a maioria dos associados em situação de Insegurança Alimentar (leve, moderada e grave) estava localizada nos bairros mais afastados em relação à associação na qual trabalham. Por outro lado, os associados em Segurança Alimentar moravam em bairros próximos às suas associações de referência.

Figura 4 – Localização de residência por bairros dos associados conforme o nível de (in)Segurança Alimentar



Fonte: Dados do relatório final da pesquisa (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa (2017).

Esse dimensionamento entre a localização de moradia dos recicladores, ao relacionar-se com seu bem-estar, deve ser considerado no planejamento de ampliação ou de futuras instalações de associações no município.

Outro elemento importante a ser considerado nesse planejamento são as mulheres, visto que são a maioria entre os associados, correspondendo a 74,3%. A proximidade do trabalho com seu domicílio facilitaria sua

inclusão na atividade, além de mitigar dificuldades por elas enfrentadas. Conforme ressalta Raiher (2016), a mudança da posição das mulheres na sociedade nos últimos anos intensificou a interdependência de sua vida profissional com a familiar. Sem gerar uma ruptura com a divisão sexual do trabalho, no âmbito doméstico, e da estrutura patriarcal das famílias, isso, de alguma maneira, fortaleceu as desigualdades por elas sofridas, especialmente no que concerne ao mercado de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma de organização por Associação de Reciclagem proporciona uma luta por reconhecimento, melhoria e avanço nas condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. A atuação com catadores organizados potencializa as ações de consolidação das associações de maneiras bem mais eficientes, que envolvem a divisão justa e proporcional do trabalho realizado, especialmente nos princípios solidários, em que prevalecem a autogestão, o respeito à diversidades e a democracia.

Por outro lado, os dados da pesquisa evidenciam que ainda há muito a evoluir para aperfeiçoar as condições de trabalho de uma população que agrega elementos de vulnerabilidade. Diariamente, os associados precisam se locomover até o local de trabalho, e essa mobilidade incide sobre a relação espaço-tempo, o que não desvincula as pessoas de uma sociedade produtivista, na qual tudo tem um valor: o tempo, os bens materiais e as necessidades.

Ao pensar sobre a Insegurança Alimentar, constata-se que os que apresentam incidência mais grave são também os que residem em locais mais longínquos e os que mais utilizam meios de locomoção que oneram financeiramente, bem como no consumo de energia, inferindo-se a uma junção de aspectos que os encaixa na vulnerabilidade socioeconômica.

Apesar das vulnerabilidades, é importante destacar que o trabalho com catadores organizados em associações ou cooperativas perpassa não só pela dimensão do acesso ao trabalho, mas também pelo potencial de crescimento, combinando aspectos sociais, ambientais e econômicos. Faz-se necessário, portanto, incentivar a criação de mais associações pelas regiões da cidade, respeitando seus diferentes aspectos, inclusive os de mobilidade.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZI, A.; FARIA, R. M. Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da Geografia da Saúde no Brasil. **R. RA´E GA**, Curitiba, n. 17, p. 31-41, 2009. Disponível em: http://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/espaco_territoiro_e_saude.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. p.10-12. (Pensar BH – Política Social, 2).

GOMES, A. L. W. **Determinantes de Permanência de Catadores em Associação de Catadores de materiais recicláveis**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014. disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128615/328225.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 out. 2021.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil / Dezembro 2013**. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.IPEA.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20986&Itemid=9. Acesso em: 23 out. 2021.

KOGA, D. H. U. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Serviço Social em Revista**, v. 16, n. 1, Londrina, PR, 2013.

MINISTÉRIO das Cidades. **Curso Gestão Integrada da Mobilidade Urbana**. Módulo II: Cidade, Cidadão e Mobilidade Urbana Sustentável. Ministério das Cidades, Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Brasília, março 2006.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho Decente**. Disponível em: <http://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 23 out. 2021.

PIZARRO, R. **La vulnerabilidad social y sus desafíos**: una mirada desde América Latina. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Estudios Estadísticos).

RAIHER, A. P. Condição de Pobreza e a Vulnerabilidade da Mulher Brasileira. **Informe Gepec**, v. 20, n. 1, 2016, p. 116-128.

RAIHER, A. P.; SCHIMANSKI, E.; SANTOS, F. R.; SZUL, C. D.; MEDEIROS, M.; MOURA, R. M.; SCHEFFER, S. M. **(In)Segurança Alimentar da Associação de Recicladores de Ponta Grossa**. Relatório final de pesquisa. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2018. Disponível em: http://sites.uepg.br/ppgcsa/wp-content/uploads/2012/11/In_seguran%C3%A7a-alimentar_Relat%C3%B3rio-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

SANT`ANA, D.; MAETELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA B. C. J.; GOES F. L. (orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2016

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR – O COMER BEM COMO UM PARADOXO NO METABOLISMO DA SOCIEDADE CAPITALISTA (O CASO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL)

Franciely Ribeiro dos Santos

Mirna de Lima Medeiros

Edina Schimanski

Discutir as representações de catadores de materiais recicláveis por meio do significado de **comer bem**, permeadas pela problemática da (in) Segurança Alimentar, perpassa pela questão ambiental, expondo a crise ambiental: uma crise do conhecimento (LEFF, 2004). A gênese da problemática ambiental “dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica [...] marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais.” (LEFF, 2002, p. 62).

Tal questão exhibe uma das facetas do metabolismo da sociedade capitalista, a produção de resíduos sólidos e seu destino. Nesse processo, o consumo assume a energia de manutenção metabólica (LEAL *et al.*, 2002). Assim, o “valor do consumismo é estimulado pelo mercado por meio de publicidades e *marketing*, que criam valores de relevada importância e de prestígio social” (SCHIMANSKI; SCHEFFER; SCHONS, 2011, p. 76), responsável por alimentar nossos desejos.

O lixo enquanto produto expõe as contradições do sistema capitalista-industrial, entre as quais se destacam duas. A primeira nos traz a seguinte questão: É possível preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, estimular o consumo? A segunda revela-se no processo de marginalização econômica e social, a pobreza. Situação que coloca no “lixo” materiais recicláveis, uma possibilidade de renda (MARTINS *et al.*, 2016).

A renda torna-se uma variável indispensável quando se trata de sobreviver em uma sociedade capitalista. Ao galgar *status* de valor de uso, os materiais recicláveis constituíram-se mercadoria, pois expressam e organizam o território, submissos “à lógica da reprodução ampliada do capital”, que se ajusta às “determinações econômicas mais amplas com as especificidades econômicas e sociais locais.” (LEAL *et al.*, 2002, p. 183).

Este é um debate necessário, pois permite discutir as bases que ancoram toda a cadeia produtiva da reciclagem de resíduos sólidos no Brasil. Essa cadeia desvela a falta de opção e a exploração de trabalhadores miseráveis, subjugados e condicionados “pelos mais diferentes instrumentos coercitivos, econômicos e sociais, a buscarem no trabalho realizado no e com o lixo, formas de sobrevivência” (LEAL *et al.*, 2002, p. 183).

Nesse sentido, Layrargues (2005, p. 180) problematizou a questão da reciclagem como uma atividade-fim. O autor alertou quanto aos perigos de tratar a reciclagem do viés causa-consequência, de seus aspectos técnicos, evadidos da dimensão política. Ainda, lançou o desafio de indagar sobre o reduzido esforço dedicado à análise do “significado ideológico da reciclagem”.

Em 2010, fixou-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). O documento busca reconhecer “o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania para os trabalhadores que dele extraem seu sustento e sua renda” (DAGNINO; JOHANSEN, 2017, p. 124). Segundo esses autores, mesmo diante das conquistas legais, é preciso acompanhar a efetivação de tais garantias. O papel dos catadores, enquanto prioridade nas políticas públicas no setor da reciclagem, não deve ser suprimido pelos interesses capitalistas e dos significados ideológicos que envolvem a reciclagem.

Ao assumir a posição de sujeitos políticos e sociais, objetiva-se com este texto desvelar o significado do **comer bem** por meio da problemática

da (in)Segurança Alimentar em catadores de material reciclável organizados em associações. A pesquisa foi realizada no município de Ponta Grossa, Paraná. Além do reconhecimento de suas contribuições acerca dos desafios que envolvem a questão ambiental, identifica-se um engajamento na luta pelas garantias básicas, entre as quais destacamos a alimentação e o respectivo acesso a ela, bem como significados e desejos.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E A VULNERABILIDADE DE CATADORES DE RECICLÁVEIS

A Segurança Alimentar e Nutricional está vinculada ao direito e ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o alcance a outras necessidades essenciais, assim como a diversidade cultural e as questões socioambientais (BRASIL, 2006). A Insegurança Alimentar é constatada quando os indivíduos não têm disponibilidade, acesso ou utilização adequada dos alimentos, situação que pode atingir de maneira distinta diferenciados grupos sociais (BÓGUS; COSTA, 2012). A pobreza é determinante para a Insegurança Alimentar, configurando-se como um empecilho ao acesso regular a uma alimentação adequada. Tal situação pressupõe fenômenos que tangenciam a fome e a desnutrição (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996; ARCAIN *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Neste contexto, estão os catadores e classificadores de materiais recicláveis. Conforme pesquisa realizada no município de Piraquara – PR (ULBRICH; LOPES; OLIVEIRA; CALVETTI, 2012), dos 56 catadores, 33% estavam em situação de Insegurança Alimentar. Verificou-se que esses trabalhadores estavam submetidos às seguintes condições: carga horária de trabalho sem intervalo para a alimentação; falta de local adequado para armazenamento dos alimentos e para realização das refeições; ambiente sem higienização para consumo de alimentos; falta de acesso aos alimentos; e falta do acesso à renda em razão da instabilidade de preços dos materiais recicláveis. “Com todas as dificuldades relacionadas a esses profissionais, é notória sua vulnerabilidade em relação aos determinantes sociais refletindo negativamente em suas condições de vida, saúde, alimentação e trabalho” (ARCAIN *et al.*, 2018, p. 1025).

Cunha *et al.* (2003) e Hogan *et al.* (2000) também apontam a vulnerabilidade socioeconômica existente nesse grupo, sinalizando uma probabilidade maior de estarem na Insegurança Alimentar. As implicações disso são inúmeras, por exemplo: desenvolvimento de doenças; má formação corpórea; obstáculos fisiológicos ao trabalho; mortalidade infantil e materna; prejuízos no desenvolvimento físico e mental, gerando baixo rendimento escolar (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Nesse sentido, a garantia e o acesso à alimentação, à comida de qualidade, ampliam a discussão para além da sua função fisiológica. Evidencia-se que “a comida possui um significado simbólico – ela expressa algo mais que os nutrientes que a compõem” (WOORTMANN, 2013, p. 6), estando diretamente relacionada a fatores socioeconômicos e culturais (ARCAIN, 2018). Apresenta um “caráter simbólico, cujo significado se dá na trama das relações sociais” (DANIEL; CRAVO, 2005, p. 61).

Para Woortmann (2013, p. 13), no Brasil há uma estreita relação entre a percepção da comida e do corpo, da qual se originam representações das relações sociais. Outro apontamento está na distinção entre o alimento e a comida. Para a autora, ambas “as noções são socialmente construídas e devem ser percebidas em seu contexto. Ainda que sejam próximas, não se confundem”. O alimento apresenta potencial de consumo, seja por seres humanos ou animais. É o que nos abastece, são “as substâncias que, submetidas ao estômago, podem ser animalizadas pela digestão e reparar as perdas sofridas pelo corpo nas atividades da vida” (BRILLAT-SAVARIN, 1995, p. 71). A comida é produto do alimento na cozinha. É a transformação do alimento em comida, oriundo de um processo qualitativo, ao realizar a “passagem do plano da natureza para o da cultura, mediado pela via da culinária” (WOORTMANN, 2013, p. 14).

A relação entre cultura e condições econômicas revela-se uma importante variável para que possamos compreender os diferentes significados do comer para classes socioeconômicas distintas. O fator mais significativo é a quantidade. Enquanto, para os ricos, é abundância, o “pobre o tem em escassez e dele faz uso de forma diferente”. Essa distinção também se revela pelo tipo de comida e os horários das refeições, por exemplo (DANIEL; CRAVO, 2005, p. 64).

Ao delimitarmos a discussão para os pobres urbanos, neste caso, os catadores, verifica-se que:

A comida é o principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição. A primeira associação que fazem ao falarem do que comem é com a pobreza. É ela que explica a dieta que conseguem manter. [...]. É ela que explica o constante cuidado com o “controle”, e a “economia”. É ela que explica o ciclo da relativa “fartura” no início do mês, quando até se compra carne, e o “passar mal do final do mês”, sem carne, sem dinheiro [...] (ZALUAR, 1994, p. 105).

Para os pobres urbanos, a relação com a comida não é percebida ou explicada por um viés racional nutricional, mas por valores simbólicos, referências culturais, mediações ideológicas e até mesmo psicológicas (ZALUAR, 1994; WOORTMANN, 2013; ARCAIN *et al.*, 2018). Tais fatores ajudam explicar a afirmação de Daniel e Cravo (2005, p. 65): “o pobre tem necessidade de sentir-se de barriga cheia”. Para esse grupo, a definição de comida restringe-se, basicamente, a feijão, arroz e carne, classificados como alimentos fortes, o feijão e a carne principalmente, já que o arroz pode ser substituído por farinha ou macarrão, por exemplo (WOORTMANN, 1978; ZALUAR, 1994). Nesta perspectiva, a carne é representada como um “símbolo poderoso de prestígio social e riqueza”. Por isso, “comer carne todos os dias marca uma fronteira nítida que separa os pobres dos não pobres” (ZALUAR, 1994, p. 105-106).

Além de ser o mais acessível, o alimento “forte”, na perspectiva do trabalhador urbano de baixa renda, é também aquele que “rende mais”, por isso é o mais econômico. Sua força está na percepção e no consumo, em conformidade com a fisiologia humana e a atividade laboral do indivíduo, o que faz do almoço a principal refeição, pois “a comida forte relaciona-se ao trabalho”, fornecendo à pessoa que se alimenta a energia necessária. (WOORTMANN, 1978, 2013, p. 86; CANESQUI, 2005). Essa condição se agrava em muitos grupos sociais, como é o caso dos catadores, pois para eles o problema está no que comer. Ser um catador associado não garante uma renda fixa, já que os preços dos recicláveis variam, pois estão atrelados ao mercado mundial, à variação do dólar, às leis de oferta e procura, entre outros fatores que comprometem sua renda e a garantia, mesmo que mínima, mediante sua condição socioeconômica de alimentar-se (IPEA, 2017).

Como afirmou Rossi (2014, p. 8), a “palavra comer, aparentemente neutra, inofensiva e prazerosa, quando tudo vai bem, encontra-se no centro do pensamento cotidiano e da vida de todos aqueles que não conseguem comer o suficiente”. Pensar em comida em um contexto de desigualdade social remete à ideia de Segurança Alimentar dentro de uma conjuntura, que deve considerar o social e o ambiental, no qual a vulnerabilidade é uma condição para muitas pessoas.

Neste cenário, para além das análises do meio ambiente em si, emerge a questão ambiental, que se encontra no âmago das mazelas geradas pelo sistema capitalista. Ao produzir riquezas, o capitalismo produz também o contrário: a pobreza. E em conjunto com a pobreza, emergem desigualdade e injustiça social.

No cotidiano concreto, o catador e sua família (muitos fazem a atividade acompanhados de familiares) se deparam com o paradoxo do metabolismo capitalista – o lixo. Deste, boa parte pode ser reutilizável ou reciclável. No entanto, em essência, o lixo é o dejetado da riqueza em todos os sentidos. Inclusive a própria comida torna-se uma mercadoria a que nem todos têm acesso, estando, muitas vezes, por desperdício, no lixo. Os restos de comida *in natura* ou de suas embalagens podem ser vistos e desejados em integralidade ou por meio dos rótulos de produtos apetitosos que nem todos podem comprar. Assim, bens como laticínios e embutidos caros, doces sofisticados como o chocolate, mas sobretudo a carne (culturalmente forte no Brasil) tornam-se objeto de desejo e simbolizam o que o sistema pode oferecer de “melhor”. Na vida real, a mercadoria é só a embalagem que esse trabalhador vê, cata, sem, contudo, ter acesso a ela. Na maioria das vezes, o acesso ao básico já é algo difícil, quanto mais um alimento caro e não tão disponível. A escassez de alimentos e a fome fazem parte do dia a dia de maneira concreta. Portanto, a fome e a Insegurança Alimentar são geradas com base naquilo que se configura como questão ambiental do modelo de desenvolvimento atual.

REPRESENTAÇÕES ACERCA DO “IDEAL DE ALIMENTAÇÃO E SEUS DESEJOS”: METODOLOGIA APLICADA

Esta pesquisa originou-se no Grupo de Pesquisa Questão Ambiental, Gênero e Condição de Pobreza, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, comprometendo-se com o cumprimento de todas as questões éticas que envolvem pesquisas com seres humanos.

De caráter quanti-qualitativo, a pesquisa apresenta análises de questionários semiestruturados aplicados a 70 sujeitos pertencentes a quatro associações de catadores (ARREP, ACAMARUVA, ACAMARO e ACAMARU) do município de Ponta Grossa, Paraná, Brasil, localizadas em bairros distintos. A associação ACAMARUVA apresentou o maior número de questionários respondidos (N= 26), em segundo está a ARREP, com 16 entrevistados. A distribuição das respostas obtidas pode ser verificada na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos questionários aplicados por associação

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Associações	ARREP	16	22,9
	ACAMARUVA	26	37,1
	ACAMARU	13	18,6
	ACAMARO	15	21,4
TOTAL		70	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa (Raiher et al., 2018).

O perfil quantitativo estatístico está na mensuração das informações censitárias e da situação de Segurança ou Insegurança Alimentar¹. Já o aspecto qualitativo, na compreensão da realidade, seus problemas e possibilidades de mudança frente às questões da (in)Segurança Alimentar (SANDÍN ESTEBAN, 2010), foi averiguado com base na questão aberta: “Para você, comer bem é...”. Com essa questão, buscou-se compreender as representações que envolvem um ideal de alimentação e seus desejos.

As informações censitárias e da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) foram analisadas pelo software SPSS 17.0 (*Statistical Package*

¹ A metodologia para a delimitação dos graus de (in)Segurança Alimentar estão detalhadas nos capítulos 3 e 4 desta obra.

for Social Sciences – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais), pelas ferramentas de análise estatística, que indicam a frequência e a análise cruzada entre as categorias, as variáveis e a situação de (in)Segurança Alimentar (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013; POCINHO; FIGUEIREDO, 2004). Para a questão aberta, utilizou-se o *software* IRaMuTeq 0.7 alpha 2 (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), trata-se de um *software* gratuito, que “se ancora no *software* R e permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais. Sua contribuição está no tratamento de informações mais amplas que envolvem o conhecimento de opiniões e desejos (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 268).

As análises provenientes do IRaMuTeq, apresentadas neste trabalho, estão sistematizadas pela árvore de similitude e pela nuvem de palavras. Camargo e Justo (2013, p. 516) afirmam que a análise de similitude “se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as co-ocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual”. A nuvem de palavras, por sua vez, “as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência”. Apresenta uma análise lexical mais simples, porém com gráficos interessantes, que evidenciam as palavras de maior frequência, ou seja, a “identificação das palavras-chave de um corpus”. Ambas contaram com a análise de conteúdo (BARDIN, 2012) da questão respondida pelos associados, como do resultado do tratamento realizado pelo IRaMuTeq. Para Bardin (2012, p. 50), a “análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. [...] é uma busca de outra realidade por meio das mensagens”.

(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E AS REPRESENTAÇÕES DO “IDEAL DE ALIMENTAÇÃO E SEUS DESEJOS”

O perfil censitário dos sujeitos foi delimitado com base no *software* SPSS com as ferramentas de análise de frequência e cruzada. Na Tabela 2, apresentamos a análise de frequência da distribuição dos sujeitos investigados por associação, idade, sexo, estado civil, raça, tempo de associação e renda semanal.

Tabela 2 – Perfil censitário dos catadores associados – 2017

Categorias	Variáveis	Freq.	%
Idade	18 a 35 anos	25	35,7
	36 a 50 anos	30	42,9
	51 a 60 anos	11	15,7
	Mais de 60 anos	4	5,7
Sexo	Masculino	18	25,7
	Feminino	52	74,3
Escolaridade	EF incompleto	50	71,4
	EF completo	10	14,3
	EM incompleto	4	5,7
	EM completo	4	5,7
	Assina o nome	2	2,9
Estado civil	Solteiro(a)	33	47,1
	Casado(a)	32	45,7
	Viúvo(a)	5	7,1
Raça	Sem resposta	2	2,9
	Branca	31	44,3
	Parda	28	40,0
	Negra	8	11,4
	Indígena	1	1,4
Tempo de associação	Até 1 anos	25	35,7
	De 2 a 4 anos	13	18,6
	De 5 a 9 anos	21	30,0
	Mais e 10 anos	11	15,7
Renda/associação semanal	Sem resposta	2	2,9
	Não sabe	3	4,3
	De 40 a 80 reais	6	8,6
	De 85 a 100 reais	8	11,4
	De 110 a 160 reais	23	32,9
	De 165 a 200 reais	23	32,9
	De 210 a 270 reais	5	7,1
Total		70	100,0

Fonte: Relatório de pesquisa (RAIHER et al., 2018).

A maioria dos associados (N= 30) era da faixa etária de 36 a 50 anos de idade, seguida por sujeitos com idade de 18 a 35 anos. Apenas quatro associados

apresentavam mais de 60 anos. Quanto ao sexo, a maioria eram mulheres (N= 52), representando um total de 74,3%, enquanto os homens, 25,7%.

A escolaridade revela que mais de 70% dos associados possuíam apenas o Ensino Fundamental incompleto. Os estudantes que conseguiram concluir essa fase escolar apresentaram cinco anos de estudos e, geralmente, tinham 10 ou 11 anos de idade. Dados do IBGE (2014) apontaram que apenas 35,9% da população na faixa dos 25 anos de idade ou mais possuíam o Ensino Médio completo no Brasil. O impacto da baixa escolaridade na vida desses trabalhadores está na limitação de oportunidades profissionais, bem como de inclusão social (IPEA, 2017). A diferença entre os sujeitos que se declararam solteiros e casados foi apenas de 1,4%, ou seja, uma pessoa, sendo 33 solteiros e 32 casados. Quanto à raça, 31 associados, 44,3%, declararam-se brancos, 28 pardos, oito negros e um indígena. Dos respondentes, apenas dois não apresentaram uma resposta.

O tempo de associação revelou que 25 associados, 37,5%, contavam com até um ano de associação, enquanto 21 declararam estar entre cinco e nove anos, e 11 sujeitos apresentaram mais de 10 anos. A renda média por semana adquirida por meio da associação ficou entre 110 e 200 reais para 46 associados, ou seja, 65,8% dos entrevistados, menos de um salário-mínimo, que em 2018¹ era de 954 reais.

A Tabela 3 apresenta a análise cruzada das variáveis: idade, sexo, estado civil, raça, tempo de associação e renda semanal, com as categorias associação e grau de (in)Segurança Alimentar, conforme Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Sua contribuição está na identificação do perfil dos catadores e a correspondência com a situação de Segurança ou Insegurança Alimentar, conforme o grau de comprometimento (IL – insegurança leve; IM – insegurança moderada; IG – insegurança grave; SA – Segurança Alimentar). Essas ferramentas ampliaram o potencial de análise ao permitirem o mapeamento do perfil e a vulnerabilidade dos catadores associados.

A análise cruzada dos dados censitários com as categorias associação e a situação de (in)Segurança Alimentar revelou que 59 dos 70 entrevistados apresentaram algum grau de Insegurança Alimentar². Desses, 30 estavam em IL, 17 em IG, 12 em IM e 11 em situação de SA. As associações ARREP (N = 14) e ACAMARUVA (N = 22) concentraram 36 sujeitos em situação de

² Destaque em cinza na Tabela 3.

Insegurança Alimentar. A pesquisa com os associados do município de Ponta Grossa apresentou um percentual de 84% dos associados na Insegurança Alimentar (RAIHER *et al.*, 2018) em comparação com a população brasileira, em que 22,6% estavam na Insegurança Alimentar em 2013 (IBGE, 2014).

Tabela 3 – Análise cruzada entre os dados censitários, associações de catadores e situação de (in)Segurança Alimentar – 2017

CATEGORIAS	VARIÁVEIS	ASSOCIAÇÕES					SITUAÇÃO					
		1	2	3	4	Total	SA	IL	IM	IG	IA*	Total
Associação	1. ARREP	-	-	-	-	-	2	4	4	6	14	16
	2. ACAMARUVA	-	-	-	-	-	4	13	5	4	22	26
	3. ACAMARU	-	-	-	-	-	2	6	2	3	11	13
	4. ACAMARO	-	-	-	-	-	3	7	1	4	12	15
Idade	18 a 35 anos	4	11	6	4	25	7	12	3	3	18	25
	36 a 50 anos	6	13	5	6	30	1	15	4	10	29	30
	51 a 60 anos	4	1	2	4	11	2	2	3	4	9	11
	Mais de 60 anos	2	1	0	1	4	1	1	2	0	3	4
Sexo	Masculino	3	9	1	5	18	4	10	3	1	14	18
	Feminino	13	17	12	10	52	7	20	9	16	45	52
Escolaridade	EF incompleto	11	18	8	13	50	7	17	11	15	43	50
	EF completo	2	5	2	1	10	2	7	1	0	8	10
	EM incompleto	3	0	0	1	4	0	3	0	1	4	4
	EM completo	0	1	3	0	4	2	1	0	1	2	4
	Assina o nome	0	2	0	0	2	0	2	0	0	2	2
Estado civil	Solteiro(a)	9	12	5	7	33	1	17	5	10	32	33
	Casado(a)	6	13	6	7	32	9	12	6	5	23	32
	Viúvo(a)	1	1	2	1	5	1	1	1	2	4	5
Raça	0	1	1	0	0	2	0	1	0	1	2	2
	Branca	8	12	6	5	31	7	12	6	6	24	31
	Parda	5	10	5	8	28	3	10	6	9	25	28
	Negra	1	3	2	2	8	1	6	0	1	7	8
	Indígena	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1
Tempo na associação	Até 1 anos	6	10	1	8	25	7	11	2	5	18	25
	De 2 a 4 anos	3	6	3	1	13	2	3	3	5	11	13
	De 5 a 9 anos	7	5	7	2	21	2	9	5	5	19	21
	Mais e 10 anos	0	5	2	4	11	0	7	2	2	11	11

continua

conclusão

CATEGORIAS	VARIÁVEIS	ASSOCIAÇÕES					SITUAÇÃO					
		1	2	3	4	Total	SA	IL	IM	IG	IA*	Total
Renda média por semana	0	2	0	0	0	2	0	1	0	1	2	2
	Não sabe	0	3	0	0	3	0	2	0	1	3	3
	De 40 a 80 reais	6	0	0	0	6	1	1	3	1	5	6
	De 85 a 100 reais	4	0	1	3	8	2	3	0	3	6	8
	De 110 a 160 reais	4	4	4	11	23	3	9	4	7	20	23
	De 165 a 200 reais	0	14	8	1	23	4	12	3	4	19	23
	De 210 a 270 reais	0	5	0	0	5	1	2	2	0	4	5
TOTAL		16	26	13	15	70	11	30	12	17	59	70

Nota: 1. ARREP; 2. ACAMARUVA; 3. ACAMARU; 4. ACAMARO/ SA – Segurança Alimentar; IL – Insegurança leve; IM – Insegurança moderada; IG – Insegurança grave. * Total de sujeitos que apresentaram algum grau de IA.

Fonte: Relatório de pesquisa (RAIHER et al., 2018).

Quanto à faixa etária, verificou-se que a maioria dos sujeitos se encontrava entre 36 e 50 anos de idade. Faixa etária também identificada em catadores da região metropolitana de Curitiba, com uma média de idade que variava de 39 a 42 anos (ARCAIN et al., 2018).

As variáveis da categoria sexo indicaram que, das 52 associadas, 45 enquadravam-se em um dos graus de Insegurança Alimentar; estando 20 em IL, 16 em IG e 9 em IM. Dos 18 homens, 10 apresentaram IL e apenas 1, IG. O predomínio de mulheres que trabalhavam com a catação também foi identificado em Cruz Alta – RS (BORTOLI, 2009); Curitiba – PR (ARCAIN et al., 2018) e pelo IPEA (2017). Segundo o documento, uma das predisposições para o maior número de mulheres na função de catadoras é o trabalho com a triagem dos materiais, com maior segurança e flexibilidade de horários em razão das tarefas de natureza reprodutiva e familiar. É comum porque “precisam se ausentar periodicamente para acompanhar o tratamento médico de filhos e para amparar conflitos familiares, entre outros motivos” (IPEA, 2017, p. 17).

A escolaridade revelou-se como a categoria mais alarmante. Entre os associados entrevistados, 50 não tinham o EF completo, 10, o EF completo, e 2 apenas assinavam o nome. Perfil que reafirma a importância da educação para a melhoria das condições de vida, seja em suas condições econômicas ou pela luta de direitos políticos e sociais. (ARCAIN *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018; BORTOLI, 2009). No entanto, é possível observar que a baixa escolaridade em catadores é um fator também associado às suas trajetórias de vida. O trabalho na infância é uma das explicações para esse fator (CHERFEM, 2016, p. 56). Já o estado civil indicou que 32 solteiros estavam em Insegurança Alimentar; sendo 17 deles em IL e 10 em IG. Dos 32 casados, 23 apresentaram Insegurança Alimentar (IL = 12; IM = 6; IG = 5), estado mais comum para existência de dependentes menores de 18 anos.

Quanto à categoria raça, predominavam brancos (N = 24) e pardos (N = 25), havendo um equilíbrio na quantidade de sujeitos em tal situação, em sua maioria, IL. Quanto ao tempo na associação, 48 sujeitos declararam estar há menos de 10 anos. Desses, 19 atuavam na área entre cinco e nove anos; 18 há menos de um ano, e 11 entre dois e quatro anos. A renda média por semana revelou que 49 catadores ganhavam de 110,00 a 200,00 reais. Desses sujeitos, dois não responderam e três não sabiam, predominando uma renda monetária inferior a um salário-mínimo, que, em 2017, ano da coleta das informações, correspondia a 937,00 reais³. Por mais organizada e produtiva que seja a associação, sabe-se que a renda dos catadores não depende apenas de seus esforços, envolvendo também fatores econômicos. Seus ganhos limitam seu poder de consumo, interferindo diretamente em sua alimentação (ARCAIN *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Apresentados o perfil censitário com o cruzamento de suas variáveis com as categorias associação e situação de (in)Segurança Alimentar, seguimos para a exposição, análise e discussão da questão: “Para você, comer bem é...”. Reafirmamos que as respostas foram digitadas em um banco de dados no Excel e tratadas pelo *software* IRaMuTeq, além da análise de conteúdo (BARDIN, 2012). Cabe destacar que o significado de comer varia muito de acordo com a realidade das pessoas, “oscila entre a agradável obviedade cotidiana (que pode também ser entendida como um gozo

³ Informação retirada do *site* Guia trabalhista. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

refinado ou refinadíssimo) e a trágica obsessão que a escassez ou a falta de alimentos causou e causa em muitos seres humanos” (ROSSI, 2014, p.15).

Delimitou-se a apresentação das informações utilizando a classificação do EBIA quanto à situação de Segurança Alimentar e Insegurança Alimentar e seus respectivos graus, como categorias de análise. Para os catadores, independentemente da situação de (in)Segurança Alimentar, o verbo “ter” demonstrou ser uma das condições primordiais. Partindo-se dele, foi possível verificar que a noção de posse norteia o conteúdo sobre o significado de comer bem para esses catadores. Nesse sentido, valoriza-se a importância da garantia do alimento diário, entre os quais estão carne; feijão e arroz. Woortmann (1978, p. 111) afirma que um modelo/padrão alimentar revela a condição de acesso ao alimento. Como já discutimos, o destaque a esses alimentos configura sua relação de força para a manutenção de condições físicas de trabalho (WOORTMANN, 1978, 2013; CANESQUI, 2005).

Os catadores classificados em IG apresentaram, no verbo ter, uma relação com a idealização, garantia do suprimento de suas necessidades básicas pessoais e da família, expressas pelas seguintes falas: “*Ter dinheiro o suficiente para comprar os alimentos que devia*”; “*Comer três vezes ao dia, café, almoço, janta, carne, salada até ficar satisfeito*”; “*Ter uma carne todo dia, fruta, verdura para a crianças*”.

As restrições vividas também foram expressas pelo desejo de comer produtos que vêm nas embalagens destinadas para a reciclagem. Entre os relatos, destacou-se: “*Acho que saúde seria comer aquelas coisas que vêm na reciclagem, a gente sente aqueles cheiros, dá até vontade, aquelas lasanhas e chocolate, mas a gente fica só no cheiro*”. Nesse sentido, Leonel e Menasche (2017, p. 10) destacaram que a fome não é um problema apenas individual,

[...] mas social, político, cultural, perpassa questões como cidadania, igualdade, desejo/prazer e outras necessidades humanas que ultrapassam as carências nutricionais ou desnutrição. Fome de autonomia, de não querer “só comida”, autonomia no comer/alimentar-se, domínio de suas práticas alimentares e comensalidades, melhorias de qualidade de vida e cidadania.

Além do trabalho e da garantia de renda, os catadores ressaltaram a importância da associação na comida que consomem durante o dia: *“Come bem na associação, em casa quase não come feijão, arroz, mistura”*; *“Aqui come melhor [associação] que em casa, porque come feijão, salada, carne e suco. Aqui é o ideal de comida saudável, é comer bem, comida fresca da hora.”*. Relatos como esses apontam a precariedade alimentar vivida pelos catadores em suas casas.

Os trabalhadores em IM apontaram que o **comer bem** relaciona-se com a saúde e o trabalho, a força e a energia proveniente dos alimentos. Muitos colocaram a importância do bem-estar, agregando alimentos como frutas e verduras, sem se esquecer de mencionar a carne, o feijão e o arroz. Segundo esse grupo de catadores, comer bem é: *“Saúde, aguentar trabalhar, saúde”*; *“Tudo aquilo que sustenta, trabalha com mais energia. Força para o trabalho”*; *“Ter fruta, verduras, legumes, leite, carne e refrigerante”*; *“Oh Deus! Comer bem, encher a barriga, dormir bem, poder chegar em casa e comer bem”*; *“Comer é bem é importante para a saúde”*. Diferentemente de outras classes sociais, as refeições dos trabalhadores de baixa renda são exclusivas à sobrevivência, pois a comida é indispensável para a vida e cumpre a função de manter o corpo apto para o trabalho (CANESQUI, 2005).

A situação de IL apresenta um conteúdo em relação ao **comer bem** próximo dos catadores que estão em IM. Suas falas destacaram a qualidade, seus desejos ultrapassam a ideia de satisfação e destacam a abundância, principalmente de “carne”. A valorização da comida saudável também é destacada, assim como ter várias refeições ao dia e frutas. Para esses catadores, comer bem é: *“Não faltar comida, pelo menos o necessário, o mais grosso, arroz, feijão, salada”*; *“Comer saudável, tem que ter: arroz, feijão, carne, salada”*; *“Ter frutas para as crianças, ter arroz, feijão e carne”*. O desejo de fartura também foi apontado por dois catadores: *“Comidas diferentes, ‘comida de gente rica’, pizza, muita carne, carne de primeira, queijo e outras coisas. A gente come o mais barato, uma margarina, o que é mais barato”*; *“Ter fartura na mesa. Levantar cedo e ter um café bem forte, no almoço comer bastante.”*; *“Arroz, feijão, macarrão, carne, salada e fruta. Porque é o que sustenta no dia a dia. Na minha casa é raro ter carne e frutas”*. Um dos sujeitos também destacou a importância da alimentação oferecida na associação: *“Eu como melhor aqui [associação] do que lá [casa]. Aqui é mais variado”*. Para Woortmann (1978), a

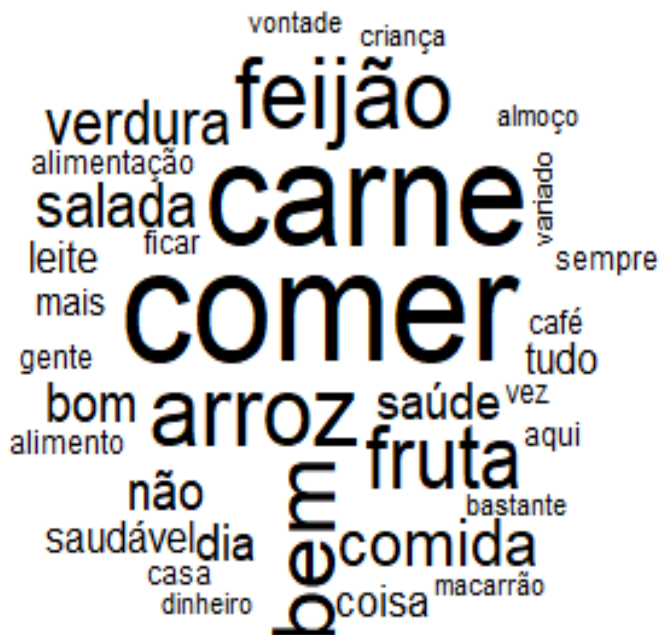
fartura de comida em populações pobres indica a constância de alimentos, ou seja, não faltar comida.

Para os catadores que se encontraram em situação de Segurança Alimentar, também encontramos a valorização do acesso e a garantia do alimento. Suas definições de comer bem são acompanhadas de outros alimentos, além da tríade carne-feijão-arroz. As misturas são valorizadas nesse contexto. Segundo Canesqui (2005, p. 194), “Ter apenas arroz com feijão no prato, desprovido de ‘mistura’, também simboliza a dieta empobrecida e monótona”, de maneira que a diversidade de comidas traduz uma “dieta mais rica, farta, e melhores condições de vida”. Assim, o significado de comer bem “É ter arroz, feijão, carne, maionese, macarrão no almoço e na janta. Uma salada de frutas, uma vitamina, Nescau com leite, um café com pão e margarina”; “É ter carne, essas coisas. Ter um salgadinho”; “Arroz, feijão, salada, café da manhã, mistura, carne, franguinho”; “Ter sempre arroz, feijão, saladas, comprar o que eu tenho vontade de comer”; “Variado, não a mesma coisa. Arroz, feijão, carne, frutas e verduras”.

Esses significados também estão expressos na Figura 1, que expressa as palavras com o meio número de evocações. Apresenta-se o resultado da primeira análise quantitativa, denominada nuvem de palavras. Como pode-se observar, os cinco termos (“comer”, “carne”, “feijão”, “arroz” e “bem”) foram os que mais se destacaram quando se trata do significado de comer bem para os sujeitos da pesquisa. De maneira periférica, foram mencionados outros termos, como “fruta”, “verdura”, “salada” e “saúde”.

Analisando esse conteúdo, é possível relacionar os termos com o próprio conceito de Segurança Alimentar, que, conforme comentado anteriormente, refere-se à realização do direito de ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (LOSAN, 2006). Assim, infere-se que os recicladores percebem a quantidade, a qualidade e a frequência de refeições como inerentes ao significado de comer bem. No que se refere à qualidade da comida, podem ser elencados os termos “variado”, “saudável” e “saúde”, mencionados pelos sujeitos. Com relação à quantidade, aponta-se para as questões de frequência de refeições (com as menções “almoço” e “café”) e de quantidade de comida (com as menções “mais comida”, “bastante”, “comer à vontade” e “sempre”).

Figura 1 – Nuvem de palavras – “Para você, comer bem é...” – Associações de Catadores de Materiais Recicláveis – Ponta Grossa – PR – 2017



Fonte: Relatório de pesquisa (RAIHER et al., 2018).

Outra questão emergente dos dados são as menções a produtos ou preparações culinárias. São mencionados com maior destaque na nuvem (Figura 1): “carne”, “arroz”, “feijão” e “salada”. Esses elementos formam uma combinação alimentar que marca o cotidiano brasileiro. Conforme Maciel (2004, p. 31), “essa combinação pode variar, mas, em geral, o prato da refeição principal do brasileiro constitui-se na mistura de feijão, arroz, carne (de porco, gado, ave ou peixe) e saladinha”. A autora, ainda, destaca que, no país, o “feijão-com-arroz” é quase que obrigatório em pelo menos uma das refeições do dia. Além desses, também constam “fruta”, “verdura”, “leite” e “macarrão”.

A composição do “prato brasileiro” também é mencionada em resgate histórico, com devidos ajustes decorrentes da regionalidade, por Cascudo (2011, p. 791):

A farinha de mandioca (pirão, farofa, farinha seca, pura), o feijão, o milho, o arroz, na ordem decrescente do consumo; jerimum (abóbora), batatas, macaxeira (aipim), inhames, carás, na água e sal (*bom de sal* é sinônimo de “temperado”), fundamentam a manducação nacional. Constituem o basalto sustentador do edifício humano. A carne-seca, salgada, do sertão, charque, jabá, a fresca ou verde no segundo plano, o peixe salpreso comumente e fresco na orla ou alcance comunicante das zonas de pescaria, são o subsequente granito. Os “depósitos sedimentares” regularão o bode, porco, carneiro, a caça suplementar, as raras e fortuitas verduras, os *cheiros* olorosos, as acidentais hortaliças de quintal, colhida e, em 90%, compradas no mercado ou ao verdureiro, ambulante e gritador. Leite, mínimo na forma do costume. Ovos e galinhas, *por fruta*.

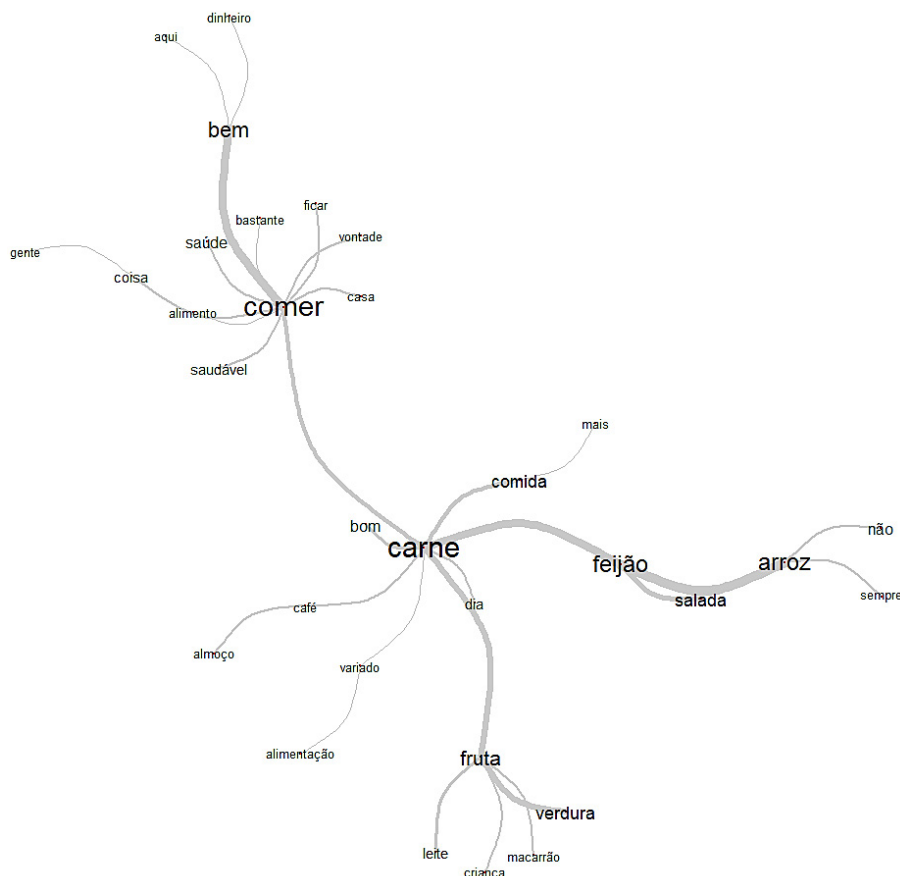
Dória (2009, p. 11) ressalva que a ideia da miscigenação (de índios, negros e portugueses) culinária, “que se materializaria num cardápio sintético e partilhado pelos brasileiros, é muito simplista para uma realidade tão complexa”. Segundo o autor, as culinárias nacionais não são apenas conjunto de receitas partilhadas. “Elas incluem dimensões que não são visíveis nas receitas, como tabus alimentares; ideias sobre a ‘nobreza’ de alguns ingredientes e preferências amplas; idealizações sobre cardápios relacionados a vivências especiais (como festas); técnicas de tratamento das matérias-primas etc.” (DÓRIA, 2009, p. 19). Desse modo, são compostas também de elementos rigorosamente extraculinários.

Franzoni (2016) vê a comida com valor comunicativo. Interpretá-la depende de critérios de correspondência e sucessão das várias comidas (o que depende de hábitos alimentares dos indivíduos-comunicantes). Ao explicar essa questão, aponta que, no Brasil, “se o ‘prato’ principal está em falta, nesse caso ou um de carne ou de peixe, a refeição está incompleta” (FRANZONI, 2016, p. 24). Assim, diante dos dados supra expostos, infere-se a relevância dos componentes do “prato brasileiro” para considerá-lo completo e compor o “comer bem” dos catadores associados.

Em outra análise, a de similitude, sistematizada na Figura 2, verifica-se a co-ocorrência entre as palavras. A espessura das linhas indica essa frequência, revelando sua força de ligação (CAMARGO; JUSTO, 2013). As palavras “comer” e “carne” apresentaram a maior co-ocorrência. Ao discutirem as duas esferas de valorização do consumo de carne no Brasil, que

abrangem tanto os aspectos sócio-históricos como os nutricionais, Ribeiro e Corção (2013) destacam seu viés simbólico. Segundo as autoras, a carne é considerada “alimento por excelência”, com consumo intensificado no século XIX em razão do processo de urbanização. A ideia da excelência da carne enquanto alimento originou-se do “discurso nutricionista, desenvolvido a partir da década de 1930 [...], dividindo o Brasil entre aqueles que têm acesso a esse alimento e aqueles que não tem”, por isso seu *status* de fartura e força. (RIBEIRO; CORÇÃO, 2013, p. 425). A pesquisa de Barros, Menezes e Silva (2012) sobre as representações sociais do consumo de carne também destacou seu valor simbólico, principalmente em relação à carne vermelha.

Figura 2 – Análise de similitude – Associações de Catadores de Materiais Recicláveis – Ponta Grossa – PR – 2017



Fonte: Relatório de pesquisa (RAIHER et al., 2018).

A compreensão de que comer bem é ingerir carne, ingestão que está atrelada ao consumo de feijão, arroz e salada. De grande agrado ao paladar, mesmo diante de algumas exceções, a carne é tida como referência de alimentação, sabor e prazer (BARROS; MENESES; SILVA, 2012). Assim, “em alguns casos, o forte apego demonstrado ao seu consumo, revelado pela obrigatoriedade da sua presença no ato de comer, seja este solitário ou em grupo” (BARROS; MENESES; SILVA, 2012, p. 369-370).

A conexão com as palavras “fruta” e “verdura” em um dos extremos da árvore nos permite compreender os significados do comer para catadores. Esses alimentos são considerados fracos, portanto, complementares. Não são vistos como essenciais por não sustentarem como a carne, o feijão e o arroz. Essa valorização se dá mediante os valores calóricos, de saciedade e econômicos do alimento (WOORTMANN, 1978, 2013; CANESQUI, 2005b).

A ingestão de fruta está conectada ao consumo de verdura e leite, alimentos relacionados às crianças. Além dos desejos alimentares, o comer bem também está ligado à qualidade de vida (saúde, saudável) e às condições financeiras (dinheiro). Na pesquisa fica claro que, para além do perfil cultural e antropológico da região, a carne é, para estes sujeitos, algo incomum, isto é, não está presente no dia a dia das pessoas por ser economicamente inviável.

[Os] alimentos, bem como a sua transformação e consumo, contribuem para a criação de significados sobre a existência humana, sejam eles sociais, políticos, econômicos, religiosos ou culturais. Verifica-se que a comida aparece como uma ferramenta narrativa de sentimentos e valores, privados e partilhados (FRANZONI, 2016, p. 22).

A alimentação é mais que um elemento da “cultura material”, pois implica em representações e imaginários, envolvendo escolhas, classificações e símbolos que organizam as diversas visões de mundo no tempo e espaço (MACIEL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito social à alimentação consta na constituição brasileira. Contudo, sua efetivação adequada, assim como em outros países latino-americanos, não é plena (FAO *et al.*, 2018). “Não deixar ninguém para trás”, como propõem as metas “assegurar o acesso de todas as pessoas a uma alimentação sã, nutritiva e suficiente” e “eliminar todas as formas de má nutrição” da Agenda 2030, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), requer olhar para as diferenças e especificidades em busca da adequação de políticas e programas. Aqui se destacou especificamente a situação de (in)Segurança Alimentar e nutricional dos catadores de materiais recicláveis organizados em associações em Ponta Grossa – PR. As constatações com relação a esse grupo em particular podem servir para alertar sua potencial vulnerabilidade com relação à SAN.

Neste capítulo, foi exposto especificamente o significado de “comer bem” para esse grupo de indivíduos, propiciando um aporte qualitativo à situação dos sujeitos de pesquisa. Essa questão foi respondida por meio de pergunta aberta, em entrevista pessoal realizada em quatro associações de catadores da cidade. Essa forma de abordagem, ao mesmo tempo em que permitiu uma diversidade de manifestações, também recebeu respostas sucintas e, em poucos casos, expressões verbais distintas das não verbais, indicando que pode haver outros aspectos a serem investigados que o desenho da pesquisa não permitiu captar. Apesar das limitações, a pesquisa identificou particularidades nacionais (e até locais, em certa medida) com relação a aspectos tanto nutricionais quanto do paladar. E como já dizia Câmara Cascudo (2011, p. 446), “o paladar não é tão universal como a fome. Há distinções, resistências, peculiaridades, imposições misteriosas para o entendimento”.

A Segurança Alimentar e nutricional consiste, conforme Losan:

[...] na realização do direito de todos ao **acesso regular e permanente** a alimentos de **qualidade**, em **quantidade** suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de **saúde** que respeitem a **diversidade cultural** e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (2006, grifos nossos).

As menções do grupo pesquisado, preponderantemente em Insegurança Alimentar e Nutricional, podem ser confrontadas ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que tangenciam justamente os aspectos grifados do conceito. Houve menções relativas à qualidade, quantidade, frequência de refeições e alimentos que podem ser considerados a ementa básica cotidiana do brasileiro (“feijão com arroz e mistura”). A questão da saúde e do saudável também apareceram de maneira periférica.

Diante dos resultados alcançados, surgem curiosidades que podem servir de objeto de estudos futuros. Algumas dessas hipóteses decompõem a análise dos presentes dados ou, ainda, ampliam a amostra. H1: As pessoas em IA são as que mais relacionam comer bem à frequência de refeições; H2: As pessoas em IA são as que mais relacionam comer bem à quantidade; H3: As pessoas em SA são as que mais relacionam comer bem à qualidade nutricional e saúde; H4: As pessoas em SA são as que mais relacionam comer bem a ingredientes ou preparos diferentes da “ementa básica brasileira”; H5: A renda afeta o significado de comer bem. Certamente, ao realizar esse tipo de verificação, será possível identificar diferenças no significado de comer bem para os grupos em Insegurança Alimentar e Nutricional e em Segurança, que podem ressaltar questões muito além dos alimentos propriamente ditos. Como destacado por alguns autores estudados, o ato de comer traz consigo questões históricas, sociais, econômicas e até ambientais. Relações de poder e política; escassez e luxo; prestígio e preconceito poderão ser aprofundados em outro tipo de desenho de pesquisa.

Por fim, deve-se destacar que a presente pesquisa não pretende encerrar, mas sim incitar mais discussões sobre Segurança Alimentar e nutricional de grupos vulneráveis, bem como significados entremeados no ato de comer.

REFERÊNCIAS

ARCAIN, J. R. *et al.* Condições de vida: trabalho, saúde e alimentação de catadores de material reciclável na região metropolitana de Curitiba. **Demetra**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, 2018, p. 1023-1039.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2012.

BARROS, G. S.; MENESES, J. N. C.; SILVA, J. A. Representações sociais do consumo de carne em Belo Horizonte. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 22, n. 1, 2012, p. 365-383.

BOGÚS, C. M.; COSTA, C. A. Significados e Apropriações da Noção de Segurança Alimentar e Nutricional pelo Segmento da Sociedade Civil do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Saúde Soc.**, v. 2, n. 1, 2012, p. 103-114.

BORTOLI, M. A. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Revista Katálisis**, v. 12, n. 1, 2009, p. 105-114.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan). Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm. Acesso em: 20 set. 2021.

BRILLAT-SAVARIN, J. A. **A fisiologia do gosto**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANESQUI, A. M. Comentários sobre Estudos Antropológicos da Alimentação. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 23-47.

CANESQUI, A. M. Mudanças e permanências da prática alimentar cotidiana de famílias de trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 167-210.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um *software* gratuito para análise de dados textuais. **Temas psicol.**, v. 21, n. 2, dez. 2013, p. 513-518.

CASCUDO, L. C. **História da alimentação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Global, 2011.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e a raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. *In*: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 47-74.

CUNHA, J. M.; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; HOGAN, R. L. A Vulnerabilidade Social no Contexto Metropolitano: o caso de Campinas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 27. **Anais [...]**. Caxambu, MG: ANPOCS, 2003.

DAGNINO, R. S.; JOHANSEN, I. C. Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores a partir do censo demográfico de 2010. **Mercado de Trabalho**, USP, n. 62, 2017, p. 115-125.

DANIEL, J. M. P.; CRAVO, V. Z. O valor social e cultural da alimentação. *In*: CANESQUI, A. M.; DIEZ GARCIA, R. W. (orgs.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 57-68.

DÓRIA, C. A. **A formação da culinária brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2009. (Série 21).

FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad alimentaria y la nutrición. Roma: FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. **Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018**. Santiago: FAO; OPS; WFP; UNICEF, 2018. Disponível em: <http://centrodeexcelencia.org.br/wp-content/uploads/2018/11/PANORAMA-2018-FINAL-WEB.pdf>. Acesso em: 23 out. 2021.

FRANZONI, E. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2016.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, A. B. Urbanização e Vulnerabilidades Socioambientais Diferenciadas: o caso de Campinas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 12, **Anais [...]**. Caxambu, MG: ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/todos/ambt15_2.pdf. Acesso em: 23 out. 2021.

GUIA Trabalhista. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Suplementar de Segurança Alimentar PNAD 2013/2014**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>. Acesso em: jun. 2019.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In: LOUREIRO, C. F. B.; LAURARGUES P. P.; CASTRO, R. S. (orgs). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 179-219, 2005.

LEAL, A. C. *et al.* A reinserção do lixo na sociedade do capital: uma contribuição ao entendimento do trabalho na catação e na reciclagem. **Terra Livre**, São Paulo, a. 18, n. 19, jul./dez., p. 177-190, 2002.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, E. **As aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEONEL, A.; MANASCHE, R. Comida, ato alimentar e outras reflexões consumidas. **Contextos da alimentação – Revista de Comportamento, Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 3-13, 2017.

MACIEL, E. M. Uma cozinha à brasileira. **Estud. hist.**, v.1, n.3 3, p. 25-39, 2004.

MAINARDES, F.; RAIHER, A. P. (In)Segurança Alimentar no Brasil: prevalência e fatores associados. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 25, p. 74-99, 2018.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. Contribuição ao tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 4, p. 66-68, 1996.

MARTINS, G. I. *et al.* Reciclando as relações de gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no Distrito Federal. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (orgs). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-97, 2016.

OLIVEIRA, M. R. M. *et al.* (in)Segurança Alimentar e nutricional e fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em catadores de resíduos sólidos. **Demetra**, v. 13, n. 3, p. 635-647, 2018.

POCINHO, M.; FIGUEIREDO, J. P. SPSS: uma ferramenta para análise de dados. In: PORTO, M. *et al.* Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Coletiva**, v. 20, p. 1503-1514, 2004.

RAIHER, A. P.; SCHIMANSKI, E.; SANTOS, F. R.; SZUL, C. D.; MEDEIROS, M.; MOURA, R. M.; SCHEFFER, S. M. (In)Segurança Alimentar Associação de Recicladores de Ponta Grossa. **Relatório final de pesquisa**. Ponta Grossa, PR: UEPG, 2018. Disponível em: https://www2.uepg.br//ppgcsa/wp-content/uploads/sites/34/2019/08/In_seguran%c3%a7a-alimentar_Relat%c3%b3rio-de-Pesquisa.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

ROSSI, P. **Comer: necessidade, desejo, obsessão**. São Paulo: UNESP, 2014.

RIBEIRO, C. S. G.; CORÇÃO, M. O consumo de carne no Brasil: entre valores socioculturais e nutricionais. **Demetra**, v. 8, n. 3, p. 425-438, 2013.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

SANDIN ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação:** fundamentos e tradições. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SCHIMANSKI, E.; SCHEFFER, S. M.; SCHONS, S. M. Meio ambiente, gênero e condição de pobreza: mulher e cidadania ecológica. In: SCHIMANSKI, E.; BRONOSKI, M. E. (orgs). **Meio ambiente, crise e cidadania:** tensões e articulações no debate ecológico. Ponta Grossa, PR: Todapalavra, p. 73-91, 2011.

SILVA, Sandro Pereira. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **IPEA**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29271. Acesso em: 20 set. 2021.

ULBRICHT, L.; LOPES, M. O.; OLIVEIRA, A. C.; CALVETTI, T. M. Avaliação das condições alimentares de catadores de materiais recicláveis em uma região no município de Piraquara, Paraná. **Saúde em Debate**, v. 36, n. 92, p. 125-132, 2012.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

WOORTMANN, K. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda:** relatório final. Brasília, DF: Série Antropologia, 1978.

WOORTMANN, E. F. A comida como linguagem. **Habitus**, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 5-17, 2013.

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR: REFLEXÕES FINAIS

Augusta Pelinski Raiher

Lenir Aparecida Mainardes da Silva

No processo de desenvolvimento capitalista, a busca cada vez maior pela produção/consumo, com o uso abusivo dos ativos ambientais, ficou ainda mais evidente. Nesta lógica, entende-se que a relação entre sociedade e natureza reflete as assimetrias políticas, sociais e econômicas historicamente construídas.

Somente a partir da segunda metade do século XX que a questão ambiental começou a ser tratada como uma ameaça para o alcance do bem-estar populacional. Chuvas ácidas, poluição da atmosfera (como a “Névoa Matadora” que ocorreu, em Londres, em 1952), contaminação das águas (como a verificada na Baía de Minamata, no Japão, em 1956), dentre outros problemas ambientais que mataram milhares de pessoas, começaram a aparecer e a ressaltar a necessidade de se pensar na sustentabilidade ambiental no processo de desenvolvimento econômico. A grande questão é o *trade off* existente entre o crescimento econômico almejado por praticamente todos os países e a urgência da sustentabilidade ambiental, ações que tendem a se anular mutuamente.

Com efeito, o crescimento da produção exige cada vez mais a intensificação do uso dos recursos, incluindo os ambientais, de maneira que a busca incansável pelo crescimento econômico afeta severamente a degradação do meio ambiente, não permitindo seu uso sustentável. Essa é a grande contradição existente, que necessita ser pensada e repensada visando gerar o bem-estar não só no presente, mas também das futuras gerações.

Nesse contexto, alguns atores se apresentam como importantes para mitigar as questões ambientais do mundo atual. Dentre estes, ressalta-se a ação de catadores(as) de materiais reciclados, reconhecidos como agentes ambientais exatamente por iniciarem o circuito da produção e da sustentabilidade ambiental. São eles que permitem o redirecionamento de materiais antes considerados “lixo”, contaminadores do meio ambiente, para uma cadeia produtiva. Sua participação inicia o processo de uma produção sustentável, com a inclusão de materiais antes descartados, minimizando a exploração das matérias-primas e, ao mesmo tempo, reduzindo a contaminação do meio ambiente.

Portanto, são agentes importantes em um ciclo sustentável do desenvolvimento. A questão é que, mesmo fazendo parte de um segmento social importante na busca de produção e desenvolvimento socialmente responsável, os(as) catadores(as) vivenciam a precariedade laboral, o que se expressa nas condições de trabalho, muitas vezes sem preocupações ergonômicas, com espaços pouco ventilados, superfícies inseguras, prensas sem manutenção; ausência de proteção social, seja previdenciária, inviabilizando aposentadorias, e/ou recebimento de auxílio doença, em caso de enfermidade; na saúde e segurança do trabalho, visto que na atuação da coleta de resíduos sólidos existem fatores de risco: biológico, químico, físico, acidentais e ergonômicos.

Essas questões, somadas ao não reconhecimento monetário pela atuação dos trabalhadores no processo de reintrodução de materiais recicláveis na produção de insumos, fragiliza-os na busca pela reprodução dos meios de sobrevivência material e espiritual de sua família. Ademais, a preocupação desses trabalhadores vai além das carências materiais, envolvendo uma gama de necessidades, como a própria preocupação com a organização produtiva e sua condição de sujeitos capazes de desempenhar um papel relevante na sociedade, e a própria dualidade entre o trabalho e os cuidados com a família.

Essas preocupações se tornam ainda maiores quando os catadores de materiais recicláveis trabalham individualmente, sendo expressivamente explorados pelos atravessadores, que comprem os produtos por um preço muito baixo, sem lhes oferecer poder de barganha.

Com efeito, em 1998, foi realizado o Fórum Nacional de Lixo e Cidadania, coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, e, em 1999, o I Congresso Nacional de Catadores de Papel. Os debates fundamentaram, mais tarde, a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Material Recicláveis, em 2001, gerando um processo de visibilidade para as políticas públicas desse importante segmento social.

A alternativa implementada nos últimos anos, visando maior independência com a valorização do trabalho e o fortalecimento do grupo, foi a organização em cooperativas ou associações.

Assim, à medida que esses trabalhadores se organizavam e se articulavam socialmente, passaram a ter, enquanto categoria social, mais respaldo para negociar questões inerentes à cidadania social e à atividade profissional com diferentes instâncias de poder. Isso explica os avanços em termos de portarias e normas implementadas nos últimos anos no Brasil, as quais, até certo modo, valorizaram o trabalho dos catadores perante o poder público (como foi o caso da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, de 2010). Entretanto, ainda existe um grande estigma em relação à ocupação dos catadores, especialmente por trabalharem com materiais descartados pela sociedade, sem ter o reconhecimento merecido da população.

No caso de Ponta Grossa – PR, nos últimos anos houve certo avanço em termos de organização desse grupo de trabalhadores, com a garantia de um mínimo de renda às famílias associadas, certa manutenção da atividade produtiva via parcerias de coletas dos materiais reciclados, além de um espaço coletivo para exercer o trabalho de maneira mais organizada, sem transpor para o ambiente domiciliar as atividades laborativas, elevando o poder de barganha dos trabalhadores.

Cada uma das quatro associações tem suas particularidades, com uma divisão própria do trabalho, que interferem nos resultados de renda recebida por trabalhador. Em algumas, existe uma sobrevalorização dos cargos administrativos, com uma hierarquia interna, em outras, observa-se certa divisão sexual do trabalho. E, em comum, todas têm a solidariedade entre associados(as), os(as) quais, informalmente, cooperam entre si e buscam o bem-estar de todos.

É importante destacar a participação expressiva das mulheres nessa atividade, representando mais de 70% dos associados de Ponta Grossa.

Entretanto, também é visível em todas as associações a carga extra que boa parte dessas associadas apresentam, dividindo-se em uma dupla jornada entre o trabalho e o cuidado com a família. Com efeito, são elas que ganham menos – já que o resultado financeiro depende de sua produção – e, concomitantemente, têm maiores responsabilidades familiares. Isso as expõe a uma maior Insegurança Alimentar, pois as associadas que detêm crianças em seus lares e são as responsáveis pelo domicílio apresentam maior probabilidade de não terem alimentos em quantidade e qualidade suficiente, sem falar que as mulheres são capazes de deixar de comer para dar a seus filhos.

De maneira geral, foi elevada a Insegurança Alimentar apresentada por todos os associados, abrangendo mais de 80% dos trabalhadores, com a ressalva de que, no grupo feminino responsável pela família e com crianças no domicílio, a vulnerabilidade foi ainda maior, com uma chance superior de se inserir na Insegurança Alimentar. Por isso, é necessário pensar especificadamente nesse grupo, com políticas efetivas para essas mulheres.

Contraditoriamente, essas políticas sociais não estão chegando até esse público, de maneira que menos da metade de todos os associados são assistidos por alguma ação governamental. Isso é bastante contraditório, tendo em vista que a renda desse grupo é relativamente baixa (conforme evidenciado no decorrer deste livro), apresentando, *a priori*, as características para acessar tais políticas. Ademais, as inferências estatísticas demonstram que os associados que conseguem se beneficiar das políticas e dos programas sociais mitigam a probabilidade de não se alimentar suficientemente. Então, questiona-se: Por que somente menos da metade desses trabalhadores é assistida pelo poder público?

É preciso atentar à necessidade de que os serviços e atendimentos públicos abranjam cada vez mais a população necessitada, de modo a não se tornar um fator de exclusão para aqueles que, de sobremaneira, se encontram excluídos socialmente pela atividade laboral que exercem, como é o caso dos catadores de materiais reciclados.

Assim, somam-se duas características para a maioria dos associados analisados: sua renda média do trabalho é baixa, com valor inferior à média do Brasil, e sua inserção em programas sociais é muito reduzida.

Portanto, existe uma vulnerabilidade social nesse grupo, a qual se traduz na alta Insegurança Alimentar observada.

Comparativamente à média brasileira, é alarmante o percentual de associados na Insegurança Alimentar entre estes, o percentual na insegurança grave é ainda mais intenso, atingindo mais de 20%. Infelizmente, isso evidencia a marginalização social do grupo que contribui expressivamente para a mitigação dos impactos ambientais. Concomitantemente, não há um reconhecimento da sociedade, em termos monetários.

Ter uma alimentação insuficiente traz inúmeros malefícios para a vida humana, como desenvolvimento de doenças, má formação corpórea, obstáculos fisiológicos ao trabalho, mortalidade infantil e materna, e prejuízos no desenvolvimento físico e mental, gerando baixo rendimento escolar. Martín Caparrós (2016, p. 22) cita em seu livro:

A fome é um processo, uma luta do corpo contra o corpo... Quando uma pessoa adulta não consegue ingerir 2,2 mil calorias de alimentos por dia passa fome. Uma criança que não consegue ingerir cerca de setecentas ou mil, conforme sua idade passa fome [.....] um corpo faminto é um corpo que está comendo a si mesmo, começa a comer suas reservas de açúcar; depois, as gorduras. Por fim, vai perdendo a capacidade de se movimentar, chora devagar e, qualquer infecção pode ser mortal.

Além disso, é desumano aceitar que qualquer pessoa esteja nessa situação. Portanto, é necessário entender e prover medidas que acabem com qualquer possibilidade de não se ter o mínimo necessário para auferir uma vida digna.

A análise qualitativa trazida em um dos capítulos completa o entendimento acerca da dimensão da Insegurança Alimentar dos associados. O significado de “alimentar-se” ultrapassa a função fisiológica, apresentando um caráter simbólico, relacionado aos fatores socioeconômicos e culturais. A relação verificada entre a cultura e as condições econômicas é importante na percepção acerca dos diferentes entendimentos da expressão “comer bem”. Para os mais fragilizados economicamente, esse significado finda-se na “quantidade”, contextualizando-se em termos de escassez; já para os mais abastados economicamente, esse termo se relaciona à “abundância”.

E mesmo em um grupo com parâmetros socioeconômicos inferiores à média brasileira, homogêneo em termos de fragilidade social, verificam-se diferenças acerca da concepção de “comer bem”. Conforme os associados se classificam nos diferentes níveis de (in)Segurança Alimentar, o entendimento acerca dessa expressão se altera, resultado direto da ausência do mínimo necessário para sobreviver. Especialmente para aqueles que vivem com o medo da fome, a palavra “comer” deixa de ser neutra e inofensiva, e remete à importância de ter o alimento diário, que “sacia a fome” e sustenta por um dia, pelo menos naquele dia.

Para os catadores, independentemente da situação de (in)Segurança Alimentar em que se encontram, o verbo “ter” demonstrou-se uma das condições primordiais. Nesse sentido, valoriza-se a importância da garantia do alimento diário, como carne, feijão e arroz, alimentos fortes que dão sustentabilidade para suportar o trabalho cotidiano. Agora, para os catadores com Insegurança Alimentar mais grave, o verbo se relaciona com a garantia do suprimento de necessidades básicas, ou seja, do mínimo para sobreviver, representando ter alguma coisa, ter um mínimo.

Por isso, a análise quantitativa da (in)Segurança Alimentar dos catadores, em conjunto com a investigação qualitativa, trouxe a existência de um cenário perplexo, referindo-se ao rompimento do direito fundamental de se alimentar com qualidade e em quantidade suficiente para boa parte dos associados. Nesse contexto, para além da renda que recebem, a garantia da alimentação que fazem nas associações se apresenta como crucial. Muitos relatam que é na associação que conseguem se “alimentar bem”, relatos que ratificam a precariedade alimentar vivida pelos catadores em suas casas.

Diferentemente de outras classes sociais, o trabalhador de baixa renda come apenas com o intuito de sobrevivência, pois a comida é indispensável para a vida e cumpre a função de manter o corpo apto para o trabalho. Para a maioria dos associados, esse é o sentido da expressão, com um diferencial para os mais vulneráveis, que a entendem como “ter o mínimo para sobreviver”.

Assim, dois pontos importantes emergem dessa discussão: a alimentação fornecida pelas associações é muito importante para o bem-estar desses trabalhadores, de maneira que a manutenção deve ser incentivada e, se possível, ampliada, pois dá base alimentar para boa parte dos associados;

e ações afirmativas do Estado devem ser focadas no cumprimento do direito fundamental à vida, garantindo a alimentação desses trabalhadores.

Por fim, um último agravante na própria construção da (in)Segurança Alimentar refere-se ao acesso ao trabalho. Muitos dos associados têm suas casas distantes das associações, o que dificulta ainda mais a garantia da Segurança Alimentar, especialmente por dispenderem recursos financeiros escassos para esse deslocamento. E o mais preocupante: os que estão na Insegurança Alimentar mais grave são os que apresentam maiores dificuldades de deslocamento ao trabalho, por estarem, na média, mais distante das associações.

São inúmeros os elementos envolvidos nesse contexto, por exemplo, gastos de uma renda que poderia ser destinada à alimentação familiar; perda de energia que poderia ser dirigida à execução do trabalho; perda de tempo, que poderia ser redirecionado ao momento de descanso; e dificuldades de se organizar à jornada dupla das associadas, conciliando trabalho e a família.

Portanto, pensar no espaço no qual esses catadores de materiais reciclados estão localizados, bem como em suas dificuldades sociais, é fundamental para que a ação pública desempenhe sua função, a saber, de garantir uma vida digna a todos.

Esse dimensionamento entre a localização de moradia dos recicladores e seu bem-estar deve ser considerado no planejamento de ampliação ou de futuras instalações de associações no município.

Enfrentar a Insegurança Alimentar e Nutricional requer das políticas públicas estratégias intersetoriais, com foco nas causas estruturais de combate à pobreza, bem como um Sistema de Proteção Social fortalecido e um permanente diálogo e articulação com a sociedade civil organizada.

REFERÊNCIA

CAPARRÓS, Martín. **A fome**. Trad. Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

SOBRE AS AUTORAS

AUGUSTA PELINSKI RAIHER

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, do Programa de Pós-Graduação em Economia e do curso de Economia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CAMILA SOPKO

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

CAROLINA SOARES DOS SANTOS

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EDINA SCHIMANSKI

Doutora pela University of London em Educação – Institute of Education. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

FRANCIELY RIBEIRO DOS SANTOS

Estágio pós doutoral em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

KAROLINE DUTRA SZUL

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

LENIR APARECIDA MAINARDES DA SILVA

Estágio pós doutoral pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

MIRNA DE LIMA MEDEIROS

Estágio pós doutoral em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do curso de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

REIDY ROLIM DE MOURA

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SANDRA MARIA SCHEFFER

Doutora em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas e do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SILVANA DOS SANTOS MOREIRA

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Agronomia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do curso técnico de Agroecologia do Instituto Federal do Paraná – Campus Irati.

VIRGÍNIA DE SOUZA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A alimentação com qualidade e em quantidade suficiente é um direito social e nenhum cidadão deveria sentir medo de viver sob a ameaça da fome. A grande questão é que parte considerável da nossa sociedade se encontra em situação de vulnerabilidade social e econômica, à mercê da insegurança alimentar. Um destes grupos socialmente fragilizados é o dos Catadores de Materiais Reciclados. Estes trabalhadores se destacam pela posição chave no processo de desenvolvimento ambiental do país e, ao mesmo tempo, ainda que não sejam socialmente valorizados. É necessário expor as fragilidades a que estão expostos, especialmente no que concerne ao direito fundamental de se alimentar em quantidade suficiente e em qualidade, discussão aqui trazida quando se aborda a questão da (in)segurança alimentar dos Catadores de Materiais Reciclados das Associações de Ponta Grossa-PR, relacionando-a com as características individuais de cada associado, com as dificuldades vivenciadas na execução do trabalho e com o entendimento do que é “comer bem” para este grupo.